Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências – Campus de Marília
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação

FERNANDA ALVES SANCHEZ

INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS, TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Marília
2024

FERNANDA ALVES SANCHEZ

INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS, TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação como requisito para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista (Unesp), Campus de Marília.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento
Linha de pesquisa: Informação e Tecnologia
Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti
Coorientador: Fernando Luiz Vechiato
Financiamento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES)

Marília
2024

S211i

Sanchez, Fernanda Alves

Intencionalidade Informacional: : abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas no campo da Ciência da Informação / Fernanda Alves Sanchez. -- Marília, 2024

170 p. : il.

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti

Coorientadora: Fernando Luiz Vechiato

1. Intencionalidade. 2. Intencionalidade tecnológica. 3. Sujeitos informacionais. 4. Encontrabilidade da Informação. 5. Informação e Tecnologia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO POTENCIAL DESTA PESQUISA

Esta tese, desenvolvida no campo da Ciência da Informação na área de concentração da Informação, Tecnologia e Conhecimento, demonstra potencial para impactar os domínios acadêmico, científico, social e tecnológico. No aspecto acadêmico e científico, destaca-se a concepção da Intencionalidade Informacional, que explora o *corpus* teórico da Intencionalidade humana (Fenomenologia) e da Intencionalidade tecnológica (Pós-Fenomenologia) da Filosofia para o campo da Ciência da Informação. A proposta de nova nomenclatura visa contribuir com os estudos sobre os sujeitos informacionais e as suas relações com as tecnologias dentro do contexto do fenômeno informacional. Em relação aos impactos sociais, são apresentadas abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas que justificam a importância e relevância dos sujeitos informacionais diante dos fluxos e ações informacionais, pois essas interações diretas ou indiretas geram subsídios que contribuem para a representação e organização do conhecimento nos ambientes informacionais. Nesse contexto, a concepção da Intencionalidade Informacional afirma que, no âmbito dos impactos tecnológicos, as interações através das mediações (humanas e tecnológicas) moldam-se mutuamente, ou seja, a bagagem cognitiva dos sujeitos influencia as tecnologias, assim como estas, afetam as relações dos sujeitos. Assim, considerar tanto a Intencionalidade humana quanto a Intencionalidade tecnológica pode potencializar projetos e a construção de ambientes informacionais para promover a efetividade da encontrabilidade da informação, resultando em efeitos positivos na sociedade em termos de apropriação da informação e geração de conhecimento.

POTENTIAL IMPACT OF THIS RESEARCH

This thesis, developed in the field of Information Science in the area of concentration of Information, Technology and Knowledge, demonstrates potential to impact the academic, scientific, social and technological field. In the academic and scientific aspect, the conception of Informational Intentionality stands out, which explores the theoretical corpus of human Intentionality (Phenomenology) and technological Intentionality (Post-Phenomenology) from Philosophy for the field of Information Science. The proposal for a new nomenclature aims to contribute to the studies on informational subjects and their relationships with technologies within the context of the informational phenomenon. Regarding social impacts, theoretical, technical and technological approaches are presented that justify the importance and relevance of informational subjects in the face of informational flows and actions, since these direct or indirect interactions generate subsidies that contribute to the representation and organization of knowledge in informational environments. In this context, the concept of Informational Intentionality states that, within the scope of technological impacts, interactions through mediations (human and technological) shape each other, which means in other words, the cognitive baggage of subjects influences technologies, just as these affect the relationships of subjects. Thus, considering both human Intentionality and technological Intentionality can enhance projects and the construction of informational environments to promote the effectiveness of information findability, resulting in positive effects on society in terms of information appropriation and knowledge generation.

Fernanda Alves Sanchez

INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL: ABORDAGENS TEÓRICAS, TÉCNICAS E TECNOLÓGICAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (Unesp), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciência da Informação.

Área de concentração: Informação, Tecnologia e Conhecimento
Linha de pesquisa: Informação e Tecnologia

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Silvana Aparecida Borsetti Gregorio Vidotti
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI)
Universidade Estadual Paulista (UNESP)

Profa. Dra. Májory Karolina Fernandes de Oliveira Miranda
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Prof. Dr. Henry Poncio Cruz de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Profa. Dra. Emanuelle Torino
Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR)

Profa. Dra. Sandra de Albuquerque Siebra
Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Marília, 28 de junho de 2024.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo à minha base de vida, que é a minha família: meus pais, Andreia e Livaldo, e meu irmão, Leonardo. É claro que sem vocês nada disso seria possível, mas mais do que o incentivo e o apoio, eu agradeço a paciência. Paciência em se esforçar para entender, ou pelo menos escutar, sobre o que eu estudo, sobre as minhas angústias e obstáculos no caminho, e ainda compreender as minhas ausências. Eu espero um dia retribuir tudo. Eu amo vocês, mãe e pai. Meu muito obrigada também por terem me dado o melhor irmão que eu poderia ter. O que esse menino é maravilhoso e vai nos orgulhar não está escrito ainda.

Quero, de verdade, agradecer diretamente a você, Léo, por ser meu parceiro e confidente, por ser o cara que estava pronto para conversar sobre as loucuras da tese, sobre a vida ou para me fazer rir. Eu perdi muita coisa nesse teu processo de crescimento, mas nada atrapalhou a nossa conexão, e eu sou muito grata por ela. Eu aprendo muito com você. Te amo!

Obrigada, família Buscapé, Marilene e Luis Carlos, por torcerem para que tudo dê certo, mesmo que de longe. Amo vocês, vocês são muito importantes para mim. Um muito obrigada às minhas avós, que me ajudaram e entenderam que a distância é necessária e estão sempre ali para me dar um abraço gostoso nas minhas visitas a Jales. Da pequena Jales, carrego a família e poucas, mas importantes, amigas, que se fazem presentes na minha vida com a ajuda da tecnologia. A elas, meu muito obrigada. Amo vocês!

Agradeço à Unesp pelo acolhimento desde a graduação e por me mostrar o caminho da vida acadêmica. A Unesp de Marília é uma das grandes responsáveis pelo meu crescimento pessoal e profissional. Tenho muito orgulho de ser Unespiana e sou muito grata por ter trilhado toda a minha vida acadêmica nessa casinha. Foi muito bom crescer junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI), que hoje é nota 7 e um programa de excelência acadêmica. Assim, agradeço a todos que fazem parte do PPGCI: os colegas discentes, ao excelente corpo docente e os solícitos funcionários.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Agradeço imensamente, pois o financiamento foi essencial para concluir a minha formação profissional e vivenciar tantas oportunidades maravilhosas.

Aos meus amigos, que carinhosamente chamo de família mariliense, o meu mais sincero obrigado. Vocês vivenciaram toda esta jornada comigo, e eu não sei o que seria de mim sem o companheirismo, carinho e atenção que temos uns pelos outros. Obrigado pelas risadas, choros, desabafos e conversas nas sextas com horas de vôlei de areia, nas tardes e noites regadas as comidinhas gostosas e cervejinhas em casa, nas mesas dos nossos bares favoritos (Kana e Xeque), ou em qualquer uma das casas que me acolheram durante esses anos em Marília.

Tenho muito a agradecer às famílias da minha família mariliense; vocês foram essenciais. Sempre digo que ganhei irmãos de coração em Marília, além de grandes amizades que levarei para a vida. Não posso deixar de destacar o meu muito obrigado por tudo, Casa 71. Amo cada um de vocês!

Não há a menor possibilidade de não agradecer as minhas companhias e meu suporte emocional que são meus cachorros. Nenis e Bud são o verdadeiro significado de companheirismo, sempre se adaptando as rotinas malucas da minha vida e não me deixando sozinha em nenhum momento de estudo e escrita. Esses dois são seres incríveis que eu amo do fundo do meu coração.

Agradeço aos meus orientadores por acreditarem no meu processo de pesquisa, no meu crescimento acadêmico e por se fazerem presentes sempre que necessário. Obrigada, Silvana Vidotti e Fernando Vechiato, pela parceria sempre. Agradeço ainda ao GPnti e ao GETIC, que trouxeram os colegas de pesquisa que ganhei pelo caminho. Muito obrigada pelas contribuições, família acadêmica.

Sem amarras a nenhuma religião, agradeço a toda força boa e positiva que me acompanhou até aqui, à minha fé e aos que já se despediram desse plano e que sei que torcem por mim de um lugar melhor!

EPÍGRAFE

Tem gente que só enxerga o que vê.
Que vida triste deve ser.
(Roberto Piva)

RESUMO

Na Ciência da Informação, o ser humano sempre desempenhou um papel central nos estudos relacionados à informação. O campo também se destaca por criar e aprimorar produtos e serviços associados aos processos de representação e organização do conhecimento. Com a evolução das Tecnologias de Informação e Comunicação, especialmente no ambiente digital, o papel dos sujeitos informacionais se tornou ainda mais relevante. Nesse sentido, os estudos sobre a Intencionalidade, abordada no campo da Filosofia, podem contribuir para o entendimento da relação entre os sujeitos informacionais e as tecnologias dentro do fenômeno informacional. Dessa forma, a tese apresenta a seguinte questão norteadora: quais são as possíveis abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade para o campo da Ciência da Informação? Como objetivo geral, a pesquisa investiga as abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação. A organização metodológica da pesquisa utiliza o delineamento quadripolar que permite um desenvolvimento não linear e flexibiliza as alterações das discussões e resultados entre os polos no processo de investigação. Trata-se de uma pesquisa caracterizada como bibliográfica, exploratória descritiva e de abordagem qualitativa. Os resultados da pesquisa está nas relações teóricas entre a Intencionalidade e os estudos do campo da Ciência da Informação, como à Representação da Informação, à Mediação da Informação, o Comportamento Informacional, à Competência em Informação, à Experiência do Usuário e à Encontrabilidade da Informação. Além disso, foi possível construir a concepção da Intencionalidade Informacional, que emerge da combinação da Intencionalidade humana (Fenomenologia) e da Intencionalidade tecnológica (Pós-Fenomenologia), adequando-se aos estudos no campo da Ciência da Informação. A partir dessa concepção, foi desenvolvido um modelo teórico-conceitual com o objetivo de impulsionar novas hipóteses de pesquisa, considerando a Intencionalidade Informacional e suas abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas, tanto em estudos teóricos quanto aplicados, relacionados à construção de ambientes informacionais que viabilizem a Encontrabilidade da Informação no que se refere a efetividade dos sistemas e o atendimento às necessidades informacionais dos sujeitos, facilitando a apropriação da informação e a geração de conhecimento.

Palavras-chave: Intencionalidade; Intencionalidade Tecnológica; Sujeitos Informacionais; Encontrabilidade da Informação; Informação e Tecnologia.

ABSTRACT

In Information Science, human beings have always played a central role in studies related to information. The field also stands out for creating and improving products and services associated with the processes of knowledge representation and organization. With the evolution of Information and Communication Technologies, especially in the digital environment, the role of informational subjects has become even more relevant. In this sense, studies on Intentionality, addressed in the field of Philosophy, can contribute to the understanding of the relationship between information subjects and technologies within the informational phenomenon. Thus, the thesis presents the following guiding question: what are the possible theoretical, technical and technological approaches to Intentionality for the field of Information Science? As a general objective, the research investigates the theoretical, technical and technological approaches to Intentionality in the context of Information Science. The methodological organization of the research uses the quadripolar design that allows for non-linear development and makes changes in discussions and results between the poles in the research process more flexible. This is research characterized as bibliographic and exploratory descriptive with a qualitative approach. The results of the research are in the theoretical relations between Intentionality and studies in the field of Information Science, such as Information Representation, Information Mediation, Information Behavior, Information Competence, User Experience and Information Findability. In addition, it was possible to construct the conception of Informational Intentionality, which emerges from the combination of human Intentionality (Phenomenology) and technological Intentionality (Post-Phenomenology), adapting to studies in the field of Information Science. From this conception, a theoretical-conceptual model was developed with the objective of promoting new research hypotheses, considering Informational Intentionality and its theoretical, technical and technological approaches, both in theoretical and applied studies, related to the construction of environments and/or information products that enable Information Findability with regard to the effectiveness of systems and meeting the informational needs of subjects, facilitating the appropriation of information and the generation of knowledge.

Keywords: Intentionality; Technological Intentionality; Informational Subjects; Information Findability; Information and Technology.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Delineamento da pesquisa 21
Figura 2: Perspectivas da RSL 32
Figura 3: Narrativa histórica da Intencionalidade na Fenomenologia 37
Figura 4: Infográfico sobre as Intencionalidades de Verbeek (2008) 50
Figura 5: Representação da Informação e a Intencionalidade 79
Figura 6: Mediação da Informação e a Intencionalidade 85
Figura 7: Modelo de Comportamento Informacional de Wilson 87
Figura 8: Serendipidade no Comportamento Informacional de Agarwal 89
Figura 9: Comportamento Informacional e a Competência da Informação e a Intencionalidade 96
Figura 10: Experiência do Usuário e a Intencionalidade 103
Figura 11: Encontrabilidade da Informação e a Intencionalidade 116
Figura 12: Intencionalidade Informacional 119
Figura 13: Categorização dos atributos de EI nas perspectivas dos sujeitos institucionais 124
Figura 14: Categorização dos atributos de EI na perspectiva dos sujeitos informacionais 127
Figura 15: Exemplos de técnicas e tecnologias relacionadas à Intencionalidade humana e tecnológica 142
Figura 16: Modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional 146
Figura 17: Fluxograma direcionado aos estudos da Intencionalidade Informacional em pesquisas aplicadas 148

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: As principais etapas e o conjunto de princípios da Revisão Sistemática de Literatura 27
Quadro 2: Protocolo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL) 28
Quadro 3: Revisão sistemática dos termos Intencionalidade e Teoria da Intencionalidade na Ciência da Informação 30
Quadro 4: Categorias de Mediação de Ihde 48
Quadro 5: Textos da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) 53
Quadro 6: Componentes da Mediação da Informação 82
Quadro 7: Classificação das variáveis intervenientes 93
Quadro 8: Tópicos para projetos de UX relacionadas às pessoas 99
Quadro 9: Facetas de UX para ambientes informacionais 100
Quadro 10: Elementos da Intencionalidade 107
Quadro 11: Atributos de Encontrabilidade da Informação (AEI) 113
Quadro 12: Levantamento sobre a extração da Intencionalidade 131
Quadro 13: As principais técnicas de coleta de dados em pesquisas de UX 139

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEI – Atributos de Encontrabilidade da Informação
AI – Arquitetura da Informação
BRAPCI – Base de Dados de Periódicos em Ciência da Informação
DBS – *Deep Brain Stimulation*
DL – *Deep Learning*
CEEN – *Criminal Element Extraction Network*
CI – Ciência da Informação
CIH – Comportamento Informacional Humano
COinfo – Competência em Informação
EC – Expectativa Comportamental
EI – Encontrabilidade da Informação
EEG – Eletroencefalograma
ECG – Eletrocardiogramas
EMG – Eletromiografia
fMRI – Ressonância magnética funcional
GSR – *Galvanic kin response*
HCS – *Human cognitive system*
HD – Humanidades Digitais
IA – Inteligência Artificial
IC – Intenção Comportamental
OASIS – Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto
ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
LISA – *Library, Information Science & Technology*
ML – *Machine Learning*
MSEI - Modelo Semântico para Estruturar a Informação
PLN – Processamento de Linguagem Natural
RSL – Revisão Sistemática de Literatura
SRI – Sistema de Recuperação da Informação
TI – Tecnologias de Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
TUAUT – Teoria Unificada de Aceitação e Uso de Tecnologia
UX – *User Experience*

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....15

1.1 Problemática.....16

1.2 Tese.....18

1.3 Objetivos.....18

1.4 Justificativa.....18

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO.....20

2.1 Polo Epistemológico.....22

2.2 Polo Teórico.....25

2.3 Polo Técnico.....26

2.4 Polo Morfológico.....33

2.4.1 Produções científicas relacionadas à tese.....34

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A INTENCIONALIDADE.....35

3.1: Perspectivas da Intencionalidade na Fenomenologia.....36

3. 2 Perspectivas da Intencionalidade na Pós-Fenomenologia.....45

4 INTENCIONALIDADE NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....52

5 RELAÇÕES TEÓRICAS DA INTENCIONALIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....74

5.1 Representação da Informação e a Intencionalidade.....75

5.2 Mediação da Informação e a Intencionalidade.....80

5.3 Comportamento Informacional e Competência em informação e a Intencionalidade.86

5.4 Experiência do usuário e a Intencionalidade.....97

5.5 Encontrabilidade da Informação e a Intencionalidade.....103

6 INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO.....117

6.1 Concepção da Intencionalidade Informacional.....117

6.1.1 Abordagens teóricas da Intencionalidade na CI.....120

6.1.2 Abordagens técnicas e tecnológicas da Intencionalidade para a CI 130

6.2 Modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional.....144

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS 150

7.1 Agenda de pesquisa sobre a Intencionalidade Informacional 152

REFERÊNCIAS.....155

1 INTRODUÇÃO

Na Ciência da Informação (CI), o ser humano sempre desempenhou um papel fundamental nos estudos relacionados à informação enquanto fenômeno de investigação. Desde os primórdios, o campo recorre a diferentes estudos a fim de investigar e solucionar problemáticas referentes às necessidades informacionais dos sujeitos em relação à representação, à organização, ao armazenamento, à recuperação, ao acesso e ao uso da informação. Além disso, ela se caracteriza como uma área capaz de gerar e potencializar produtos e serviços relacionados a esses processos informacionais (Borko, 1968; Saracevic, 1995; Gomes, 2017).

É notório que ao longo dos anos houve mudanças de acordo com a evolução da sociedade e das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), especialmente, em âmbito digital, e é nesse espaço onde a quantidade de dados e informação são gerados que os sujeitos informacionais desempenham um papel significativo na produção, na representação, na organização e na disseminação da informação, ou seja, não são apenas usuários de informação, mas sim participantes ativos e essenciais nos processos.

Nesse sentido, concordamos que o uso do termo “sujeitos informacionais” é mais adequado do que “usuários da informação” no que se refere aos estudos no campo da CI, pois o segundo limita o papel e a relevância dos sujeitos diante da sociedade e dos contextos socioinformativos em que estão inseridos. A mudança não está apenas no termo, mas no entendimento de quem está se relacionando com as informações em diferentes espaços, contextos e formatos (Carmo; Araújo, 2020).

Dessa forma, a atuação ativa dos sujeitos implica um olhar atento para o fenômeno informacional a partir da compreensão da sua bagagem cognitiva e como suas cargas ideológicas e contextos vivenciados podem influenciar suas necessidades, experiências, significações, comportamentos, competências e habilidades.

Dentro desse contexto, a pesquisa aborda a Intencionalidade como um estudo fundamental para compreender a complexidade dos sujeitos informacionais no âmbito da Ciência da Informação. O conceito de Intencionalidade está intrinsecamente ligado à Fenomenologia, sendo o filósofo e matemático Edmund Husserl reconhecido como o mestre e fundador dessa escola de pensamento. A Fenomenologia busca revelar a essência dos fenômenos, que só pode ser compreendida por meio dos traços direcionados da consciência,

a algo, alguém ou alguma coisa, sendo esse direcionamento da consciência visto por Husserl (2008) como a Intencionalidade.

No mais, a pesquisa ainda aborda os estudos sobre a Intencionalidade na escola de pensamento da Pós-Fenomenologia, que surge na década de 1990, cujo precursor é Don Ihde, que está inserido no contexto da corrente de estudos da filosofia da tecnologia. Ihde mostrou a importância de unir os conceitos da Fenomenologia às mudanças tecnológicas, adaptando-os às mudanças do século XXI e à interação entre o ser humano e a tecnologia. Dessa forma, o que na ideia central da Fenomenologia é concebida como uma relação entre o homem-mundo, na Pós-Fenomenologia é entendida como uma interligação entre o homem-tecnologia-mundo (Ihde, 1990).

No campo da Ciência da Informação, a temática da Intencionalidade é explorada sob diferentes perspectivas, como no espectro da *Findability* e/ou Encontrabilidade da Informação (EI), abordados, por exemplo, nas teses de Miranda (2010) e Vechiato (2013), respectivamente. Enquanto Miranda (2010) se baseia em Morville (2005) com o termo *Findability,* Vechiato (2013) busca desenvolver seu estudo diante de uma perspectiva conceitual e operacional com o construto-teórico denominado como Encontrabilidade da Informação no que se refere aos estudos no campo da CI.

Na EI, a Intencionalidade é abordada como um de seus treze atributos denominado como Intencionalidade dos sujeitos informacionais. A Encontrabilidade da Informação se trata de um conceito que sustenta uma junção entre as características dos sujeitos informacionais e as funcionalidades de ambientes informacionais, sejam eles analógicos ou digitais, potencializando o encontro das informações, para que assim sejam cada vez maiores as possibilidades de apropriação da informação e geração de conhecimento (Vechiato, 2013; Vechiato; Vidotti, 2014).

1.1 Problemática

Diante das mudanças na sociedade nesta era digital e das evoluções recorrentes envolvendo a Internet, a Web e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) que potencializam a geração de dados e informação, torna-se cada vez mais necessário considerar as necessidades, as experiências, o acesso, o uso e o reuso das informações sob a perspectiva do sujeito informacional, além de enxergá-lo como um protagonista nesses processos.

Nesse sentido, os estudos no campo da Ciência da Informação envolvem uma série de processos, tais como a identificação, seleção, representação, mediação, descrição, indexação, análise, recuperação, uso e disseminação da informação. Todos esses processos “são ações produzidas a partir de, e produtoras de Intencionalidade” (Gracioso, 2018, p. 152).

Araújo (2010, p. 7), aponta que os estudos com sujeitos informacionais “converteram-se em ferramentas de elaboração de diagnóstico para a melhoria dos serviços – tornaram-se parte de estratégias de avaliação”. Miranda (2010, p. 24) afirma que a Intencionalidade pode contribuir com o “mapeamento de comportamentos de usuários que atuam no processo de uso, produção e organização da informação” e Vechiato e Vidotti (2014, p. 175) acreditam que a Intencionalidade dos sujeitos informacionais possa contribuir efetivamente “em melhorias na recuperação, no acesso e na apropriação da informação”.

Dessa forma, entende-se que o conceito de Intencionalidade está intrinsecamente relacionado aos sujeitos informacionais, pois são responsáveis pelos processos ligados às ações humanas. A intencionalidade engloba o acervo cognitivo construído pelos sujeitos ao longo de suas trajetórias. Essa presença se manifesta de maneira implícita ou explícita nas ações, sendo materializadas através das representações que podem ganhar formas por meio dos atos de fala ou das percepções dos objetos no mundo (Searle, 2002).

Sob a ótica das relações dos sujeitos dentro de um contexto digital e tecnológico nota-se que os sujeitos informacionais que produzem, acessam e usam os ambientes informacionais digitais manifestam sua Intencionalidade por meio de ações realizadas no momento da busca e da navegação, as quais podem ser mapeadas, trazendo alguns padrões referentes aos seus comportamentos, competências, habilidades e experiências. Essas características podem contribuir com elementos para a produção, organização e representação de informações a fim de propiciar a Encontrabilidade da Informação (Miranda, 2010; Vechiato; Vidotti, 2014).

Na Ciência da Informação, temos os campos de estudos relacionados à Representação da Informação, à Mediação da Informação, ao Comportamento Informacional, à Competência em Informação e à Experiência do Usuário, os quais se sustentam por meio de uma conexão intrínseca com a Intencionalidade. Isso ocorre porque essas áreas incorporam, em sua essência, fundamentos teóricos e operacionais que refletem as particularidades dos sujeitos informacionais, assim como modelos e técnicas que viabilizam a coleta dessas informações.

Nesse sentido, entende-se que a Intencionalidade pode contribuir para solucionar ou amenizar as problemáticas referentes à Encontrabilidade da Informação no que se refere aos ambientes informacionais, em especial, os digitais, propiciando o atendimento das condições de satisfação dos sujeitos nesse processo de recuperar, encontrar e se apropriar de informações para geração de conhecimento.

Portanto, a partir desta problemática a tese apresenta a seguinte questão norteadora: quais são as possíveis abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade para o campo da Ciência da Informação?

1.2 Tese

Os estudos sobre a Intencionalidade humana (Fenomenologia) e Intencionalidade tecnológica (Pós-Fenomenologia) contribuem com abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas para a Ciência da Informação que podem auxiliar no avanço dos estudos relacionados sujeitos informacionais, emergindo a concepção de Intencionalidade Informacional, termo que melhor se ajusta a este campo científico e aos estudos informacionais.

1.3 Objetivos

Como objetivo geral, essa pesquisa busca investigar as abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação.

Dentro os objetivos específicos temos:

- Investigar a Intencionalidade no contexto da Fenomenologia e Pós-Fenomenologia;
- Compreender as relações teóricas da Intencionalidade com o campo da Ciência da Informação;
- Investigar técnicas e tecnologias que favoreçam o mapeamento da Intencionalidade.

1.4 Justificativa

A justificativa deste estudo destaca sua relevância em dois âmbitos, sendo eles o: âmbito acadêmico-científico e o âmbito social.

No contexto **acadêmico-científico,** este estudo adquire conexão através de sua abordagem do conceito de Intencionalidade em relação ao fenômeno informacional, analisando-o através das perspectivas dos sujeitos informacionais. O estudo centra-se na

exploração da Intencionalidade, um conceito intrinsecamente conectado aos seres humanos, que desempenha um papel fundamental nos estudos da Ciência da Informação.

Nesse sentido, a pesquisa reforça a abordagem do termo sujeitos informacionais nos estudos da CI, tendo em vista que o sujeito que interage com os ambientes informacionais são os que usam do espaço ou os que o desenvolvem aplicando sua Intencionalidade.

As características que compõem o sujeito informacional e constroem sua Intencionalidade ocorrem por uma série de relações, sejam os contextos, os meios em que a informação circula e/ou as experiências adquiridas ao longo da vida. Compreender a composição da bagagem cognitiva do sujeito informacional pode aprimorar como são construídas ou selecionadas as técnicas, as tecnologias e os recursos implementados em um ambiente informacional digital.

Ainda no âmbito acadêmico-científico, vale destacar que as pesquisas sobre o conceito de Intencionalidade tanto da Fenomenologia, como a da Pós-Fenomenologia, são escassas, especialmente, em âmbito nacional, e necessitam de aprofundamento no campo da CI. Isso porque é possível identificar relações teóricas, conceituais e operacionais com estudos no campo da CI, que são: à Representação da Informação, a Mediação da Informação, o Comportamento Informacional, a Competência em Informação, a Experiência do Usuário e a Encontrabilidade da Informação, o que consequentemente pode potencializar a qualidade dos ambientes informacionais, a comunicação científica e a disseminação de informação.

No **âmbito social,** a justificativa emerge quando a pesquisa procura definir o papel do sujeito informacional nos projetos de ambientes informacionais digitais, destacando sua Intencionalidade como um atributo essencial para a produção, organização e representação da informação com o propósito de facilitar a recuperação e a encontrabilidade das informações para possibilitar a apropriação de informações e a geração de conhecimento.

Compreender a Intencionalidade presente nos sujeitos informacionais na sociedade e na era das mediações tecnológicas significa reconhecer que os seres humanos não devem ser vistos em um segundo plano. Os sujeitos informacionais são protagonistas nas ações e nos fluxos informacionais que englobam os meios de comunicação e as tecnologias.

O estudo enfatiza que, embora as tecnologias desempenhem um papel de mediação e até mesmo de interferência nas ações dos sujeitos, sempre haverá a atuação de um ser humano por trás desse processo. Ser humano e tecnologia influenciam e moldam um ao outro continuamente.

Assim, compreender a junção da Intencionalidade humana (Fenomenologia) e tecnológica (Pós-Fenomenologia), que nesta tese é formalizada pela Intencionalidade Informacional dentro do contexto do fenômeno informacional, pode contribuir para a compreensão e capacitação das ações humanas e da atuação das mediações tecnológicas nos processos informacionais. Isso influencia positivamente e negativamente aspectos individuais e coletivos na sociedade.

2 DELINEAMENTO METODOLÓGICO

Como estrutura de pesquisa, a tese foi construída de acordo com o Método Quadripolar que contempla quatro polos, sendo eles: polo epistemológico, polo teórico, polo técnico e polo morfológico. O método é utilizado como um delineamento que permite flexibilidade entre os polos que envolvem a pesquisa.

No campo da CI, a pioneira no uso da concepção dos quatro polos foi Ribeiro (1992), que fez uso da abordagem metodológica das ciências sociais originado dos estudos de De Bruyne, Herman e De Schoutheete (1977). Posteriormente, foi reconhecido como método por Silva e Ribeiro (2002). Já Torino (2023) o entende como um delineamento quadripolar que:

> permite estruturar de forma sistemática o desenvolvimento de uma investigação não linear, que possibilita que o seu percurso e a abordagem ao objeto/fenômeno de pesquisa determinem os caminhos a serem seguidos, permitindo alterar, de forma cíclica, os diferentes achados da investigação. Desta forma, a abordagem ao objeto/fenômeno pode requerer determinado(s) método(s), e ser progressivamente elaborada por ele(s), de forma dinâmica e contínua, sem que se esgotem em si mesmos (Torino, 2023, p. 26).

O polo epistemológico tem como função uma vigilância crítica baseada no paradigma em que será conduzida a pesquisa. Essa escolha de paradigma permite delimitar alguns passos da pesquisa como os objetos, os objetivos e as problemáticas. Entretanto, é importante que o paradigma possa orientar e até mesmo influenciar a prática investigativa, mas não deve ser visto como um “dogma” (Silva, 2014).

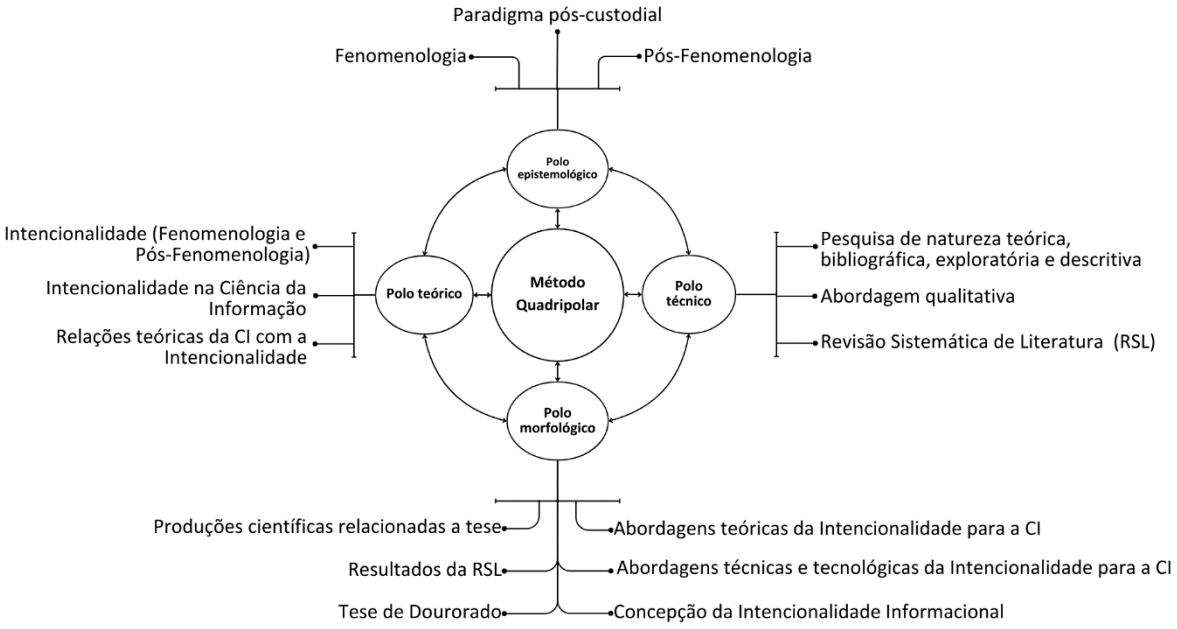
O polo teórico, consequentemente, é reconhecido como um guia ou direcionamento para elaborar as hipóteses, construir os conceitos, verificar e interpretar os fatos que irão auxiliar na resolução da problemática de pesquisa, se trata do: “lugar de elaboração das linguagens científicas, determina o movimento da conceitualização” (De Bruyne; Herman; De Schoutheete, 1977, p. 35).

O polo técnico, por outro lado, é responsável por apresentar todos os métodos e técnicas utilizados para a elaboração da pesquisa. Todo o passo a passo do estudo é visto como modelo de investigação que indica as “escolhas práticas pelas quais os pesquisadores optam por um tipo particular de encontro com os factos empíricos” (De Bruyne; Herman; De Schoutheete, 1977, p. 36).

No polo morfológico, por fim, temos a estruturação e a formalização dos resultados da pesquisa. Nele são apresentados os processos de investigação e os objetivos são retomados, além disso, encontra-se as materializações como: os modelos e os protótipos, bem como os produtos científicos vinculados ao estudo, sendo eles: os artigos científicos publicados em periódicos, anais de eventos, relatórios de pesquisa etc. (De Bruyne; Herman; De Schoutheete, 1977; Silva, 2006; Torino, 2022; Brito, 2023).

Com a finalidade de representar o delineamento desta pesquisa, a Figura 1 mostra a estrutura de conteúdos categorizados em cada um dos polos que compõem o método quadripolar. Por ser um método dinâmico, onde os polos estão interligados, a representação apresenta flechas de duas pontas, representando uma perspectiva de conexão, ou seja, os conteúdos em cada um deles são revisitados e pertencem um ao outro. Além disso, optou-se por uma figura circular, visando demonstrar a fluidez do método.

Figura 1*:* Delineamento da pesquisa



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

2.1 Polo Epistemológico

No contexto do polo epistemológico, a pesquisa foi desenvolvida dentro do paradigma pós-custodial no campo da Ciência da Informação. O paradigma pós-custodial é “demarcado pela fase científica, que considera os aspectos sociais da informação e compreende as tecnologias de informação e comunicação de forma holística e não como algo isolado e estático” (Santos, 2018, p. 3).

Este paradigma, na óptica da CI, é conhecido também como científico e social e traz novas perspectivas sobre a organização, o acesso e o uso do objeto. Trata-se de um paradigma que “não só armazena, preserva e organiza, mas, principalmente, se preocupa com a episteme, teoria e métodos próprios; com os produtos e serviços de Informação, origem e comportamento, melhoria e uso” (Miranda, 2010, p. 91).

Nesse sentido, a tese aborda o fenômeno da informação sob uma perspectiva humano-social. Para Silva (2006, p. 150), a informação vista dessa forma “compreende tanto o dar forma a ideias e a emoções (informar), como a troca, a efectiva interacção dessas ideias e emoções entre seres humanos (comunicar)”.

O polo epistemológico é apresentado na seção 3 desta tese, as quais são apresentadas as escolas de pensamento da Fenomenologia e da Pós-Fenomenologia. Elas trazem fundamento teórico e conceitual para o objeto de estudo desta pesquisa, que é a Intencionalidade. A Fenomenologia surge no século XX pelo seu fundador, o filósofo Edmund Husserl, já a Pós-Fenomenologia nasce na década de 1990 e tem como pioneiro o filósofo Don Ihde.

A Fenomenologia reflete a “cotidianidade do mundo do ser onde a experiência se passa, transparece na descrição de suas vivências” (Silva; Lopes; Diniz, 2008, p. 255). O termo está relacionado ao estudo e estruturas essenciais dos fenômenos e:

> sua correlação com a consciência humana por meio da descrição fundamentada na experiência intuitiva do sujeito para a construção do conhecimento [...] configura a raiz dos atos da consciência e da Intencionalidade (Prado, 2013, p. 2).

No que diz respeito a Fenomenologia como uma possível abordagem metodológica para estudos de usuários na CI, as autoras Gandra e Sirihal Duarte (2012, p. 19), afirmam que:

> compreendendo os fenômenos informacionais enquanto produtos sociais que carregam dimensões históricas, econômicas, políticas e culturais e assumindo que a compreensão da realidade social se dá por meio dos significados atribuídos aos fenômenos pelos sujeitos e pelas motivações para

> e porquê, que desencadeiam suas ações intencionais, o referencial teórico e metodológico da fenomenologia pode contribuir muito para desvelar a essência desses fenômenos.

A Pós-Fenomenologia, por sua vez, carrega em seus conceitos a ideia central da Fenomenologia no que condiz a relação homem-mundo por meio da Intencionalidade. Entretanto, na Pós-Fenomenologia, a relação é mediada pela tecnologia por meio da Intencionalidade tecnológica, compreendendo essa relação como homem-tecnologia-mundo (Ihde, 1990; Ihde, 2008; Figueiredo, 2012). A escola de pensamento compreende as "transformações no sujeito (no ser) e tendo a corporeidade e a tecnologia como contextos de reflexão imprescindíveis para pensar a condição humana na contemporaneidade" (Marandola Jr, 2013, p. 57).

Para Ihde (2008), os estudos da Fenomenologia Clássica, partindo das ideias de Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, não devem ser superados pela Pós-Fenomenologia. Para ele:

> A pós-fenomenologia retém e enfatiza o uso de variações fenomenológicas como uma ferramenta analítica e, na prática, a pós-fenomenologia dá o que hoje é comumente chamado de 'uma virada empírica', que analisa profundamente estudos de caso ou questões concretas sob sua alçada (Ihde, 2008, p. 1, tradução nossa, grifo do autor).

Dentro do contexto do campo da Ciência da Informação, Figueiredo (2012) acredita que os estudos na área estão cada vez mais direcionados às preocupações com o mundo e a mediação por ferramentas tecnológicas. Nesse sentido, a Pós-Fenomenologia pode contribuir como escola de pensamento que tem como foco compreender a relação homem-tecnologia-mundo, colaborando com pesquisas relacionadas à busca de informação, por exemplo.

Ihde (2015) destaca os principais pontos de diferenças entre a Fenomenologia Clássica Husserliana e a Pós-Fenomenologia. O filósofo diz:

> enquanto a Fenomenologia Clássica particularmente em suas formas Husserlianas depende de noções de consciência, ego, experiência, ideias e assim por diante, no caso da Pós-Fenomenologia sentimos a necessidade de prestar muito mais atenção em como vivenciamos o mundo em termos de atividades corporais, habilidades corporais [...] (Ihde, 2015, n. p).

O filósofo entende que para realizar alguns atos do nosso cotidiano há uma habilidade multicorporal que independe do que ele chama de consciência executiva. O autor acredita em uma interrelacionalidade que afirma estar ligada com a Intencionalidade que vem da Fenomenologia Clássica:

> por exemplo, se eu uso uma caneta para escrever, poderíamos dizer que estou sendo usado pela caneta da mesma forma, porque isso estabelece limites, por exemplo, a espessura da linha que pode existir e por outro lado, uso a caneta, então logo não sou controlado pela tecnologia, também não sou simplesmente livre de usá-la de qualquer forma, então há maneiras de limitar, sendo assim, se eu mudar o que estou usando, então aquilo que eu estiver usando também pode me mudar [...] é uma forma de interação com o ambiente, estamos sempre interagindo com o ambiente, com o que a Fenomenologia chama de mundo e quando usamos o termo vida do mundo queremos dizer interação em ambos os aspectos, cultural e material (Ihde, 2015, n. p).

Além desse exemplo, Ihde (2015) discursa sobre as habilidade e atividades envolvendo os processos de tocar um instrumento ou realizar um processamento de dados. Na ação de utilizar o computador, por exemplo, para programar um *software,* será necessário ter a habilidade de digitação e essa ação será realizada de forma "automática" pelo sujeito, pois esse não ficará a todo momento dizendo "vou digitar a letra A, vou digitar a letra B". Assim, compreende-se que os instrumentos, os materiais e as tecnologias operam como meios, podendo moldar a forma como nossas habilidades e ações se iniciam. O filósofo sustenta a ideia de que ocorre uma integração do ser humano com a tecnologia (Ihde, 2015, n. p).

Bozatski (2015), baseado nos estudos de Ihde, afirma que:

> Nunca houve, em nenhum período histórico, um humano que deixou de usar a tecnologia, o que nos define é isso. A diferença entre nós e os demais animais é a complexidade maior de abstração que nos permite produzir tecnologias e, assim, nos oferece uma visão muito maior sobre a natureza. Nós somos nossos instrumentos (Bozatski, 2015, n.p).

Entende-se que os seres humanos são os únicos capazes de produzir e manipular tecnologias, seja de forma benéfica ou não. Portanto:

> com base nas diversas palavras utilizadas para descrever os objetos tecnológicos, podemos ter uma tecnologia que é um artefato (um martelo), um dispositivo, que pode desempenhar uma função autônoma específica (uma ratoeira), ou um mecanismo, que pode envolver um sistema complexo de peças, engrenagens e uma somatória de variadas tecnologias, podendo desempenhar complexas funções (relógios, motores, máquinas de cálculo, de cômputo etc.) (Bozatski, 2020, p. 64).

Entende-se que ambas as escolas de pensamento (Fenomenologia e a Pós-Fenomenologia) contribuem epistemologicamente para o desenvolvimento do estudo, pois trazem os fundamentos necessários para as discussões sobre a Intencionalidade humana e a Intencionalidade tecnológica dentro do fenômeno informacional no campo da CI.

Desse modo, esses fundamentos permitem relacionar o conceito da Intencionalidade (humana e tecnológica) por meio de um nexo central que são as mediações, tanto da perspectiva humana, quanto da tecnológica nos processos informacionais relacionados aos projetos de construção, de implementação e de avaliação de ambientes informacionais digitais.

2.2 Polo Teórico

Neste polo são encontrados os fundamentos conceituais e teóricos que sustentam a pesquisa. São identificadas discussões bibliográficas para atender a hipótese, os objetivos da pesquisa e a problemática, além de uma visão analítica para o objeto de estudo.

A partir do que foi exposto na introdução desta tese, o objeto de estudo é o conceito de Intencionalidade. A base teórica foi construída com estudos desenvolvidos no campo da Ciência da Informação. No entanto, considerando que a origem do conceito está na Filosofia, a fundamentação teórica também inclui estudos dessa área. Além disso, foram incorporados estudos das áreas da Psicologia e das Ciências Cognitivas, uma vez que a Intencionalidade é amplamente aprofundada sob a perspectiva do psíquico. Isso demonstra a contribuição da interdisciplinaridade do campo da Ciência da Informação e sua versatilidade para o desenvolvimento do estudo.

Desse modo, a seção 3 é dividida em duas subseções para apresentar as diferentes perspectivas do conceito de Intencionalidade nas escolas de pensamento da Fenomenologia e da Pós-Fenomenologia. Vale ressaltar que a seção 3 permeia o polo epistemológico e o polo teórico, pois contribui conceitualmente para ambos os polos.

As seções 4 e 5 apresentam o conceito de Intencionalidade no campo da Ciência da Informação. A seção 4 expõe os resultados do polo técnico da Revisão Sistemática de Literatura (RSL), discutindo os textos analisados e estabelecendo diálogos sobre as diferentes perspectivas da Intencionalidade em cada um deles. Além disso, são apresentadas publicações relevantes que não foram encontradas na RSL, mas que fazem parte da trajetória de pesquisa exploratória realizada durante os anos de doutorado.

A seção 5 apresenta as relações teóricas entre a Intencionalidade e outros estudos no campo da Ciência da Informação, que se vinculam por conta dos fundamentos conceituais apresentados em cada uma delas, sendo: à Representação da Informação, à Mediação da

Informação, o Comportamento Informacional, à Competência em Informação e à Experiência do Usuário.

Por fim, a seção 6 reúne as discussões e resultados da tese, enquadrando-se na apresentação do polo morfológico. Entretanto, como já mencionado, devido à natureza teórica da pesquisa, as subseções 6.1 e 6.3 incluem conteúdos e reflexões que fazem parte do polo teórico.

2.3 Polo Técnico

Dentro do polo técnico são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados neste estudo de natureza básica e teórica que tem como objetivo aprofundar as pesquisas em um domínio no qual o acúmulo e a sistematização de conhecimento ainda são limitados na Ciência da Informação. Nesse contexto, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, exploratória e descritiva com abordagem qualitativa.

A pesquisa bibliográfica é uma etapa comum e realizada em quase todo tipo de estudo, partindo do acesso à materiais como livros e artigos científicos. Para Gil (2008), a grande vantagem da pesquisa bibliográfica é "permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente" (Gil, 2008, p. 50).

O estudo também faz parte de uma pesquisa exploratória, que é aplicada "especialmente quando o tema escolhido é pouco explorado e torna-se difícil sobre ele formular hipóteses precisas e operacionalizáveis" (Gil, 2008, p. 27). Isso possibilita, portanto, "reunir dados, informações, padrões, ideias ou hipóteses sobre um problema ou questão da pesquisa" (Braga, 2007, p. 25).

A pesquisa descritiva "tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis" (Gil, 2008, p. 28). Esse tipo de estudo busca documentar e analisar fenômenos existentes, destacando aspectos observáveis relacionados ao objeto de estudo, o que possibilita uma descrição detalhada das características dos fenômenos investigados e oferece uma compreensão mais profunda para estudos posteriores.

Os estudos de abordagem qualitativa na Ciência da Informação são apropriados, principalmente, para compreender as necessidades informacionais dos sujeitos, o que possibilita o desenvolvimento de pesquisas sobre comportamento de busca e uso da

informação, além de propiciar teorias e estudos que favoreçam o projeto de serviços de informação de qualidade (Wilson, 2000; Alves; Aquino, 2012).

A Revisão Sistemática de Literatura foi definida como técnica e instrumento de coleta. Segundo Alves (1992), a referida técnica contribui para que o pesquisador possa definir melhor: seu objeto de estudo, teorias, procedimentos e instrumentos ou, ainda, aplicá-los. De certo modo, todo estudo passa pela etapa de levantamento e revisão de literatura, entretanto, as "etapas criteriosas da revisão sistemática a diferenciam do método tradicional de revisão bibliográfica" (Cerrão; Castro; Jesus, 2018, p. 106).

O uso dessa técnica irá garantir maior confiabilidade e reprodutibilidade, para que a aplicação do objeto de estudo seja feita com eficiência e eficácia dentro da hipótese da pesquisa. Sendo assim, a Revisão Sistemática de Literatura é:

> um meio de avaliar e interpretar todas as pesquisas disponíveis relevantes para uma questão de pesquisa específica, área de tópico ou fenômeno de interesse. As revisões sistemáticas visam apresentar uma avaliação justa de um tópico de pesquisa usando uma metodologia confiável, rigorosa e auditável (Kitchenham, 2004, p. 4, tradução nossa).

Os autores Briner e Denyer (2012) apresentam cinco principais etapas e quatro conjunto de princípios para o desenvolvimento e aplicabilidade da técnica de Revisão Sistemática de Literatura, apresentados no Quadro 1.

Quadro 1: As principais etapas e o conjunto de princípios da Revisão Sistemática de Literatura

Etapas da RSL	Princípios da RSL	Descrição dos princípios da RSL
Planejamento da revisão	Sistemática/organizada	As revisões sistemáticas são conduzidas de acordo com um sistema ou método que é projetado em relação e especificamente para abordar a pergunta que a revisão se propõe a responder.
Localização de estudos	Transparente/explícito	O método usado na revisão é explicitamente declarado.
Avaliação de contribuições	Replicável/atualizável	Tal como acontece com muitos formulários da pesquisa primária, o método e a maneira como é relatado deve ser suficientemente detalhado e claro para que outros pesquisadores possam repetir a revisão com modificações ou atualizá-lo.

Etapas da RSL	Princípios da RSL	Descrição dos princípios da RSL
Analisar e sintetizar informações	Sintetizar/resumir	Revisões sistemáticas reúnem de forma estruturada e organizada os resultados da revisão, a fim de resumir as evidências relacionadas à revisão questão.
Relatar as “melhores evidências”		

Fonte: Adaptado de Briner e Denyer (2012, p. 115, tradução nossa).

Nesse contexto, seguindo as considerações dos autores, é necessário elaborar um protocolo para a RSL que auxilie no desenvolvimento de pesquisa como: o detalhamento das fontes, o processo de levantamento bibliográfico, a definição e exclusão dos materiais relevantes para a pesquisa etc.

O Quadro 2 apresenta o protocolo de RSL com os padrões e critérios que contribuíram para guiar a revisão.

Quadro 2: Protocolo de Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

Itens	Descrição
Problemática da pesquisa	Quais são as possíveis abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade para o campo da Ciência da Informação?
Objetivo da pesquisa	Busca investigar as abordagens teóricas, técnicas e práticas da Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação.
Estratégias de busca	Título e Palavras-chave; na área da Ciência da Informação;
	Termos: Teoria da Intencionalidade e Intencionalidade;
	Adaptação aos mecanismos de busca avançados em cada uma das bases de dados;
	As buscas serão realizadas em três idiomas: português, inglês e espanhol.
Fontes de informação	Portal de Periódicos da CAPES, BRAPCI, *Web of Science* e Scopus.
Critérios de inclusão e exclusão	Inclusão: ● Publicações de acesso aberto; ● Revisados por pares; ● Textos publicados na área da Ciência da Informação.
	Exclusão: ● Textos que não foram publicados em: português, inglês ou espanhol; ● Artigos repetidos; ● Quando “Intencionalidade” for apenas um termo dentro do texto e não sobre o conceito ou teoria.
Restrições	● Sem restrições de ano de publicação;

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Definidos os critérios para o protocolo de RSL, os levantamentos bibliográficos nas bases de dados foram realizados no primeiro semestre de 2023. As fontes de informação escolhidas para a pesquisa se dão pela qualidade no que se refere a disponibilização em acesso aberto dos objetos digitais em âmbito nacional e internacional. Além disso, são bases que incluem a área da Ciência da Informação e armazenam quantidades significativas de textos revisados por pares.

Cada uma dessas bases apresenta particularidades em seus mecanismos de busca avançada, mas foi possível estabelecer um padrão e um retorno fidedigno às pesquisas realizadas, como por exemplo: o processo de busca foi realizado em duas etapas, sendo a primeira por título e área em todos os idiomas e a segunda por palavras-chave e área em todos os idiomas. Em todas as bases se fez uso do "AND" por conta da área de conhecimento, bem como o uso das aspas por se tratar de um termo composto.

A Base de Dados em Ciência da Informação (BRAPCI), por ser exclusivamente voltada para a área da CI, dispensou a necessidade de delimitação. A base apresenta um mecanismo de busca simples, com critérios de filtragem, utilizando-se título e palavras-chave. Além disso, a base possibilita a geração de métricas e facilita o processo de verificação de duplicação entre os textos.

No Portal de Periódicos da CAPES, seu mecanismo de busca é avançado e utiliza os operadores booleanos "AND", "OR" e "NOT" em suas opções de filtros e critérios. Portanto, temos: qualquer campo; título; autor/criador e assunto, seguido de: contém; é exato; começa com e termo de busca. Foram utilizados os termos em título e em palavras-chave com os critérios "é exato"> AND> "qualquer campo"> "contém"> a área de conhecimento. A tradução utilizada para Ciência da Informação foi "*Information Science & Library Science*" que é a nomenclatura estabelecida nas categorias de áreas do conhecimento da base.

Além disso, o Portal de Periódicos da CAPES oferece o acesso pela Comunidade Acadêmica Federada (CAFe) por meio de *login* como aluno da Unesp, o que permite o acesso a algumas fontes de informação dentro da base. É importante destacar esse ponto, pois a pesquisa realizada sem o *login* ou por outra universidade pode alterar os resultados quantitativos da pesquisa.

Na Scopus, o mecanismo de busca avançado oferece vinte e seis tipos de filtros. Foram utilizados os filtros de busca em título e em palavras-chave seguidos de "AND" com os filtros "*title, abstract, keywords*" para delimitar a área de conhecimento, visto que não havia um

filtro específico para essa finalidade. As pesquisas em português e espanhol não retornaram nenhum material.

Na *Web of Science,* o mecanismo de busca avançado também tem vinte e seis opções de filtros e a busca aconteceu em título e palavras-chave, seguidos de "AND" e o filtro "Categorias da *Web of Science*" onde já havia a opção da área "*Information Science & Library Science".*

Vale destacar que os levantamentos na Scopus e na *Web of Science* ocorreram de forma individual, apesar de ambas estarem incluídas no Portal da CAPES com acesso total. Essa abordagem foi adotada porque houve um retorno de títulos diferentes em cada base. Essa descoberta foi feita durante o processo de investigação das bases. Devido à escassez de literatura na área da Ciência da Informação, a ideia de ampliar a pesquisa e explorar diversas fontes revelou-se eficaz e trouxe resultados mais abrangentes.

Além disso, foi realizada uma busca no Portal Brasileiro de Publicações e Dados Científicos em Acesso Aberto (OASIS) que não trouxe resultados. Já a *Library, Information Science & Technology* (LISA) chegou a ser utilizada no texto enviado ao XXI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XXI ENANCIB) em 2021, mas não é mais possível ser acessada pelo Portal da CAPES.

Neste texto de Sanchez, Vidotti e Vechiato (2021), o levantamento trouxe dois (2) resultados relevantes à pesquisa. Desses, apenas um (1) foi encontrado no levantamento realizado para a tese. Vale pontuar que a pesquisa para o XXI ENANCIB (2021) foi realizada com os termos Intencionalidade e Teoria da Intencionalidade em português, inglês e espanhol apenas em títulos.

Desse modo, após a apresentação do processo para realização das buscas nas quatro bases de dados, o Quadro 3, apresenta os resultados quantitativos da RSL.

Quadro 3: Revisão sistemática dos termos Intencionalidade e Teoria da Intencionalidade na Ciência da Informação

Termo de busca	**Base de dados**	**Registros recuperados**	**Registros com acesso aberto e sem duplicação em cada base**
Teoria da Intencionalidade	BRAPCI	1	1
	Scopus	0	0
	Portal de periódicos da CAPES	1	1

Termo de busca	Base de dados	Registros recuperados	Registros com acesso aberto e sem duplicação em cada base
	Web of Science	0	0
Intencionalidade	BRAPCI	7	5
	Scopus	0	0
	Portal de periódicos da CAPES	5	3
	Web of Science	0	0
Intentionality	BRAPCI	1	1
	Scopus	16	9
	Portal de periódicos da CAPES	17	6
	Web of Science	18	6
Theory of Intentionality ou *Intentionality theory*	BRAPCI	0	0
	Scopus	0	0
	Portal de periódicos da CAPES	0	0
	Web of Science	0	0
Teoria de la Intencionalidad	BRAPCI	0	0
	Scopus	0	0
	Portal de periódicos da CAPES	0	0
	Web of Science	0	0
Intencionalidad	BRAPCI	0	0
	Scopus	0	0
	Portal de periódicos da CAPES	1	1
	Web of Science	0	0
Total		67	33
Total analisado após verificação de duplicação entre as bases de dados		25	
Total final		21	

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

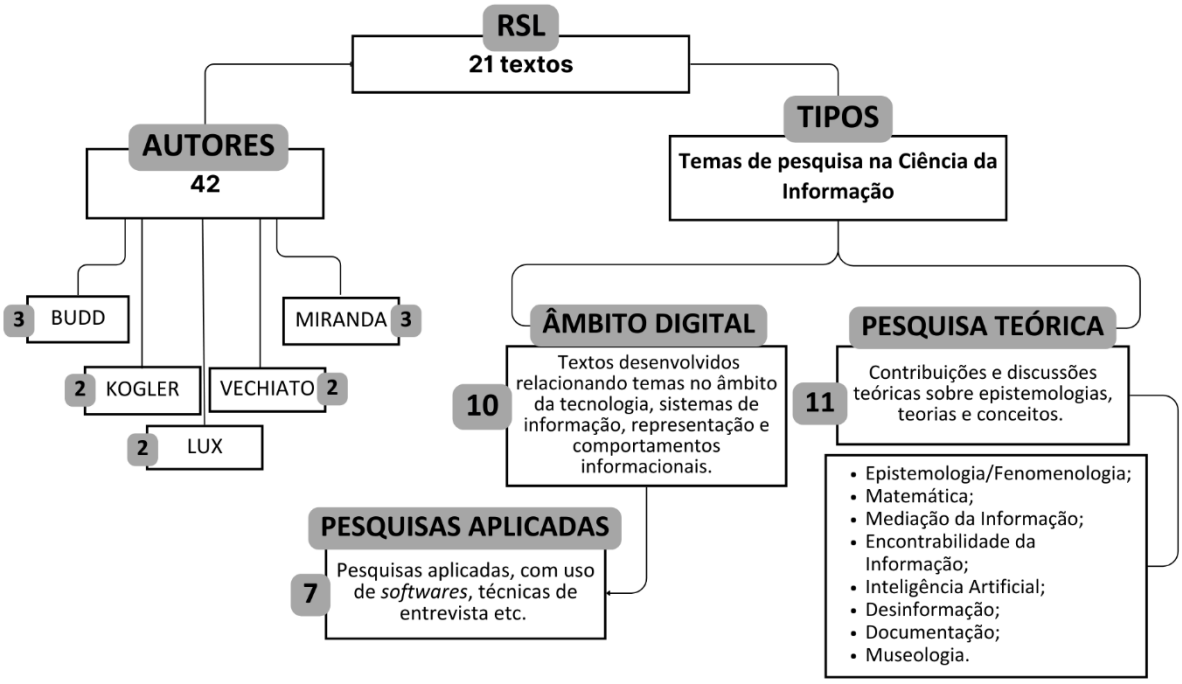
Como apresentado no Quadro 3, após a verificação de duplicação de materiais entre as bases de dados, somou-se um total de vinte e cinco (25) textos, entretanto, após a análise, foi necessário o descarte de quatro (4) deles por não se aprofundarem no conceito de Intencionalidade, ficando assim, um total de vinte e um (21) textos para serem explorados. Os materiais estão divididos em artigos completos, resumos simples e resumos expandidos.

Diante dos resultados obtidos com o levantamento foi possível ter duas perspectivas sobre as publicações, sendo: a primeira delas é que de fato há uma escassez nos estudos sobre Intencionalidade na área da Ciência da Informação, especialmente, no Brasil. A segunda é que a área da CI de âmbito internacional tem uma tendência em publicações mais técnicas sobre

Intencionalidade fortalecendo vínculos com as áreas de Sistemas de Informação e Ciência da Computação.

Nesse sentido, a Figura 2 busca sintetizar esses resultados e as perspectivas mencionadas, incluindo as características das publicações, as tipologias e a relação de autores.

Figura 2: Perspectivas da RSL



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Figura 2 apresenta as perspectivas temáticas que foram identificadas na RSL. Estas são um total de vinte e um (21) textos com quarenta e dois (42) autores envolvidos nas publicações. Os textos foram identificados e divididos por produções em pesquisas de âmbito digital com pesquisas aplicadas e de cunho teórico em diferentes âmbitos.

Na primeira, as pesquisas aplicadas são maioria, sendo sete (7) de um total de dez (10) textos. Essas pesquisas foram selecionadas para a RSL, pois foram resultados dos critérios estabelecidos para a busca e ao serem analisadas foram consideradas como suporte teórico para a proposta de mapeamento da Intencionalidade, entretanto, vale ressaltar que o aprofundamento da temática da Intencionalidade era raso, mas as pesquisas tratam da extração de intenção, o que de alguma forma atende os requisitos da pesquisa.

Nas pesquisas de cunho teórico, vale ressaltar que a RSL identifica uma das primeiras movimentações no que se refere aos estudos epistemológicos sobre a Fenomenologia no

campo da CI com os estudos de Budd (1995). Ainda que a Intencionalidade não seja apresentada como um tema central, esta é mencionada e traz uma perspectiva sobre a abordagem da Intencionalidade da CI.

No mais, os conteúdos dos textos serão detalhados na seção 4, na qual serão apresentadas as diferentes abordagens da Intencionalidade no campo da Ciência da Informação, além de estabelecer diálogos com publicações que não foram identificadas pela RSL.

2.4 Polo Morfológico

O polo morfológico, fundamentado nas informações apresentadas e desenvolvidas em cada um dos polos (epistemológico, teórico e técnico), expõe as discussões e resultados da pesquisa. Sua apresentação concentra-se na seção 6, a qual se divide em cinco subseções.

A subseção 6.1 apresenta a concepção da Intencionalidade Informacional. Nela, é apresentado o processo de investigação que levou a criação do termo que adequa os estudos da Intencionalidade (humana e tecnológica) para o campo de estudos da Ciência da Informação.

A subseção 6.1.1 amplia as discussões e resultados referentes às abordagens teóricas construídas na seção 5. Nela são apresentadas similaridades nos termos e definições do conceito de Intencionalidade do campo da Filosofia, especialmente com os estudos de Representação da Informação e Mediação da Informação.

Além disso, amplia-se o *corpus* teórico da Intencionalidade no contexto da Encontrabilidade da Informação, trazendo a relação das Intencionalidades (humana e tecnológica) por meio das mediações categorizando os atributos de EI entre as mediações humanas e tecnológicas e nas perspectivas dos sujeitos institucionais e informacionais referente à construção de ambientes informacionais digitais.

Os estudos relacionados ao Comportamento Informacional, a Competência em Informação e a Experiência do Usuário são reafirmados como conceitos imbricados à Intencionalidade, especialmente a humana, que concebem a bagagem cognitiva construída ao longo da vida por cada sujeito informacional e que são externalizadas por meio das ações intencionais deles.

A subseção 6.1.2 apresenta as abordagens técnicas e tecnológicas relacionadas às possibilidades de recursos que podem auxiliar no mapeamento e coleta da Intencionalidade

dos sujeitos informacionais. Isso inclui a extração das ações intencionais através da combinação de duas ou mais técnicas e tecnologias, as quais podem coletar uma quantidade maior e mais precisa dessas reações, abrangendo tanto sinais fisiológicos, quanto não fisiológicos.

A seção 6.2 apresenta o modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional, visando apresentar a abordagem desta concepção dentro do contexto dos estudos no campo da Ciência da Informação sob as perspectivas de pesquisas teóricas e pesquisas aplicadas que visam construir projetos de ambientes informacionais.

Por fim, a subseção 2.4.1, apresentada a seguir, aborda as publicações realizadas ao longo do processo investigativo desta pesquisa e que foram materializadas por meio de publicações em periódicos, publicações em anais de eventos e capítulos de livros.

2.4.1 Produções científicas relacionadas à tese

Dentro do contexto do polo morfológico, cabe explicitar as produções científicas geradas durante o doutoramento. Esses materiais fazem parte de todo o processo de investigação e assim como a tese são resultados de pesquisa.

SANCHEZ, F. A; VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L. CONTRIBUIÇÕES DA INTENCIONALIDADE NO CONTEXTO DA ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), ENANCIB, XXI, 2021, Rio de Janeiro**. Anais [...]** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/513/467. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A.; VECHIATO, F. L.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F de. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 111998, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.111998. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/111998. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ, F. A; VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L; ROA-MARTÍNEZ, S. M. Encontrabilidade da Informação e *Information Findability*: relações com a Intencionalidade. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XXII, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. ISSN 2177-3688. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/1119/793. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ; F. A; CASTRO, F. F; VECHIATO, F. L; VIDOTTI, S. A. B. G Correlações da Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade: contribuições para a Encontrabilidade da

Informação. **Revista em Ciência da Informação**, v. 52, n. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.6030. Acesso em: 21 jun. 2024.

SANCHEZ; F. A. VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L; ROA-MARTÍNEZ, S. M. Correlações entre a Intencionalidade dos sujeitos informacionais e o conceito de Polirrepresentação. *In:* TOGNOLI, N. B. T; ALBUQUERQUE, A. C; CERVANTES, M. N. (Org.). **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos: desafios e perspectivas na era da datificação.** Estudos avançados em Organização do Conhecimento, v. 6. Londrina: ISKO-Brasil: PPGCI- UEL, 2023, 818 p. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2023/06/livro-isko-Brasil_23.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

SANCHEZ; F. A. VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L. O conceito de Intencionalidade Tecnológica no contexto da Encontrabilidade da Informação. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XXIII, 2023, Sergipe. **Anais [...]** Sergipe: Universidade Federal de Sergipe, 2023.Disponível em: https://ancib.org/enancib/index.php/enancib/xxxiiienancib/paper/view/1414. Acesso em: 16 maio 2023.

Vale ressaltar que as publicações foram realizadas visando o impacto dentro da área da Ciência da Informação, bem como para a contribuição dos movimentos da Ciência Aberta e Acesso Aberto. Desse modo, os periódicos e os anais referentes às publicações dos eventos são ambientes de acesso livre.

As revistas estão avaliadas em Qualis A2 e A3 na área da Ciência da Informação e os eventos são considerados relevantes e de grande visibilidade para a CI, especialmente, em âmbito nacional. Nesse sentido, os textos contribuem com uma literatura que ainda é escassa e está em expansão no campo e no cenário brasileiro.

3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS SOBRE A INTENCIONALIDADE

Como parte do polo epistemológico e teórico desta tese, esta seção é dedicada a apresentar os fundamentos da Intencionalidade que são advindas, em sua grande parte, do campo da Filosofia. Além disso, a subseção 3.1 apresenta diferentes perspectivas da Intencionalidade na Fenomenologia e na subseção 3.2 as abordagens na Pós-Fenomenologia.

Em um panorama geral das discussões sobre a temática, algumas particularidades merecem ser destacadas antes do aprofundamento das perspectivas teóricas, a primeira delas é que há distinções sobre a Intencionalidade e a Intensionalidade, por exemplo. Searle (2002) afirma que existe um grande equívoco dentro da filosofia contemporânea sobre uma estreita relação entre essas distinções. Para o filósofo:

> A Intencionalidade com-c é aquela propriedade da mente (cérebro) pela qual está é capaz de representar outros objetos; a intensionalidade-com-s é a incapacidade de certas sentenças, enunciados etc. de satisfazer certos testes lógicos de extensionalidade. A única relação entre elas e que algumas sentenças sobre a Intencionalidade-com-c são intensionais-com-s (Searle, 2002, p. 32).

Nesse sentido, algumas sentenças da Intencionalidade com "c" também são com "s", pois há sempre uma diferença nas características do relato e da coisa relatada, as condições de verdade desses relatos são passíveis de interpretação. Desse modo, entende-se que um estado intenCional pode ter um estado intenSional, pois é uma representação de uma representação.

Outro ponto relevante é a diferença no uso da palavra Intencionalidade e seus derivados com o "i" maiúsculo ou minúsculo. A Intencionalidade com I (maiúsculo) se refere dentro do contexto da teoria à Intencionalidade criada por Searle, como direcionalidade; a Intencionalidade com i (minúsculo) está se referindo a intenção, essa intenção de ato, manifestação que é só uma das formas de Intencionalidade (Searle, 2002). Nesta tese, o uso do maiúsculo e minúsculo segue os critérios empregados pelo filósofo.

Além disso, vale destacar que esta tese apresenta diferentes perspectivas sobre a Intencionalidade, mas tem como base a linha de pensamento de John Searle e endossa suas reflexões a partir dos seus princípios teóricos sobre a Intencionalidade e a sua relação com a consciência. O filósofo, em 1983, escreveu o livro *Intentionality,* no qual apresenta uma proposta de Teoria da Intencionalidade. Seus estudos abordam os mistérios da consciência e as redescobertas da mente. Os estudos sobre a Intencionalidade se desenvolvem no contexto da corrente de estudos da filosofia da mente, que "corresponde ao estudo *filosófico* sobre a natureza da *mente*, sobre os *eventos mentais*, sobre as *funções* e *propriedades metais*" (Vasconcellos, 2007, p. 190, grifo do autor).

Dentro desse contexto, é importante destacar que o filósofo que fundamenta as discussões na escola de pensamento da Pós-Fenomenologia, abordada na subseção 3.2, é o estudioso da escola, Don Ihde. O filósofo define um novo tipo de Intencionalidade, chamada Intencionalidade tecnológica, em 1990. Além disso, concorda-se com as perspectivas do autor, especialmente no que se refere às suas perspectivas sobre a consciência e a inconsciência.

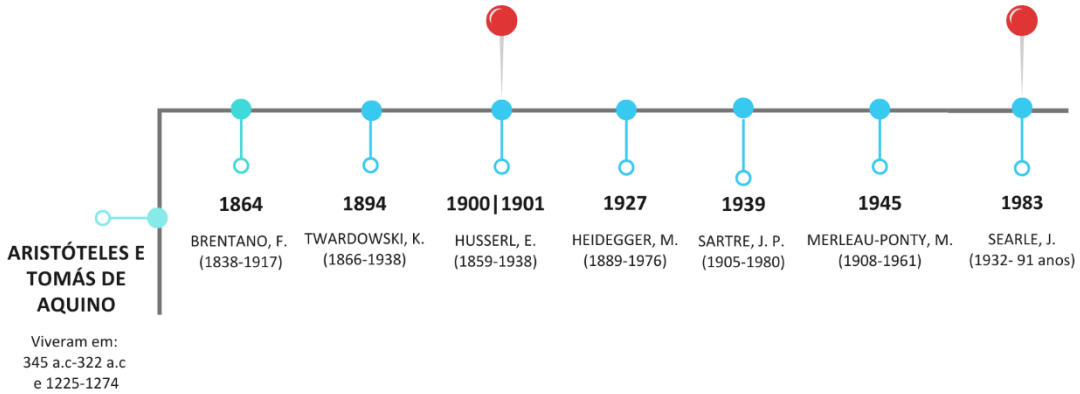
3.1: Perspectivas da Intencionalidade na Fenomenologia

Nesta subseção, serão apresentadas as perspectivas da Intencionalidade, incluindo uma seleção de autores amplamente discutidos pelos estudiosos no campo da Filosofia. Com o intuito de traçar uma narrativa histórica dessas perspectivas, essa subseção busca apresentar os autores que se tornaram referência para as discussões sobre a Intencionalidade no contexto da Fenomenologia. Isso porque, a partir das pesquisas bibliográficas realizadas, notou-se que alguns filósofos se destacam ao longo da história.

Reconhece-se que diante da abundância de publicações sobre a Intencionalidade e a Fenomenologia seria inviável abordar toda a trajetória da temática e ainda que as ideias de Searle sejam consideradas sólidas para o desenvolvimento deste estudo, entende-se que é fundamental considerar outras perspectivas para obter uma visão mais abrangente e mais completa sobre a Intencionalidade.

Nesse sentido, a Figura 3 representa essa narrativa a partir da apresentação dos autores e as datas de publicações que se tornaram referência nos estudos da Fenomenologia. Além disso, os pontos de destaque em Husserl e Searle são pelo fato de que Husserl marca o campo da Filosofia com a criação da Fenomenologia que impulsiona as discussões sobre Intencionalidade e consciência; e Searle por ser o autor que fundamenta esse estudo e o que de fato escreve sobre uma Teoria da Intencionalidade.

Figura 3: Narrativa histórica da Intencionalidade na Fenomenologia



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Há relatos de que as discussões sobre a Intencionalidade datam do surgimento dos estudos nas ciências humanas, na Grécia antiga. Isso porque "há uma ampla precedência histórica da Intencionalidade sobre a fenomenologia, a qual passa por Aristóteles, Tomás de Aquino, e chega até nós pela ação de Brentano" (Nunes Filho, 2021, p. 324).

Dessa forma, Aristóteles, um dos principais filósofos gregos da história, levantou discussões sobre a percepção dos objetos no mundo ou na sua existência no intelecto, bem como as sensações passivas e ativas que esses objetos causam. Tomás de Aquino viveu no século XIII e por concordar com as referências aristotélicas desenvolve a ideia da inexistência intencional que não quer dizer não existência das coisas, mas sim que elas existem apenas na consciência (Nunes Filho, 2021).

Já o filósofo Franz Brentano acreditava que os fenômenos estritamente psíquicos são caracterizados pela "inexistência intencional" como uma marca do mental, nesse caso, o "in", não deve ser visto como uma não existência do objeto, mas sim como a existência dentro da intenção, ou seja, o objeto intencional existe como representação dentro do sujeito e é direcionado intencionalmente ao fenômeno mental/psíquico (ato e objeto), o objeto externo também é chamado como fenômeno físico (Brentano, 1874).

Após o conceito de inexistência intencional de Brentano, Twardowski (1894) busca esclarecer algumas percepções sobre a ideia de ato, objeto e conteúdo. Assim, ele apresenta a ideia de que os atos mentais são vistos como apresentação. Sendo assim, existem diferenças em relação a apresentação ou ato mental em si, o conteúdo desta apresentação e o objeto da apresentação. As ações de julgar, acreditar, amar e odiar qualquer coisa no mundo, por exemplo, é vista como o objeto de uma apresentação, ou seja, um ato intencional consciente.

Nota-se que as discussões sobre a Intencionalidade começam com a relação de atos, objetos e conteúdos sempre associados à consciência do ser humano. Ainda que os estudiosos não utilizassem o termo Intencionalidade e sim variações, entende-se que as discussões iam além do significado de intenção apenas como ação, pois traziam associações à mente humana e às significações.

No início do século XX, Edmund Husserl definiu a Fenomenologia como "a doutrina universal das essências, em que se integra a ciência da essência do conhecimento" (Husserl, 2012, p. 22). Ele ficou conhecido como pai e mestre dessa escola de pensamento. Para Husserl (2002, p. 84, tradução nossa, grifo do autor), a consciência "pode ser indicada de fato como o tema geral da fenomenologia 'objetivamente' orientada, isto é, à Intencionalidade". Isso porque a consciência é sempre consciência de algo.

No que concerne essa Intencionalidade husserliana, entende-se que a consciência não é uma coisa ou uma substância (alma), mas sim um movimento. Esses movimentos são carregados de atos, como: a percepção, a imaginação, a volição, a paixão etc., sempre visando

algo. Esses atos são chamados de *noesis* e aquilo que é visado pelos atos são os *noemas* (Moreira, 2010; Souto, Araújo Neto, 2020). Assim, a Intencionalidade é vista como:

> uma correlação entre o sujeito e o objeto, a consciência e o mundo, ambos se definindo e produzindo sentido, o que torna possível que os fenômenos humanos sejam percebidos em seu teor vivencial, ou seja, a consciência é como uma corrente de experiências vividas [...] cada pensamento, enquanto ato intencional da consciência, traz em si o objeto, não como está no mundo, mas, sendo visado, como se encontra na consciência (Souto; Neto, 2020, p. 103-104).

Entende-se que, na percepção de Husserl (2012), o olhar para o objeto a partir da consciência só é possível por meio da Intencionalidade, pois ela é quem irá permitir uma redução fenomenológica ou a *epoché,* que se trata de uma: "suspensão do juízo [...] de colocar entre parênteses todo o conhecimento ou crença que temos diante das coisas e do mundo" (Pires, 2012, p. 296).

Desse modo, dentro da perspectiva da Fenomenologia de Husserl, entende-se que a Intencionalidade e a consciência estão imbricadas. O sujeito, ao olhar para o objeto de forma consciente, também deve ser capaz de suspender a existência do que esse objeto pode ser no mundo exterior, ou seja, as vivências devem trazer significação a partir de uma consciência pura, sem resquícios de experiências buscando compreender de fato a essência do fenômeno, conhecida também como a *redução eidética,* um processo posterior ao *epoché* (Husserl, 2012).

Heidegger (1925, 1927) não acredita na redução fenomenológica proposta por Husserl e aborda a Intencionalidade sem reduzi-la a elementos de consciência. O filósofo propõe o *Dasein* como um ente que substitui a consciência, um *ser-no-mundo* que visa as experiências, ele conhece a si mesmo e conhece os entes a sua volta a partir de suas experiências de interpretação (hermenêutica), por isso, Heidegger não acredita na redução fenomenológica (De Abreu Siqueira, 2019).

Nesse contexto, Heidegger (1979, p. 37) fala sobre a dificuldade relacionada a redução fenomenológica, pois entende que:

> o processo de chegar às coisas é complicado e, acima de tudo, tem de remover os preconceitos que obstruem as coisas. *Intentio* significa literalmente: dirigir-se para. Cada experiência, cada comportamento mental é direcionado para alguma coisa. Imaginar é imaginar algo, lembrar é lembrar de algo, julgar é julgar sobre algo, suspeitar, esperar, esperar, amar, odiar algo [...] A objetividade diante do que é mais evidente é o que temos de mais difícil de alcançar, porque as pessoas sempre encontram o elemento de sua

> existência no artificial, já influenciado por outros (Heidegger, 1979, p. 37, tradução nossa).

Os atos na Intencionalidade para Heidegger (1979, p. 40) são denominados como *Leermeinen,* a "intencionalidade não é uma relação com o que não é experiencial, o que às vezes ocorre nas experiências, mas sim as próprias experiências como tais são intencionais". Nesse contexto, para o filósofo os objetos não necessariamente precisam ser físicos para se ter experiências sobre ele, atos de imaginação ou alucinação também fazem parte dos atos de percepção.

Essa perspectiva de Heidegger sobre os atos de percepção serem intencionais mesmo que não sejam reais abre espaço para uma outra perspectiva das discussões sobre a Intencionalidade que estão relacionadas com o consciente, o inconsciente e as sensações corporais. Trazendo as ideias de Searle (1997) para esse contexto, a consciência e a inconsciência estão ligadas pelos processos neurofisiológicos que ocorrem no cérebro. Sendo assim, todo estado intencional inconsciente ainda é potencialmente consciente, isso porque há uma intencionalidade intrínseca que são consideradas como partes da natureza biológica (sensações/reações corporais).

Nesse sentido, a alucinação, por exemplo, poderia ser causada por um desequilíbrio químico do cérebro, por doenças neurológicas, psicossomáticas, mas também por um estado intencional de subjetividade do *sentir-se-como*, pois "toda Intencionalidade é aspectual" (Searle, 1997, p. 189), ou seja, é vista a partir de um ponto de vista.

Dessa forma, a sensação de dor ou prazer não será a mesma para os sujeitos ainda que a forma como essa sensação foi provocada seja, isso porque ela envolve um pensando/sentimento, no caso, uma expectativa que é colocada pelo sujeito sobre determinada situação, o que pode resultar em reações corporais diferentes.

É possível afirmar que boa parte dos estudos sobre Intencionalidade estão associados à consciência. Searle (1983; 1997) afirma que não é possível discutir Intencionalidade sem abordar a consciência, pois seriam discussões incompletas. Nesse sentido, reconhece-se a importância em apresentar autores que entendem a consciência e a Intencionalidade em óticas diferentes e até mesmo daqueles que divergem sobre o assunto ou negam sua existência.

Nesse sentido, Jean-Paul Charles Aymard Sartre, foi um filósofo e escritor com interesse nos estudos sobre a existência humana. Seus estudos foram baseados na escola de

pensamento da Fenomenologia, porém confrontando ideias do Eu na consciência defendidas por Kant e Husserl (Sartre, 2013). Nesse sentido, é possível dizer que a Intencionalidade está presente nas entrelinhas dos estudos de Sartre por conta das reflexões sobre a consciência, em especial, nos estudos sobre as emoções e o Ego.

A publicação de Sartre (1939) busca retratar a Intencionalidade dos estudos de Husserl como uma ideia fundamental da Fenomenologia. Nela, o filósofo tece críticas e reflexões sobre os estudos sobre a Fenomenologia e exemplifica a ideia da consciência e da Intencionalidade a partir do exemplo de uma árvore. A árvore é o objeto no mundo, suas características fazem com que ela apresente a sua própria consciência.

A Intencionalidade então seria o fator de transcendência existente entre o Eu em relação ao objeto no mundo, ou seja, meus estados e ações sobre o objeto. Desse modo:

> A consciência ou pura 'representação' não é senão uma das formas possíveis de minha consciência "desta" árvore; eu posso também amá-la, temê-la, odiá-la, e esta ultrapassagem da consciência em relação a ela mesma que nomeamos de 'intencionalidade', se reencontra no receio, no ódio e no amor. Odiar o outro, é uma maneira ainda de se manifestar rumo a ele, é o encontrar de repente diante de um estranho do qual se vive, do qual se sofre primeiro a qualidade objetiva de "odioso" (Sartre, 1939).

Entende-se que as nuances entre os estudos de Husserl e Sartre estão na ênfase que se dá sobre o objeto no mundo. Para Husserl, as coisas no mundo são vistas a partir das experiências dos sujeitos sobre elas, é como se consciência e a Intencionalidade fossem uma coisa só e que essa está imbricada ao sujeito e suas ações, acarretando a compreensão do fenômeno apenas quando o sujeito se vê como consciente. Para Sartre, os objetos no mundo têm suas características próprias, mas podem ser ressignificados a partir da Intencionalidade, que seria a transcendência da consciência de cada um (Sartre, 2013).

Nota-se que a ideia de Intencionalidade de Husserl e Sartre partem de dois pontos de vistas diferentes do objeto no mundo, mas que, de um modo geral, a Intencionalidade tem relações parecidas no que condiz as representações. Em determinado momento as reflexões se cruzam e entendem que a Intencionalidade, neste caso, na consciência, gera representações sobre as coisas no mundo.

Dando continuidade a outras abordagens da Intencionalidade, na Filosofia da Mente, o filósofo e psicólogo Merleau-Ponty se baseia na Fenomenologia, enfatizando que sua função "trata-se de descrever, não de explicar ou analisar", isso porque "tudo o que sei sobre o mundo, mesmo através da ciência, sei a partir da minha própria visão ou de uma experiência

do mundo sem a qual os símbolos da ciência nada significaram" (Merleau-Ponty, 1945, p. II, tradução nossa).

Dos entendimentos sobre a Intencionalidade, Merleau-Ponty, a partir do que ele denomina como Fenomenologia da Percepção, acredita que a Intencionalidade não está baseada apenas na relação do sujeito com o mundo, mas sim como em uma relação corporificada de como o sujeito está no mundo e nas suas relações com outras coisas, outros corpos e com os contextos em que vive Merleau-Ponty (1945). O filósofo afirma que o corpo é "nossa expressão no mundo, a figura visível de nossas intenções" (Merleau-Ponty, 2000, p. 39).

Entende-se que o que Merleau-Ponty atribui como "mundo sensível" são os contextos em que os sujeitos vivem, ou seja, de acordo com os contextos culturais e sociais existentes no mundo e na vida do sujeito, seu corpo é o meio pelo qual ele viverá suas experiências, sendo capaz de se manifestar de diferentes formas.

> O mundo é inseparável do sujeito, mas de um sujeito que nada mais é do que um projeto de mundo, e o sujeito é inseparável do mundo, mas de um mundo que ele mesmo projeta. O sujeito é estar-no-mundo e o mundo permanece subjetivo, pois sua textura e suas articulações são desenhadas pelo movimento de transcendência do sujeito (Merleau-Ponty, 1945, p. 491, tradução nossa).

Para Daolio, Rigoni e Roble (2012, p. 189), Merleau-Ponty compara o corpo a uma obra de arte justamente por se constituir num "nó de significações vivas". Os autores entendem que para o filósofo, as experiências fenomenológicas advindas da percepção se apresentam por meio da motricidade ou comportamento resultando em um conjunto de significações.

A abordagem de Merleau-Ponty (1945) sobre a postura intencional ser realizada a partir do conceito de corpo-próprio traz a ideia de não ser possível separar corpo e alma, ou seja, estados mentais de reações físicas do corpo. Determinados sintomas como uma dor no peito por ansiedade, por exemplo, estão interligados. Para o autor:

> o psicológico e o físico estão tão interligados que não podemos mais pensar em completar um dos domínios funcionais com o outro e que ambos devem ser assumidos por um terceiro [...]. [É necessário] [...] para passar de um conhecimento dos fatos psicológicos e fisiológicos ao reconhecimento do evento mental como um processo vital inerente a nossa existência (Merleau-Ponty, 1945, p. 104-105, tradução nossa).

Desse modo, Cremasco (2009) apresenta o conceito de percepção associando-a uma Intencionalidade "carnal" e situacional abordada pelo conceito da Fenomenologia da Percepção de Merleau-Ponty (1945) entendendo que:

> não falamos de amor, ódio, ternura etc., como emoções sem uma situacionalidade, mas referimo-nos ao sujeito que vivencia suas emoções, o sujeito que ama, que odeia, etc. É a Intencionalidade associada à noção de campo perceptivo em situação [...] que nos possibilita falar que não percebemos o olho, mas o olhar, assim como não percebemos o rosto corado, mas a vergonha. Isso nos dá uma dimensão existencial para todas as percepções e vivências (Cremasco, 2009, p. 54).

Dando continuidade à apresentação dos filósofos que trabalharam com a Intencionalidade, serão apresentados, a partir daqui, os estudos de Jonh Searle. Como mencionado, os argumentos do filósofo estão em consonância com os pensamentos da autora, sendo congruentes com as propostas e abordagens apresentados para o campo da CI.

A Intencionalidade foi uma das peças centrais dos estudos de Searle na década de 1980. Sua publicação *Intentionality: An Essay in the Philosophy of Mind,* de 1983, foi escrita com o objetivo de desenvolver uma teoria da Intencionalidade, para que fosse possível compreender alguns fenômenos intencionais (Searle, 2002). Posteriormente, Searle (1992; 1997; 1998) trabalha com os desafios relacionados à consciência.

Searle (2000; 2002) sustenta sua crença da Intencionalidade na consciência, ou seja, ele não as considera a mesma coisa, mas que elas estão essencialmente ligadas. Além disso, seu objetivo é fazer com que a Intencionalidade seja percebida como um fenômeno natural biológico, com acesso ao consciente e ao inconsciente. Nesse sentido, o autor entende que alguns estados intencionais inconscientes são possíveis porque acessam estados mentais de consciência (Searle, 1997).

O autor utiliza de alguns elementos para compor a essência do que seria sua teoria da Intencionalidade, temos assim: os estados mentais, os estados intencionais, a rede *(network)*, o pano de fundo *(background),* a direção de ajuste e as condições de satisfação que são a chave para compreender a Intencionalidade (Searle, 2000, 2002). As representações são as formalizações da nossa Intencionalidade, para isso, o ser humano pode se manifestar, seja nos atos de fala (linguagem) ou pela percepção (expressões visuais),

Searle (2002, p. 4) afirma que "Intencionalidade é direcionalidade; ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de Intencionalidade entre outras", essa direcionalidade vem dos estados mentais que são os estados intrínsecos do ser humano, ligados aos processos

biológicos do cérebro e consequentemente do corpo. Posteriormente, ela se relaciona aos estados intencionais que realizados a partir de uma direção de ajuste vão ser representações das condições de satisfação do sujeito. Nesse sentido, um "estado intencional é satisfeito se o mundo é da maneira como é representado pelo estado intencional" (Searle, 2000, p. 99).

Entender a teoria da Intencionalidade é compreender sobre a subjetividade da relação mente-mundo, ou seja, o direcionamento estabelecido por nossas crenças, valores, percepções, lembranças, desejos etc. em determinadas situações. Searle (2000, p. 89) afirma que esses pontos "têm uma direção de ajuste de mente-mundo porque seu objetivo não é representar a maneira como as coisas são, mas sim como gostaríamos que fossem ou como planejamos fazer com que sejam".

Nesse sentido, percepção e subjetividade se manifestam na consciência de cada sujeito, são realidades vividas em primeira pessoa, "no que respeito à consciência a realidade é a aparência" (Searle, 1998, p. 224), como por exemplo, "o Sol parece se pôr, mas, na realidade, é a terra que realiza o movimento de rotação" (Searle, 1998, p. 224). Entende-se assim que nossa mente define uma representação como verdadeira ou falsa a partir do que está estabelecido na aparência da realidade de cada um, trata-se de processo muito particular de cada sujeito.

Retomando as explicações sobre os elementos que compõem a Intencionalidade, temos os estados mentais e intencionais que estão imbricados à rede a ao *background*, esses elementos estão relacionados aos contextos (sociais, culturais, políticos, tecnológicos) que formam o sujeito. Desse modo, suas interpretações, escolhas, significações, além das habilidades, experiências, competências e comportamentos adquiridos e aplicados ocorrem por conta dessa construção ao longo da vida (Searle, 2002; Miranda; 2018; Carvalho, 2021).

Dentro desse contexto, Searle (2002, p. 2) acredita que nem todos os estados mentais são carregados de Intencionalidade: "crenças, temores, esperanças e desejos são Intencionais, mas há formas de nervosismo, exaltação e ansiedade não-direcionada que não o são". Nesse sentido:

> Em defesa da opinião segundo a qual existe uma identidade entre consciência e Intencionalidade, costuma-se dizer que toda consciência é consciência *de,* que sempre que se está consciente há alguma coisa de que se está consciente. Esta explicação da consciência, porém, obscurece uma distinção crucial: quando tenho uma experiência consciente de ansiedade, há, de fato, algo de que minha experiência é experiência de, a saber, a ansiedade, mas esse sentido de 'de' é bem diferente do 'de' da

> Intencionalidade que ocorre, por exemplo, na declaração de que tenho um medo consciente de cobras; pois, no caso da ansiedade, a experiência de ansiedade e a ansiedade são idênticas, mas o medo de cobras não é idêntico a cobras (Searle, 2002, p. 3, grifo do autor).

Até esse momento, os autores apresentados relacionam a Intencionalidade e a consciência. Entretanto, Daniel Dennett (1987) adota como conceito o que ele chama de postura intencional. Para ele, animais, humanos ou máquinas podem ser consideradas sistemas complexos, ou seja, podem ter comportamentos (sentimentos) idênticos.

Dennett (2003) fala que nós seres humanos não somos capazes de entender a nossa própria consciência profundamente e não somos autoridade sobre elas. Isso porque nosso cérebro é capaz de nos enganar a partir de experiências visuais, por exemplo. O autor exemplifica a afirmativa a partir de estudos que utilizam da exposição de imagens com a sensação de ilusão de ótica, afirmando, assim, que métodos de terceira pessoa são capazes de afirmar o que acontece na consciência desses sujeitos, ou seja, diverge da ideia de Searle, que acredita que a consciência e a Intencionalidade são processos realizados sempre em primeira pessoa.

Desse modo, diante do exposto, acreditamos que os fundamentos apresentados sobre a Intencionalidade no contexto da escola de pensamento da Fenomenologia são, sem dúvida, um conceito aberto e mutável. Esse caráter é notável por se tratar de uma teoria intrinsecamente ligada aos seres humanos e às suas percepções do mundo e de seus objetos, mundo esse que está em constante mudança, especialmente no que condiz às evoluções tecnológicas.

3. 2 Perspectivas da Intencionalidade na Pós-Fenomenologia

A Pós-Fenomenologia foi idealizada inicialmente por Don Ihde, dentro do campo da Filosofia, especificamente no contexto da Filosofia da Tecnologia. Em 1998, o filósofo iniciou a coordenação de um grupo de pesquisa denominado *Tecnoscience Research Group* para o desenvolvimento de pesquisas em Pós-Fenomenologia. Dentre os contribuidores temos: Evan Selinger, Peter Paul Verbeek, Catherine Hasse e Robert Roserberger (Ihde, 2008).

Evan Selinger também contribui com os estudos na escola de pensamento. Segundo Ihde (2008, p. 8), a "versão de Selinger da pós-fenomenologia leva em conta cuidadosamente as preocupações políticas, de gênero e redutivistas na experiência de tecnologias transferidas".

Catherine Haase é antropóloga e trabalha com os aspectos culturais da percepção dentro da Pós-Fenomenologia, faz análises de tecnologias de imagem a gráficos, avaliando como a percepção torna as formas físicas como cultura, ela “examina as relações entre seres humanos, instrumentos e o papel da objetividade incorporada neles” (Ihde, 2008, p. 8).

Roger Rosenberger (2008) e seus estudos na Pós-Fenomenologia surgem em 2008 com uso das tecnologias para a interpretação de imagens, levantando aspectos da multiestabilidade e da mediação hermenêutica no processo de interpretar o que são levantadas por meio dessas imagens. Um de seus estudos relata como são realizados os debates para estabelecer a interpretação de imagens geradas da água em Marte, ou seja, aspectos da história, da geologia e da geografia que envolvem esse tipo de descoberta por meio de uma tecnologia.

Peter Paul Verbeek tem como um dos aspectos de pesquisa na Pós-Fenomenologia a moralidade e a ética material de alguns artefatos tecnológicos utilizados no decorrer da vida, como, por exemplo, as mudanças de experiências causadas nos sujeitos após exames de ultrassonografia. Don Ihde diz que: “Verbeek observou as maneiras não neutras pelas quais as tecnologias mediam a experiência humana, de si mesmo, dos outros e de nosso mundo da vida” (Ihde, 2008, p. 7).

De modo geral, nota-se que o conceito da Intencionalidade está imbricado nos estudos desses pesquisadores, tanto a clássica fenomenológica (Intencionalidade-Consciência), quanto a pós (Intencionalidade-Tecnologia). Entretanto, o uso do termo ou desenvolvimento conceitual da Intencionalidade não ocorre na maioria deles, apenas Verbeek (2008) aborda o termo e desenvolve um estudo sobre formas de Intencionalidades, ideias que mais adiante serão expostas.

Dentro desse contexto, entende-se que a construção da Pós-Fenomenologia acontece por Ihde (1990) com o objetivo de pensar e fazer uma Fenomenologia que se enquadre no século XXI. O filósofo faz suas reflexões sobre a perspectiva da presença e da existência da ciência e da tecnologia no mundo e suas relações com os seres humanos (Marandola Jr., 2013; Carvalho, 2020).

O filósofo não pensava em superar a Fenomenologia clássica, inclusive, seus ideais acessam os pensamentos de Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, seguindo uma linha a partir da “«consciência intencional» husserliana, mas tendo em vista os seus desdobramentos em Martin Heidegger e Maurice Merleau-Ponty. Para Ihde, não é possível compreender um

objeto que se dá à consciência como um objeto isolado" (Milhano, 2022, p. 276, grifo do autor).

A Intencionalidade dentro da Pós-Fenomenologia, traz um elemento adicional à já conhecida Intencionalidade da Fenomenologia Clássica, sendo ela a tecnologia, portanto, Don Ihde categoriza a Intencionalidade como Intencionalidade tecnológica:

> Em vez de 'Intencionalidade', como sendo sempre direcionada a algo, ela se concentra na 'Intencionalidade tecnológica': **a tecnologia molda cada vez mais a forma como nos dirigimos ao mundo**. A partir desta perspectiva, as tecnologias não são vistas principalmente como objetos no mundo material que são usados por sujeitos humanos, mas sim como 'mediadores' que moldam as relações entre os humanos e o mundo de uma certa maneira (Aydin, 2018, p. 206, tradução nossa, grifo nosso).

Sobre o entendimento das tecnologias ou dos desenvolvimentos tecnológicos de acordo com fundamentos da Intencionalidade, a Pós-Fenomenologia tem como objetivo analisar o:

> caráter da relação que seres humanos têm com essa tecnologia e os modos pelos quais ela organiza relações entre seres humanos e o mundo. Seres humanos podem interagir com tecnologias, incorporá-las, lê-las. Todas essas relações organizam como os seres humanos experienciam o seu ambiente, e como estão engajados de modo prático com ele. Tecnologias, em resumo, não são opostas à existência humana; elas são seu *medium* próprio (Rosenberger; Verbeek, 2015, p. 13, grifo do autor, tradução nossa).

Desse modo, entende-se que a Pós-Fenomenologia vê a Intencionalidade como a relação e/ou mediação, que pode(m) ser vista(s) como seu principal fundamento, porque é a base da relação dos seres humanos com os recursos tecnológicos na vida humana e mediação com ou sem interferência consciente desses recursos. Ihde (1990) propõe a interpretação de humano-tecnologia-mundo, trazendo uma nova perspectiva do que foi estabelecido na Fenomenologia clássica de homem-mundo.

Ihde (1990) apresenta quatro categorias de mediação das tecnologias, sendo elas: a corporificada *(embodied)*, a hermenêutica *(hermeneutic)*, a alteridade *(alterity)* e o pano de fundo *(background).*

O Quadro 4, busca apresentar essas categorias, as suas definições e os exemplos dessa relação humano-tecnologia-mundo.

Quadro 4: Categorias de Mediação de Ihde

Categorias de mediação	Definição	Exemplo
Corporificada *(embodied)*	Por «tecnologias incorporadas» Ihde entende os «artefactos tecnológicos» que são capazes de formar uma relação de unidade com o corpo humano, e que, com o seu uso, acabam por direcioná-lo para o mundo (Milhano, 2022, p. 282, grifo do autor).	O maior exemplo de uma mediação incorporada é a de um par de óculos que não somente olha a algum lugar, mas sim através dele: se funciona bem, isso se torna parte do nosso corpo, completamente transparente (Aydin, 2018, p. 206, tradução nossa).
Hermanêutica *(hermeneutic)*	Tecnologias são definidas como hermenêuticas, uma vez que necessitam de ser interpretadas para que a sua representação do mundo possa ser devidamente compreendida pelo seu utilizador (Milhano, 2022, p. 285).	Um termômetro é o exemplo máximo de uma mediação hermenêutica, já que nós o 'lemos': ele não nos dá uma sensação, mas um número que representa a temperatura (Aydin, 2018, p. 206, tradução nossa).
Alteridade *(alterity)*	A relação que este tipo de «artefactos tecnológicos» configura, fundamenta-se também por via da sensibilidade, pois é só na medida em que o ser humano pode ver, tocar, ou até falar, com o artefacto, que este adquire o caráter de objeto (Milhano, 2022, p. 287, grifo do autor).	O caixa eletrônico, pois ao interagirmos com ele o tratamos como um outro alternativo que facilita sacar dinheiro de uma conta bancária (Aydin, 2018, p. 206, tradução nossa).
Pano de Fundo *(background)*	Muito embora não participem ativamente da relação entre o ser humano e o mundo, as «tecnologias de fundo» não deixam de estar, ao mesmo tempo, presentes na construção da estrutura relacional que aí fica pressuposta (Milhano, 2022, p. 289-290, grifo do autor).	Um sistema de ar-condicionado ilustra bem o que é uma mediação de fundo: embora nem sempre seja percebida, ela tem grande influência sobre como as pessoas vivenciam seu ambiente (Aydin, 2018, p. 206, tradução nossa).

Fonte: (Aydin, 2018; Milhano, 2022).

Em conjunto às ideias das categorias de mediação, Ihde (1999, p. 47) traz uma definição de multiestabilidade, em que ele afirma que: "Nenhuma tecnologia é 'uma coisa', nem é incapaz de pertencer a múltiplos contextos" Verbeek (2001, p. 135, tradução nossa) complementa a definição dizendo que:

> A multiestabilidade das relações culturais com o mundo implica não somente que artefatos podem ter diferentes sentidos em contextos culturais diversos, mas também que os mesmos objetivos podem ser realizados tecnologicamente de diferentes modos (Verbeek, 2008, p. 35, tradução nossa).

Como mencionado anteriormente, Verbeek deu seguimento sobre os pensamentos da Pós-Fenomenologia, especialmente sobre a Intencionalidade no contexto das associações humano-tecnologia. Em um estudo de 2008, o autor elabora a noção de Intencionalidade mediada fundamentada nas categorias apresentadas no Quadro 4.

A noção de Intencionalidade mediada é uma forma central do que o autor denomina como Intencionalidade ciborgue, que posteriormente é aumentada com outras duas formas, sendo a: Intencionalidade híbrida e a composta. Vale destacar que dentro do contexto da Intencionalidade composta o autor ainda apresenta outras duas formas relacionadas a ela, que são: a Intencionalidade aumentada e a Intencionalidade construtiva (Verbeek, 2008).

Primeiramente, a Intencionalidade ciborgue pode ser compreendida como uma interação entre uma entidade e um artefato tecnológico que, associados, alteram fisicamente o humano, são casos que passam da incorporação (corporeidade), da leitura (hermenêutica), da interação (alteridade) e até mesmo do meio *(background)*.

Desse modo, para Verbeek (2008, p. 392, tradução nossa), surge uma quinta categoria que é a Intencionalidade ciborgue de formato híbrido, pois:

> articula como as relações humano-tecnologia podem também adquirir um caráter físico, formando um amálgama real do humano e do tecnológico, como é o caso quando peças de tecnologia são realmente fundidas com o corpo humano. As tecnologias utilizadas, como telescópios e aparelhos auditivos, ajudam a nos constituir como seres humanos diferentes, enquanto as tecnologias incorporadas constituem um novo ser híbrido (Verbeek, 2008, p. 392, tradução nossa).

Ainda como exemplos, o autor destaca: os microchips implantados para melhorar a visão, o uso de antidepressivos para melhorar o humor e as válvulas artificiais e marca-passos relacionados ao funcionamento do coração. (Verbeek, 2008).

A Intencionalidade composta tem uma relação com a mediação hermenêutica de Ihde, entretanto, Verbeek (2008) amplia a ideia afirmando que a "leitura" desses artefatos são apenas uma das formas da Intencionalidade composta, pois devem ser considerados os casos em que acontecem a soma da Intencionalidade tecnológica com a Intencionalidade humana. Como exemplo, Verbeek (2008, p. 392) fala sobre os "radiotelescópios que produzem uma imagem visível de uma estrela com base na 'visão' da radiação que não é visível para o olho humano".

Dentro do contexto da Intencionalidade composta, temos dois desdobramentos que são consideradas formas de visualização desse tipo de Intencionalidade, sendo a primeira a

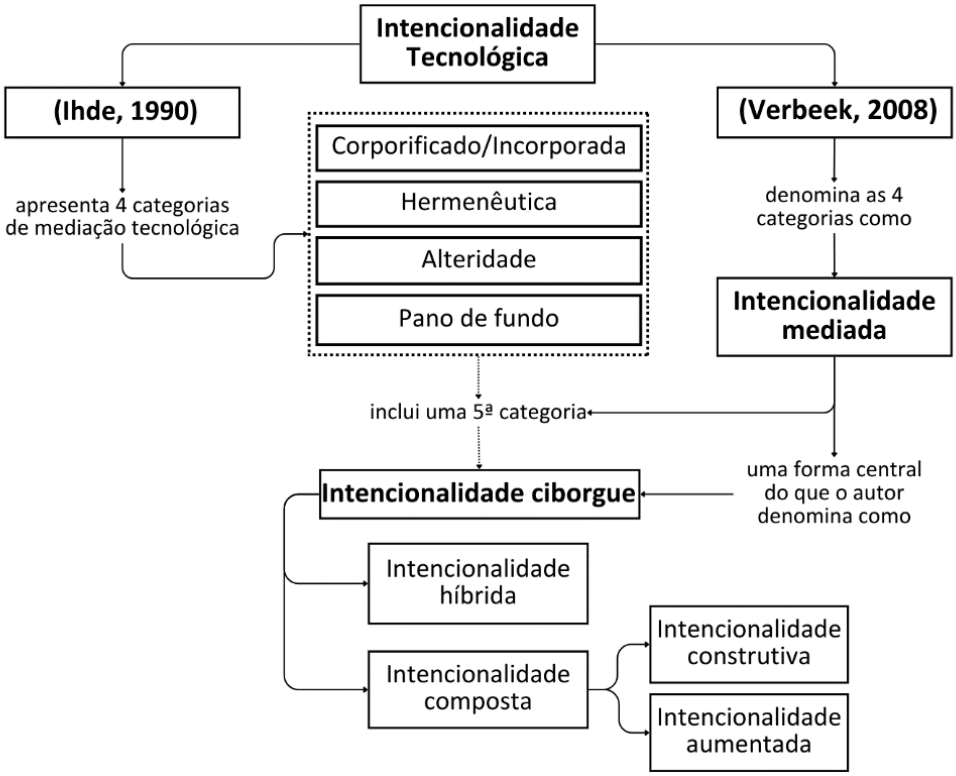
Intencionalidade aumentada que: “consiste em tornar acessível ao olho humano uma forma artificialmente expandida de Intencionalidade humana” (Verbeek, 2008, p. 394).

O exemplo apresentado pelo autor é da técnica de um fotógrafo chamado Hooijmans, que utiliza da câmera fotográfica de modo que ela capture as imagens como se os olhos humanos não piscassem, o autor diz que suas “fotografias misturam um número infinito de impressões visuais em uma única representação do mundo, que o olho humano nunca poderia produzir sozinho” (Verbeek, 2008, p. 394).

A segunda forma de visualizar uma Intencionalidade composta é pela Intencionalidade construtiva que tem relação com: “uma nova realidade que só pode existir para a Intencionalidade humana quando complementada com a Intencionalidade tecnológica. (Verbeek, 2008, p. 394). Como exemplos, temos um estilo de fotografias que são vistas com a ajuda de equipamentos 3D e apresentam “representações tridimensionais altamente realistas de uma realidade que não pode existir na experiência cotidiana” (Verbeek, 2008, p. 394).

Como uma forma de representação para que fiquem mais clara as relações dentro do contexto da noção de Intencionalidade mediada e as formas de Intencionalidade propostas por Verbeek (2008), segue a Figura 4.

Figura 4: Infográfico sobre as Intencionalidades de Verbeek (2008)



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Dessa forma, o que Verbeek (2008) chama de Intencionalidade mediada são as categorias das mediações tecnológicas criadas por Ihde (1990). Nota-se que Ihde (1990) se baseia em termos e fundamentos advindos da Filosofia clássica para definir essas categorias e que Verbeek (2008) amplia a ideia das mediações tecnológicas baseada na versatilidade das relações e evoluções das tecnologias com os sujeitos no mundo.

Dentro do contexto da Intencionalidade tecnológica, entendemos então que as mediações não se limitam às quatro categorias de mediação de Ihde (1990), nela também estão inclusas a versatilidade das classificações da Intencionalidade ciborgue de Verbeek (2008). Desse modo, nossa interpretação é a de que a Intencionalidade ciborgue e seus desdobramentos estão imbricados ao contexto da Intencionalidade tecnológica, sendo vistas como novas categorias que representam as interações das tecnologias na vida dos sujeitos informacionais e seus modos de visualização/relação das coisas no mundo, ou seja, não se trata de uma substituição da Intencionalidade tecnológica.

Na perspectiva da Pós-fenomenologia, segundo Mykhailov e Liberati (2023), a:

> Intencionalidade fornece uma direção; a mediação transforma a experiência de acordo com a direção fornecida pela Intencionalidade. Nesse sentido, pode-se sugerir que a Intencionalidade existe *antes* da mediação e mesmo que *a Intencionalidade pressupõe a mediação* (Mykhailov; Liberati, 2023, p. 6, tradução nossa, grifo dos autores).

No que se refere a Intencionalidade tecnológica, há uma diferença entre ela e as categorias de mediações tecnológicas. Para Mykhailov e Liberati (2023), as tecnologias devem ser consideradas mais do que mediadoras entre sujeito e objeto, a:

> Intencionalidade tecnológica é mais fundamental do que os elementos comumente usados na pós-fenomenologia, como ‘mediação’. Enquanto a mediação tecnológica aparece como resultado das relações ‘humano-tecnologia’, a Intencionalidade tecnológica existe *antes* ou *fora* da mediação (Mykhailov; Liberati, 2023, p. 15, tradução nossa, grifo dos autores).

A relação sujeito e objeto indica que os objetos estão vivos e executam processos de forma autônoma, como são os casos de algumas técnicas de aprendizado de máquina não supervisionados, em que o código fonte é realizado por um humano. Entretanto, as conexões realizadas por esse código dentro do sistema de computador não dependem do ser humano e sim de outras tecnologias.

Portanto, graças à vasta quantidade de tecnologias disponíveis e das constantes mudanças e evoluções nesse campo, as considerações de Verbeek (2008) se mostram

pertinentes ao cenário atual da sociedade. Qualquer atividade simples do dia a dia de um sujeito informacional envolve atualmente ao menos duas das mediações tecnológicas, ou seja, há sempre a presença do híbrido e do composto em relação a elas. Além disso, nesse mesmo sentido estão os modos de visualização (aumentada e construtiva), desse modo, a Intencionalidade tecnológica apresenta a autonomia das tecnologias, indo além da ação de mediação nas experiências humanas

4 INTENCIONALIDADE NO CONTEXTO DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção faz parte dos polos teórico e morfológico, nela são apresentadas as discussões e os resultados levantados por meio da Revisão Sistemática de Literatura (RSL) realizada com concentração na área da Ciência da Informação.

Desse modo, a partir da RSL, são apresentadas diferentes perspectivas da Intencionalidade no campo da CI em âmbito nacional e internacional. Vale destacar que são abordados e destacados, quando assim acontecer, os textos que não foram levantados por meio da RSL, mas que surgiram a partir da exploração das publicações dos autores indicados pela RSL e, consequentemente, das ações de pesquisas realizadas ao longo do doutorado.

Essa decisão foi tomada pois é sabido que as estratégias e os critérios utilizados para um levantamento bibliográfico, especialmente em uma RSL, às vezes, excluem materiais, ainda que realizada em diferentes bases de dados. Além disso, os textos utilizados pelos autores que publicam sobre a temática ampliam a visão e aumentam as possibilidades de descoberta de informação sobre Intencionalidade.

Foram coletados a partir da RSL um total de vinte e cinco (25) publicações, mas descartados quatro (4) deles por não abordarem a natureza epistemológica ou teórica do termo da Intencionalidade, sendo elas: "*Transgresión y crítica del sistema: la viñeta periodística"* (Mancinas Chávez; Reig, 2018)*, "What it might be like to be a group agente"* (Kramer, 2021), *"Born brothers, born global: multiple possible faces of the internationalization path"* (Caputo; Fiano; Briamonte; Sorrentino, 2022) e *"*O autor como mediador de leitura: a Intencionalidade em Jorge Amado" (Sá, 2022).

Assim, serão apresentados aqui os conteúdos de vinte e um (21) textos desenvolvidos na área da CI sobre Intencionalidade. Das vinte e uma (21), temos apenas seis (6) em língua portuguesa e quinze (15) em inglês, havendo também o retorno de um (1) texto em espanhol, mas que foi descartado por não abordar a temática.

É importante destacar que duas (2) publicações relevantes para as discussões desta tese não foram encontradas nesta RSL, a primeira é a tese de Májory K. F. de O. Miranda, defendida em 2010 e intitulada como "O acesso à informação no paradigma pós-custodial: da aplicação da Intencionalidade para *findability".* A autora é brasileira, mas defendeu sua tese na Universidade do Porto, com convênio da Universidade Federal de Pernambuco. Desse modo, neste texto, a autora é considerada a responsável por dar início aos estudos sobre Intencionalidade no país.

A segunda é o livro coordenado por Miguel Ángel Rendón Rojas, publicado em 2018, com o título "*La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental*' pela Universidad Nacional Autónoma de México. O livro é composto por oito (8) textos, cujo autorias são em sua grande maioria realizadas por brasileiros, no caso, seis (6) deles.

Vale ressaltar que acreditamos que a tese de Vechiato (2013) e o livro de Vechiato e Vidotti (2014) também são publicações relevantes e que estão fora da RSL, tanto que compõem o *corpus* teórico da tese na seção a seguir, entretanto, compreendemos que elas não retornariam nos resultados dos sistemas de recuperação das bases de dados por conta dos critérios de busca utilizados para a pesquisa.

Isto posto, o Quadro 5 apresenta as vinte e uma (21) publicações coletadas a partir da RSL, incluindo os anos de publicação, as autorias, os títulos do trabalho e assuntos referentes aos materiais.

Quadro 5: Textos da Revisão Sistemática de Literatura (RSL)

	Ano	**Autor**	**Título**	**Assunto**
1	1995	Budd, J. M	*An epistemological foundation for library and information science*	Biblioteca; Biblioteconomia; Ciência da Informação; Epistemologia; Posturas intencionais.
2	2005	Killingsworth, S. S; Saylor, M. M; Levin, D. T.	*Segmenting action for computers and humans: links to intentional understanding*	Análise da ação; Segmentação; Teoria da mente; Intencionalidade.
3	2010	Budd, J. M; Hill, H; Shannon, B.	*Inquiring into the real: a realist phenomenological approach*	Fenomenologia; Intencionalidade; Ciência da Informação; Bibliotecas; Biblioteconomia.
4	2011	Dhillon, G. S; Caldeira, M; Wenger, M. R.	*Intentionality and power interplay in is implementation: the case of an asset management firm*	Poder organizacional; Intenções individuais; Implementação de SI.

	Ano	Autor	Título	Assunto
5	2011	Kogler, M; Lux, M; Marques, O.	*Adaptive visual information retrieval by changing visual vocabulary sizes in context of user intentions*	Recuperação de Imagens; Intencionalidade; Vocabulários.
6	2011	Kogler, M; Lux,	*Pursuing the holy grail by interrelating user intentions and bag of visual words to perform retrieval adaptation*	*Bag of Visual Words*; Adaptação de recuperação; Intenções do usuário.
7	2012	Chaumette, Y.	*Modeling intentionality as an opening to the world*	Intenção; Abertura; Suspensão; Movimento; Percepção; Verticilo.
8	2012	Lim, E. T. K; Tan, C.W; Cyr, D; Pan, S. L; Xiao, B.	*Advancing public trust relationships in electronic government: the Singapore e-filing journey*	Governo eletrônico; Confiança pública; Confiança baseada em cálculo; Confiança baseada em previsão; Confiança baseada na Intencionalidade; Confiança baseada em capacidade; Confiança baseada em transferência.
9	2013	Budd, J. M	*A reply to Lingard*	Robert Lingard; Significado; Verdade; Informação; Intencionalidade; Realismo.
10	2014	Madary, M.	*Intentionality and virtual objects the case of Giu Chengwei's dragon sabre*	Intencionalidade; Objetos Virtuais; Fenomenologia; Intersubjetividade; Realidade virtual; Ética.
11	2016	Liptáková, M; Ambrozy, M.	*The selected connection between intentionality in the philosophy of mind and informatics*	Sala chinesa; Máquina de Turing; Intencionalidade; Filosofia da mente; Searle.
12	2016	Maruping, L. M; Bala, H; Venkatesh, V; Brown, S. A.	*Going beyond intention: integrating behavioral expectation into the unified theory of acceptance and use of technology*	Intenção comportamental; Experiência Comportamental; Adoção e uso de tecnologia da informação; Sistemas de informação.
13	2017	Nobre, A. L; Duarte, R; Jacquinet, M	*Heidegger, technology and sustainability – between intentionality, accountability and empowerment*	Heidegger; Interação Humano-Computador; Indústria 4.0; Ciência da Informação; Tecnociência; Hipermodernidade; Sociedade Pós-industrial; Resiliência; Aprendizagem e Trabalho Colaborativo; Tradição Social; Teoria Social.
14	2017	Cardoso Coelho, K; Almeida, M. B.	Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica	Intencionalidade coletiva; Atos de fala; Teoria dos

	Ano	Autor	Título	Assunto
				atos do documento; Ontologias.
15	2018	Sanfilippo, M. R; Fichman, P; Yang, S.	*Multidimensionality of online trolling behaviors*	Comportamento; Intencionalidade; Trolagem; Trolls.
16	2019	Miranda, M. K. O	Encontrabilidade e teoria da Intencionalidade: propriedades para a informação	Encontrabilidade; Teoria da Intencionalidade; Direcionalidade; Informação.
17	2020	Bittencourt, L. C.	Interferências e Intencionalidades na relação homem objeto em seu território: uma análise transdisciplinar	Intencionalidade; Relação homem-objeto; Interferências.
18	2020	Vechiato, F. L; Trindade, A. S. C. E.	Encontrabilidade da Informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos de Intencionalidade e *affordances*	Encontrabilidade; *Affordances*; Intencionalidade; Recomendações para ambientes informacionais.
19	2021	Santos-D'amorim, K; Miranda, M. K. O	*Misinformation, disinformation, and malinformation: clarifying the definitions and examples in disinfodemic times*	Intencionalidade; Informação incorreta; Desinformação; Má informação.
20	2021	Feitosa, A. C. O; Miranda, M. K. O	Neodocumentação e humanidades digitais: o *podcast* Cimplifica no cenário contemporâneo de informação	Neodocumentação; Desinformação; Podcast.
21	2022	Sanchez, F. A; Vidotti, S. A. B. G; Vechiato, F. L; Almeida Júnior, O. A.	Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais	Intencionalidade dos sujeitos informacionais; Encontrabilidade da Informação; Mediação da Informação; Ambientes informacionais Digitais.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nota-se que os estudos sobre Intencionalidade no campo da Ciência da Informação são encontrados a partir do ano de 1995, especialmente, no âmbito internacional. No Brasil, como citado anteriormente, considera-se o início das discussões com Miranda (2010), entretanto, na RSL, o primeiro texto se refere ao ano de 2017.

O primeiro texto apresentado no Quadro 5 é de John M. Budd (1995). Nele, o autor discute mudanças epistemológicas para o campo da CI, saindo do Positivismo para a Fenomenologia, em especial, à abordagem Hermenêutica. As noções de Intencionalidade de Husserl são abordadas no texto, bem como a de Merleau-Ponty, Dennett e Searle, muito por conta da Fenomenologia.

A Intencionalidade é abordada no texto de Budd (1995) como algo que traz uma dualidade nas interpretações do “eu” e o “outro”. O autor exemplifica essa afirmativa da seguinte maneira:

> O outro pode ser um objeto físico que estimula a memória ou algum tipo de atividade cognitiva consciente. O outro pode ser outra pessoa, outro eu, o que significa que um par (ou conjunto, no caso de mais de dois) de posturas intencionais está em ação. O outro pode ser o produto físico de outro eu, como um texto em forma de poema, romance ou catálogo de biblioteca. Não podemos esquecer que **o conjunto da biblioteca significa, direta ou indiretamente, produto da intencionalidade**. O catálogo, a organização física e conceitual, até a própria estrutura física são criados conscientemente por um eu (seja o ‘eu’ individual ou coletivo). O usuário da biblioteca – outro eu – adota uma postura intencional ao perceber os aspectos de uma biblioteca. Para o usuário, então, a biblioteca (ou seu catálogo ou sistema de classificação) é o outro (Budd, 1995, p. 312, tradução nossa, grifo nosso).

As discussões de Budd (1995) ampliam o posicionamento da Biblioteconomia e da Ciência da Informação em uma perspectiva epistemológica para algo mais holístico, levando em consideração uma série de influências das ações humanas, indo além dos resultados comportamentais para análises e interpretações dos aspectos que envolvem o usuário, como os políticos, sociais, cognitivos e culturais das situações envolvendo os usuários das bibliotecas.

O autor John M. Budd apresenta estudos sobre a Fenomenologia para além de um método nos estudos em informação na área da CI. Vale destacar, inclusive, que uma dessas publicações não aparece no levantamento da RSL, mas se faz importante por dar continuidade à discussão epistemológica no campo da CI. Dessa forma, o texto de Budd (2005) apresenta alguns filósofos que trabalham com a Fenomenologia, dentre eles: Husserl, Heidegger e Merleau-Ponty, associados com a epistemologia em estudos da Informação na CI. Essa pesquisa é direcionada à investigação da percepção, da Intencionalidade e da interpretação, a fim de compreender a relevância e o uso das tecnologias a partir das atividades dos sujeitos na busca e recuperação da informação.

Budd (1995, 2005) aborda a Intencionalidade sob uma ótica de interpretação dos sujeitos. Entende-se que o autor acredita nos estudos direcionados aos sujeitos e quanto suas bagagens cognitivas são relevantes nas interações com os serviços prestados pela biblioteca, por exemplo. Fica claro que essa bagagem pode interferir nessas relações e, principalmente, nas interpretações dos sujeitos no que se pode denominar como materialização da Intencionalidade em forma de serviços.

Nesse sentido, há uma vertente na Ciência da Informação que aborda os estudos de materialização da informação, destaca e representada por meio dos estudos sobre Documentação. Nela, o objeto documento é considerado um detentor de intencionalidades, ou seja, ele carrega consigo valores relacionados aos contextos de materialização e institucionalização.

O estudo de Paulo e Rabello (2023) aborda os conceitos de livro, documentos e intencionalidades no contexto da CI, reunindo as perspectivas da Historiografia, da Documentação e da Fenomenologia. Para os autores, tanto os livros, quanto os documentos, vistos como materialização da informação, apresentam:

> diversos valores e atribuições que estão para além do conteúdo informativo. Tais valores representam intencionalidades que se constituem na relação simbólica destes objetos com o sujeito [...] As diferentes noções de intencionalidade, nesse sentido, podem complementar esses estudos na medida em que cada uma contribui com a maturação do conceito, seja ao considerar as ações voluntárias ou involuntárias que rodeiam a construção dos objetos, no caso da historiografia, seja ao buscar entender a essência da realidade a partir da consciência e dos fenômenos, no caso da fenomenologia, seja na curadoria e organização de documentos, no caso da documentação (Paulo; Rabello, 2023, p. 19).

Dessa forma, a cultura material é denominada pelos autores como as intencionalidades (Paulo; Rabello, 2023). Vale ressaltar que nenhum dos trabalhos de Rabello (2009; 2018; 2019), por exemplo, foi encontrado na coleta da RSL. Entretanto, os estudos acerca da temática das intencionalidades e da Documentação fazem parte da sua trajetória acadêmica.

Rabello (2019, p. 19) atribui como valores de materialidade a “memória, identidade, afetividade, intencionalidade, manuseabilidade, instrumentalidade, biografia do suporte” que resultam nas materializações, ou seja, os objetos que de fato vão se tornar itens de guarda/coleção carregando caráter informativos, ou seja, nota-se a ideia das discussões filosóficas, pois abordam a subjetividade da relação da coisa criada e do significado atribuído pelo sujeito, mas abordam uma identificação mais objetiva dessa formalização do conceito de Intencionalidade, a partir do termo intencionalidades ou intenções, no que se refere aos atributos da informação (valores) (Paulo; Rabello, 2023).

Dando continuidade aos textos da RSL, Killingsworth, Saylor e Levin (2005) apresentam uma das pesquisas da série de estudos dos autores e do seu grupo relacionadas à segmentação das ações e do comportamento humano, no que se refere às tarefas do dia a dia

por bebês e adultos. O texto aborda os processamentos de ação numa perspectiva *top-down* e *bottom-up* destacando como resultado que há diferença na segmentação de ação dos adultos com base no público-alvo, nesse caso, humanos ou computadores.

Sobre as perspectivas *top-down* e *botton-up,* de acordo com a Intencionalidade nos segmentos de ação, os autores entendem que:

> O processamento de ação *top-down* envolve expectativas baseadas no conhecimento do mundo. Um aspecto desse conhecimento diz respeito à reflexão sobre os tipos de intenções que um indivíduo provavelmente terá em um contexto particular. Ao ver alguém preparando o jantar ou limpando um armário, por exemplo, os observadores recorreriam a seu amplo conhecimento de tais atividades e usariam esse conhecimento para segmentar a ação em unidades significativas (colocando limites de unidade nos pontos finais de intenções distintas). O processamento de *botton-up* envolve a identificação de padrões salientes de baixo nível no fluxo de movimento. Esses padrões podem incluir a configuração de movimentos que ocorrem quando uma intenção é iniciada (por exemplo, corpo, olhos e membros movendo-se em direção a objetos-alvo) ou regularidades estatísticas em movimentos que ocorrem juntos ao iniciar atos intencionais (Killingsworth; Saylor; Levin, 2005, p. 197, tradução nossa).

Entende-se que a perspectiva da Intencionalidade no texto de Killingsworth, Saylor e Levin (2005) se refere às ações intencionais do ser humano, trata-se de um estudo prático, sem abordagens Fenomenológicas. Nota-se, também, que a série de pesquisas desenvolvidas pelos autores e colegas buscam compreender como ocorrem os processos de segmentação da ação dos sujeitos, ou seja, seus atos direcionados de Intencionalidade para diferentes contextos.

Ainda que de forma muito objetiva, o texto mostra a possibilidade de mapeamento da Intencionalidade como algo viável e compara as diferenças nas ações entre bebês, crianças e adultos. Isso reafirma a necessidade de estudos relacionados às diferentes fases do desenvolvimento humano, sob uma perspectiva da Intencionalidade, bem como os estudos dos diferentes nichos para o desenvolvimento de *softwares*, sistemas e serviços de acordo com o público-alvo e as suas necessidades informacionais.

As perspectivas *top-down* e *botton-up,* apresentados no texto de Killingsworth, Saylor e Levin (2005), estão direcionadas à mente humana e à linha de raciocínio tomada por cada sujeito para executar determinadas tarefas. Vale ressaltar que essas perspectivas são vistas nos estudos abordados na Arquitetura da Informação (AI) e Encontrabilidade da Informação no que se refere às funcionalidades dos sistemas.

Assim, entende-se que o estudo de Killingsworth, Saylor e Levin (2005) apresenta uma ótica diferente sobre a Intencionalidade, o que permitiu identificar a relação conceitual com as áreas da CI mencionadas anteriormente, além de apresentar uma outra forma de coleta da Intencionalidade, trazendo uma perspectiva de segmentos de ações intencionais ou não intencionais, no âmbito das tecnologias.

O texto de Budd, Hill e Shannow (2010) traz discussões epistemológicas acerca das mudanças do seguimento do Positivismo na Biblioteconomia e na Ciência da Informação para outros princípios da Filosofia que são a Fenomenologia, o Realismo e a Ontologia, criando-se o método do realismo crítico fenomenológico. Uma das bases conceituais dos autores está nos estudos de Roy Bhaschar que são desenvolvidos a partir da Fenomenologia, do realismo crítico e da manifestação da ontologia por meio da ação. A Fenomenologia de Bhaschar tem como referenciais teóricos os estudos de Husserl e Sokolowski.

Budd, Hill e Shannow (2010) afirmam que a adoção do método proposto pode contribuir na compreensão das ações humanas relacionadas às bibliotecas no que condiz a busca de informações e a busca por conhecimento sob a perspectiva de fenômenos. Segundo os autores: “A sociedade é composta de muitos, cada um agindo intencionalmente” (Budd; Hill; Shannow, 2010, p. 271, tradução nossa).

A Intencionalidade no texto de Budd, Hill e Shannow (2010) é tratada como parte essencial para o método, além disso, entende-se que os autores apontam diferenças no que se refere a busca por informação e por conhecimento, levando em consideração elementos relacionados à Intencionalidade como: as experiências, as interpretações, os contextos vivenciados etc. pelos sujeitos.

A busca por informação parte de uma necessidade em dar forma a algo que já existe na mente. Isso porque são presenças e ausências que formam a consciência humana. Essas, portanto, contribuem para a composição da bagagem cognitiva dos sujeitos que por meio de estruturas intencionais podem ser manifestadas em sistemas sintáticos e semânticos em formatos de documentos (materialização) que irão ajudar outros na busca pelo conhecimento (Budd; Hill; Shannow, 2010).

Já a busca pelo conhecimento parte da necessidade de uma fundamentação maior que abarca a Intencionalidade, a percepção e a reflexão, neste caso, “leva-se mais longe a intencionalidade; o pesquisador está aberto a ser remodelado pelo que é descoberto. A remodelação depende da presença de alguma coisa, no entanto” (Budd; Hill; Shannow, 2010,

p. 276, tradução nossa). Essa “alguma coisa” pode ser interpretada como a informação materializada e recuperada nas estratégias de busca adotadas pelos sujeitos.

Dessa forma, o texto de Budd, Hill e Shannow (2010) apresenta o realismo crítico fenomenológico como um método em potencial para o campo de estudos da CI, pois: “é um meio sólido e praticamente aplicável de evitar a armadilha da investigação positivista ou objetivista. Inclui intencionalmente a intersubjetividade e o Ser, enquanto insiste que a ontologia prevalece” (Budd; Hill; Shannow, 2010, p. 283).

O texto de Dhillon, Caldeira, Wenger (2011) faz uma relação da Intencionalidade individual e o poder organizacional, abordando um conceito denominado como Intencionalidade coletiva e suas interferências dentro de um Sistema de Informação (SI). Segundo os autores, esse tipo de Intencionalidade é abordado de forma muito breve por Searle (1983), que considerava como a realidade social e a constituição do poder político um produto da Intencionalidade coletiva.

Os autores fazem um estudo de caso em uma empresa que está implementando um Sistema de Informação. Sendo assim, há uma série de decisões tomadas por diferentes membros da empresa com graus hierárquicos diferentes. Como resultado, os autores concluem que foi possível descobrir que:

> as intenções de fato moldam o poder (que é amplamente externo a um indivíduo) que, por sua vez, forma as intenções. A interação mutuamente ajustada de poder e intenções eventualmente se estabiliza e afeta uma implementação de SI (Dhillon; Caldeira; Wenger, 2011, p. 447, tradução nossa).

O texto de Dhillon, Caldeira, Wenger (2011) dialoga com uma perspectiva diferente da Intencionalidade que é a Intencionalidade coletiva. Entende-se que as intenções individuais podem afetar as relações de poder em uma organização e essas relações de poder podem afetar as ações de intenção individuais. Sendo assim, a Intencionalidade coletiva propicia um fato que, nesse caso, seria o fato institucional de implementação de um sistema de informação.

A coletividade pode ser tratada como um fenômeno importante em diferentes contextos, no âmbito privado e empresarial o convencimento para que essa Intencionalidade coletiva ocorra pode acontecer, por exemplo, por manipulação de um sujeito que está em uma posição hierárquica maior do poder organizacional do que outros. Em uma perspectiva social, os efeitos que a Intencionalidade coletiva promove podem impactar uma série de

resultados na sociedade, como é o caso das desinformações geradas nos períodos eleitorais, por exemplo. Em ambos os casos, se nota as relações de interferências que a Intencionalidade promove por meio das Mediações, sejam elas individuais ou coletivas, positivas ou negativas.

O texto de Kogler, Lux e Marques (2011) desenvolve uma abordagem para adaptar a recuperação de imagens com base no grau de Intencionalidade dos usuários, ou seja, as necessidades informacionais são baseadas nas intenções e objetivos que o usuário deseja alcançar. Nesse sentido, existem usuários com necessidades/objetivos específicos e definidos e outros com interesses mais amplos.

Trata-se de uma pesquisa prática sem usuários externos, simulados por um *software*. A pesquisa utiliza uma abordagem denominada *Bag of Visual Words* (BoVW), que se trata de uma técnica de descrição de imagens com histogramas baseada em informações de ponta nas imagens locais. No estudo, são usados *k-means clustering* para obter diferentes vocabulários visuais, a fim de relacioná-los com os graus de Intencionalidade. Esses graus são baseados no texto de Data *et al.* (2008, p. 5:9) como:

> **Navegador:** Este é um usuário que procura imagens sem um objetivo final claro. A sessão de um navegador consistiria em uma série de pesquisas não relacionadas. Um navegador típico passaria por vários tópicos durante uma sessão de pesquisa. Suas perguntas seriam incoerentes e diversificadas em tópicos.
>
> **Surfista:** Um surfista é um usuário que navega com clareza moderada de um objetivo final. As ações de um internauta podem ser um tanto exploratórias no início, com a diferença de que pesquisas subsequentes devem aumentar a clareza do internauta sobre o que ele deseja do sistema.
>
> **Pesquisador:** Trata-se de um usuário que tem muito claro o que busca no sistema. A sessão de um pesquisador normalmente seria curta, com pesquisas coerentes levando a um resultado final (Data *et al.,* 2008, p. 5:9, tradução nossa).

Como resultado, os autores acreditam que: “vocabulários menores podem ser benéficos para usuários com objetivos vagos ou confusos” (Kogler; Lux; Marques, 2011, p. 42, tradução nossa). Eles explicam que:

> vocabulários menores modelam intenções vagas, como: ‘traga-me imagens de calçados esportivos, diferentes em tamanho e forma de várias marcas’, de uma maneira melhor do que outrora maior, devido a um espaço de recursos rigorosamente mais quantizado. Como resultado, informações visuais dissimilares são preservadas, o que leva a um conjunto de resultados mais amplo durante o processo de recuperação. Vocabulários maiores, no entanto, são bastante adequados para intenções mais específicas, mantendo maior granularidade e, portanto, uma representação mais precisa dos recursos visuais. Um usuário com uma necessidade de informação específica,

> como: ‘obtenha imagens de tênis esportivos Adidas preto e branco’, se beneficiará de uma descrição precisa do conteúdo visual, que assumimos ser suportado por vocabulários menos quantizados (Kogler; Lux; Marques, 2011, p. 40).

Dando seguimento ao estudo, Kogler e Luz (2011) apresentam uma nova perspectiva da temática da Intencionalidade e a recuperação de imagens trazendo a combinação dos *clustering hierárquicos* (HCL) e os *k-means clustering* para gerar vocabulários visuais, além do uso de técnicas de atribuição *hard* e *soft* para atribuir descritores das partes das imagens locais a uma ou mais palavras visuais.

Os resultados dos experimentos mostram uma evolução em relação ao estudo anterior, já que com o uso do agrupamento hierárquico traz-se um refinamento à recuperação das imagens, o que pode atender melhor as intenções dos usuários e os graus de Intencionalidade. Desse modo, são distribuídas de forma mais igualitária os vetores de recursos locais para diferentes *clusters*.

Kogler e Luz (2011) concluem com o mesmo resultado apresentado no texto de Kogler, Lux e Marques (2011), no que condiz a relação daqueles usuários com intenções mais vagas se beneficiarem de vocabulários menores. Entretanto, acrescentam a ideia de que a distribuição de informações do modo hierárquico enriquece o processo. Os autores propõem como pesquisa futura investigações sobre o comportamento dos usuários e realização de testes com pessoas e não apenas com os *softwares.*

Nota-se uma certa tendência nos estudos práticos sobre a Intencionalidade no que condiz a identificação ou extração das intenções dos usuários, ou seja, a ação. Entende-se que os estudos nessas esferas podem ajudar a compreender componentes que formalizam a Intencionalidade de cada sujeito ou de uma comunidade, o que contribui com os projetos de construção, implementação e avaliação de ambientes informacionais digitais, especialmente no que se refere aos sistemas de recuperação da informação.

O texto de Chaumette (2012) propõe de forma inicial uma estrutura matemática e um modelo para capturar a Intencionalidade como uma abertura. Essa ideia de abertura segue na perspectiva de que os Sistemas de Informação estão usando uma noção de intenção e objetivo em uma perspectiva estática, sem levar em consideração o nosso conhecimento. Desse modo, ela busca estabelecer por meio da ideia de verticilo que a Intencionalidade não se refere a uma relação fixa somente entre dois pontos, mas é um elo suspenso.

A autora utiliza de filósofos como Searle, Brentano, Husserl, Merleau-Ponty, Barbaras e Patoÿka para criar um estado da arte sobre o conceito de Intencionalidade. Na interpretação da autora para o campo da Matemática e dos impactos na criação de Sistemas de Informação, a Intencionalidade é compreendida como uma "abertura" – por isso ela a define como um elo suspenso, buscando enfatizar que entre o querer e o fazer, por exemplo, existe uma abertura, ou seja, uma série de fatores que podem interferir.

No texto de Lin *et al.* (2012) são apresentadas discussões em relação à confiabilidade no uso de Sistemas de Informação do governo. Nesse sentido, eles elaboram uma estrutura com estratégias de confiança com algumas bases, e a Intencionalidade é uma delas. O sistema de informação elaborado pelo governo de Singapura, denominado como *E-Filing*, foi desenvolvido para revitalizar o sistema de declaração de impostos trazendo confiança e aceitação em relação às cobranças tributárias entre cidadãos e governo.

A Intencionalidade é vista como um processo de construção de confiança entre duas partes, nesse caso, entre usuários e o governo eletrônico. Essa confiança baseada na Intencionalidade vem de Doney, Cannon e Mullen (1998) e "é fundada na convicção do usuário de que o as ações do administrador são altruístas e pessoalmente benéficas" (Lin *et al.,* 2012, p. 30, tradução nossa) como, por exemplo, apresentar dentro de um sistema eletrônico do governo canais de comunicação para que os usuários possam ficar bem informados, utilizando tecnologias de informação acessíveis para promover a interação e a transparência.

O texto de Lin *et al.* (2012) não aborda autores ou filósofos da temática da Intencionalidade, mas a inclui sob um aspecto de confiança, no que se refere as relações e visões de valores que um sujeito tem sobre o outro. Entende-se que esse texto poderia estar associado com a temática da Intencionalidade coletiva, no que condiz a confiança dos sujeitos (cidadãos) nos sujeitos (governantes) a partir do princípio de que esses sujeitos (governantes) implicitamente são competentes para tomar ações intencionais benéficas à sociedade.

Ainda que o texto tenda a estar fora da RSL, optou-se por deixá-lo, pois os autores citam Doney, Cannon e Mullen (1998) que identificaram baseadas em diferentes disciplinas cinco processos cognitivos de construção de confiança, trazendo a Intencionalidade como um desses processos no sentido de percepção e motivação diante das ações do outro. Nesse contexto, faz sentido manter o texto, pois traz mais uma perspectiva sobre a Intencionalidade

que é o viés de confiança, além da relação conceitual entre a temática e a Intencionalidade coletiva.

O texto de Budd (2013) refuta a publicação que Robert Lingard faz sobre o trabalho de Budd (2011), traduzido como “Significado, verdade e informação”. Budd (2013) acredita que há sim críticas bem fundamentadas, entretanto, existem má interpretações de Lingard em relação ao seu texto.

A abordagem da Intencionalidade, neste texto, está ligada ao significado, relacionada aos atos de fala/linguagem. Como exemplo, Budd (2013) relata a dificuldade que iria existir entre o sujeito e o bibliotecário ou o sujeito na biblioteca na busca por encontrar algo e a não familiaridade com o vocabulário utilizado naquele ambiente – o sujeito expressa a noção de significado nesses processos de comunicação.

Para Budd (2013), a Intencionalidade é vital nessa situação, ele acredita que a ideia de dizer algo para alguém ou para um público inclui a intenção de significado. Budd (2013) usa da ideia de Searle (1983) para sustentar seu argumento, dizendo que:

> um falante tem uma intenção de representação e uma intenção de comunicação. A intenção de representação pode incluir engano, erro e outros estados que são independentes da intenção de comunicação. A Informação preocupa-se com a intenção de comunicação, uma vez que se fundamenta numa troca entre locutor e público e não é apenas interna ao locutor. A troca, a ação comunicativa, é necessária à definição e à teoria (Budd, 2013, p. 502).

Essa perspectiva de Budd (2013) levanta discussões sobre a significação que a Intencionalidade carrega no ato de fala. Entende-se que a informação é a representação da Intencionalidade de cada sujeito, que pode ser materializada no processo de comunicação. Ampliando essa ótica, ao levar informação para outros, no caso, como Budd (2013) aponta - o público – envolve-se a responsabilidade do sujeito de se o estado intencional de informar se tornar de fato a intenção de comunicar, que seja priorizada a ética, ou seja, sem a manipulação da informação, *fake news* ou desinformação, especialmente, no que se refere à atuação dos profissionais da informação em seus serviços em espaços informacionais.

O texto de Madary (2014) traz uma análise sobre ética e intersubjetividade na aplicação da Intencionalidade em relação aos objetos digitais, especificamente, em jogos virtuais e online. O artigo relata o esfaqueamento de Zhu Caoyuan por Qiu Chengwei, por conta de um sabre de dragão virtual no jogo *Legends of Mir 3.*

Madary (2014) desenvolve a ideia de a Intencionalidade aplicada a um objeto intencional que pode ser percebido, lembrado ou imaginado independentemente de seu espaço físico, analógico ou digital, fundamentado na escola de pensamento de Husserl e Crane. O autor afirma que a existência real do objeto do pensamento não é relevante para compreender a Intencionalidade, como por exemplo, personagens fictícios de livros como Sherlock Holmes, unicórnios e Pégaso.

Sobre a intersubjetividade na linha fenomenológica, esse conceito está ligado ao outro (ser) e as partilhas de experiências, perspectivas e conhecimentos entre os sujeitos. Desse modo, esse elemento da Intencionalidade, sob a perspectiva dos objetos virtuais, está relacionado ao modo como acontecem as partidas virtuais, ou seja, o modo *multi-player* em que há a possibilidade de interação entre os jogadores.

Sobre a ética, Madary (2014) aponta a relação de importância que os objetivos digitais/virtuais têm na nossa sociedade atual, bem como, o fato de leis e votos serem objetos imateriais, mas que são considerados eticamente relevantes. Segundo o autor, devemos entender que os objetos virtuais:

> não são apenas semelhantes em sua estrutura intencional aos objetos perceptivos, mas os objetos virtuais também possuem poderes causais. Ao contrário de outros objetos imateriais, os objetos virtuais podem efetuar mudanças diretamente em ambientes virtuais (Madary, 2014, p. 124, tradução nossa).

O texto de Madary (2014) poderia ser discutido dentro do contexto da Pós-Fenomenologia, trazendo a perspectiva da Intencionalidade tecnológica. O objeto virtual, a tecnologia utilizada para interação em jogos, por exemplo, moldou as ações intencionais do sujeito que, por meio de sua Intencionalidade, transformou sua significação em um objeto virtual em algo real, carregado de sentimentos que levaram o sujeito a ter um ato intencional de vingança.

Desse modo, a Pós-Fenomenologia traria novas perspectivas à análise do caso relatado no texto de Madary (2014), pois atua em como as tecnologias moldam o sujeito e vice-versa. Nesse sentido, a interferência de um mundo virtual afetando a realidade cabe nas discussões dessa escola de pensamento.

O texto de Liptáková e Ambrozy (2015) discute a Intencionalidade e a Inteligência Artificial referenciando os estudos de Turing e Searle. Turing foi um matemático e lógico que elaborou um jogo conhecido como teste de Turing (teste da imitação) para testar a

inteligência de *softwares*. Já Searle é um filósofo que elaborou um teste conhecido como sala chinesa, buscando por meio de um paradoxo demonstrar que os estados intencionais ou a mente de do sujeito só é acessada por ela mesma.

A Intencionalidade é vista como:

> uma noção geral para todas as várias formas que ajudam nossa mente a se concentrar em objetos ou estados de coisas no mundo. Essas formas e estados subjetivos incluem, por exemplo, crenças, intenções, desejos, bem como ódio, amor etc. A intencionalidade é uma característica de alguns objetos que expressam foco ou representação de outros estados, objetos ou situações. O realismo intencional é um conceito filosófico que considera os estados mentais intencionais como estados inerentes a alguns organismos biológicos (Liptáková; Ambrozy, 2015, p. 169-170).

Entende-se que o cerne das discussões está no interesse em compreender a capacidade das máquinas de imitarem o comportamento humano e/ou quanto as máquinas poderão de fato pensar, trazendo a Intencionalidade como nexo entre a Inteligência Artificial e a mente humana. Liptáková e Ambrozy (2015) trazem a analogia sobre a relação mente e cérebro discutido no contexto da filosofia da mente, comparando-as como *software* e *hardware* e ressaltando o fato de o *hardware* não ser o fator mais importante para determinar se um sistema é ou não inteligente.

A máquina apresenta infinitas possibilidades e capacidades de resolução de problemas matemáticos que os seres humanos não são capazes de resolver, ao menos não na mesma velocidade. Entretanto, esta terá dificuldade em, por exemplo, compreender o conteúdo ou o objetivo de um conto de fadas ou de uma fábula (Liptáková; Ambrozy, 2015). Há muita subjetividade em seu conteúdo, em especial, a lição/moral da história construída a partir de analogias com a vida real, ou seja, há a necessidade de interpretação.

O texto de Liptáková e Ambrozy (2015) incita discussões em diferentes áreas do conhecimento. Entende-se que na Ciência da Informação, a competência de ambos os lados é importante. A Inteligência Artificial é uma área que pode potencializar inúmeras ações humanas em prol de um objetivo maior como, por exemplo, o acesso à informação de qualidade para a geração de conhecimento em diferentes esferas da sociedade. Além disso, as discussões sobre a Inteligência Artificial e a Intencionalidade se enquadram na abordagem da Pós-Fenomenologia, com a interpretação da intencionalidade humana e tecnológica.

O texto de Maruping, Bala, Venkatesh e Brown (2016) apresenta um estudo sobre os fatos que influenciam o uso das Tecnologias de Informação (TI) para facilitar o acesso,

compartilhamento e processamento de informações. Dentre as abordagens estão a Intenção Comportamental (IC) e a Expectativa Comportamental (EC).

A primeira está relacionada ao grau em que o sujeito formula de forma consciente um plano para ser realizado ou não em algum comportamento futuro específico e a segunda tem relação com as probabilidades subjetivas e autorrelatadas dos sujeitos diante de um comportamento específico, tendo como base uma avaliação cognitiva determinada por comportamentos volitivos e não volitivos (Warshaw; Davis, 1984, 1985).

A Teoria Unificada de Aceitação e Uso de Tecnologia (TUAUT) foi capaz, por meio de um estudo prático, determinar que a Intenção Comportamental e a Expectativa Comportamental têm focos diferentes. Além disso, evoluem a literatura na CI, incluindo determinantes para a Expectativa Comportamental (influência social e condições facilitadoras), dentro de quatro moderadores (gênero, idade, experiência e voluntariedade do uso).

Trata-se de uma pesquisa prática utilizando funcionários de uma empresa de telecomunicações que estavam no processo de inserção de um novo sistema de informação. Dentre as contribuições conceituais e práticas do estudo de Maruping, Bala, Venkatesh e Brown (2016), os autores apontam que:

> esse fluxo de pesquisa introduzindo o papel do EC como um preditor orientado externamente do uso de TI. Este é um **avanço significativo para a literatura da ciência da informação** porque demonstra que o uso de sistemas que suportam o processamento de informações (por exemplo, busca, recuperação e armazenamento de informações) não é determinado apenas pelas motivações internas dos usuários, mas também **envolve a consideração de influenciadores externos que podem facilitar ou impedir tal uso.** Nossa pesquisa demonstra que tal consideração é particularmente importante na previsão do uso de TI em um dos estágios mais críticos de adoção, ou seja, quando os usuários não têm experiência com o sistema (Maruping; Bala; Venkatesh; Brown, 2016, p.19, tradução nossa, grifo nosso).

A pesquisa realizada na prática com funcionários da empresa demonstrou moderadores sobre os quais Maruping, Bala, Venkatesh e Brown (2016) pontuam como meios de influenciar de forma positiva as expectativas comportamentais, sendo eles a idade, o sexo, a experiência e a voluntariedade, assim: “Esses fatores podem ser usados para selecionar grupos-alvo de adotantes iniciais. Ao selecionar aqueles com maior probabilidade de ter expectativas favoráveis, os gerentes podem criar uma experiência de implementação positiva” (Maruping; Bala; Venkatesh; Brown, 2016, p.19, tradução nossa).

Entende-se que o estudo esteja direcionado às intenções/ações intencionais e não ao conceito de Intencionalidade (Fenomenologia/Pós-Fenomenologia). Entretanto, é possível dizer que o estudo comprova algo que vem sendo construído nesta tese na perspectiva da Intencionalidade na CI.

Nele, a Intencionalidade é vista como uma formalização da bagagem cognitiva do ser humano. Com este termo, entende-se que ela é carregada de aspectos advindos de diferentes contextos (políticos, culturais, sociais, tecnológicos etc.) que o sujeito tem suas experiências ao longo da vida, ou seja, os fatores externos moldam fatores internos representados em atos intencionais comportamentais dos sujeitos.

Desse modo, os autores pontuam alguns moderadores que podem impulsionar a implementação de um sistema de informação reafirmando a importância da análise para os fatores externos e suas interferências nos comportamentos dos sujeitos, ou seja, da sua Intencionalidade.

O texto de Nobre, Duarte e Jacquinet (2017) levanta discussões acerca dos temas da intencionalidade, responsabilidade e empoderamento a partir da perspectiva das transições que caracterizam as sociedades contemporâneas. Para eles, a transição é um termo adequado tendo em vista que as normas e valores estão constantemente em trânsito por conta da revolução tecnológica.

A Intencionalidade citada é vista sob a ótica de Heidegger, que discordava das visões de Husserl. Para Heidegger, a Intencionalidade parte da ideia de que o ser humano deve reconhecer e tomar consciência de suas ferramentas não sob uma ótica individual, mas de sociedade, por isso as temáticas de responsabilidade e empoderamento estão associadas a ela, pois são vistas como ações dos sujeitos que afetam a sociedade (Nobre; Duarte; Jacquinet, 2017).

Os três temas conjuntamente afetam as transições e o papel da tecnologia na sociedade, e é nesse sentido que a Ciência da Informação e a Ciência da Computação podem trabalhar em capacitar a formação dos atuais padrões de produção e consumo de informação tendo em vista um padrão de desenvolvimento sustentável de qualidade para as sociedades contemporâneas (Nobre; Duarte; Jacquinet, 2017),

O texto de Coelho e Almeida (2017) discute sobre os contributos-filosóficos que fundamentam a Teoria dos Atos dos Documentos, nesse caso a teoria dos Atos de Fala e da

Intencionalidade Coletiva, desenvolvidas por Searle, em conjunto a Teoria da Documentalidade de Ferraris.

Nesse texto, a Intencionalidade é abordada no sentido de coletividade e as atitudes intencionais e coletivas da sociedade estão sob determinados objetos ou estados das coisas. Os atos de fala fazem parte dessas atitudes, contribuindo com declarações, por exemplo, que são documentadas e só assim persistem através do tempo, ou seja, a materialização da Intencionalidade Coletiva.

Desse modo, os autores Coelho e Almeida (2017, p. 73-74) entendem que a: “teoria dos atos de fala fornece uma explicação sobre como as entidades sociais começam a existir e os documentos são a base física para a existência temporal dessas entidades e de seu poder duradouro”. Nesse sentido, a partir dos atos de fala temos como instrumento da Intencionalidade coletiva as regras construtivas, que irão atribuir uma função de *status* ao objeto social dentro do domínio da realidade social (Coelho; Almeida, 2017).

As regras construtivas são objetos no mundo idealizados por meio da Intencionalidade de sujeitos, de forma individual, que se tornam posteriormente um conceito de Intencionalidade coletiva. A partir da documentação e das falas registradas é possível mudar os caminhos da sociedade, entende-se que o estudo de Coelho e Almeida (2017) representa uma visão histórica e social dos estudos da Intencionalidade na Ciência da Informação, por meio do conceito de Intencionalidade coletiva, o que traz uma visão mais clara da materialização do conceito no nosso cotidiano.

O texto de Sanfilippo, Fichman e Yang (2018) trata de um estudo de campo com estudantes de uma universidade pública da América do Norte para compreender os diferentes comportamentos acerca do conceito de *trollagem,* especialmente, no âmbito digital.

A Intencionalidade é vista como uma das sete dimensões relacionadas aos tipos comportamentais de indivíduos *trolls*, sendo definida como: “comportamentos premeditados e projetados para se manifestar como eles fazem” (Sanfilippo; Fichman; Yang, 2018, p. 34, tradução nossa).

Os autores afirmam que a faixa etária entre 18 e 34 anos compreendem e utilizam os conceitos de maneira diferente do que aparece na mídia e na literatura acadêmica, por isso a realização do estudo de campo com os jovens na universidade da América do Norte. Boa parte da literatura apresenta o termo fazendo referência a assédio, entretanto, após a pesquisa,

notou-se uma constância entre os diferentes comportamentos na prática da *trollagem* que é a pseudo-sinceridade.

Dos quatro tipos comportamentais, sendo eles a *trollagem* séria, a não *trollagem* séria, a *trollagem* humorística e a não *trollagem* humorística, a Intencionalidade está relacionada às três primeiras, a não *trollagem* humorística não manifesta a Intencionalidade, pois o "humor que não está vinculado a comportamentos de *trollagem* às vezes não é intencional" (Sanfilippo; Fichman; Yang, 2018, p. 34, tradução nossa).

O resultado dos estudos de Sanfilippo, Fichman e Yang (2018) abrem margens para maiores discussões, neste caso, associando as falas de Searle (2002) quando o filósofo busca demonstrar a diferença entre os estados mentais e os estados intencionais, trazendo a ideia de que alguns estados mentais como a sensação da ansiedade podem não ser intencionais. Entretanto, as reações causadas pela sensação da ansiedade que por muitas vezes não tem um "de onde vem" causam efeitos, inclusive físicos, aos sujeitos.

Entende-se que o humor é algo pessoal do sujeito e pode ser extremamente subjetivo. Além disso, existem esferas do humor que são construídas de acordo com as vivências e experiências de vida de cada um. Entretanto, acredita-se que o resultado de "às vezes não é intencional" dito pelos autores, possa se caracterizar na perspectiva de causa e efeito, ação e reação, ou seja, o resultado ruim que uma *trollagem* pode causar pode não representar a intenção do sujeito que o fez, ou seja, o estado intencional não corresponde ao seu estado da mente, suas crenças, sentimentos e valores sobre aquela situação. É possível ainda fazer a comparação com discussões apresentadas anteriormente sobre a diferença entre informar e comunicar.

O texto de Miranda (2019) é baseado nos fundamentos da Fenomenologia, em especial, do filósofo Sokolowski. A autora trabalha a partir da Teoria da Intencionalidade de John Searle. Miranda (2019, p. 138) entende que a informação possui Intencionalidade, desse modo:

> A Teoria da intencionalidade justifica a informação enquanto fenômeno, cuja essência se representa nas propriedades: condições de satisfação, direcionalidade, conteúdo proposicional, causalidade intencional, percepção, *Background* (capacidades não representacionais, competências) e Rede (conteúdos Intencionais) tornando o fenômeno verificável a partir destas propriedades (Miranda, 2019, p. 138).

Além disso, a autora cita outro resultado de pesquisa que é a identificação de três tipos de Intencionalidade, sendo elas: “Física, relacionada a receptividade; Transcendental, relacionada ao entendimento; e Constitutiva, relacionada ao processo de criação e produção” (Miranda, 2019, p. 138).

Miranda (2019) define a Intencionalidade como: “a direcionalidade, a experiência, o *background*, onde a informação é acerca de, e sua dinâmica dependerá da experiência e competências do sujeito informacional” (Miranda, 2019, p. 139). Assim, entende-se que a autora vê a Intencionalidade como uma propriedade importante para potencializar os mecanismos de busca por informação, de modo que reforce a experiência do sujeito nesse processo, para que assim possa propiciar a Encontrabilidade da Informação, contribuir com aspectos técnicos da organização e do comportamento informacional ou até mesmo aspectos subjetivos referentes à memória, cultura e patrimônio (Miranda, 2019).

O texto de Bittencourt (2020) aborda a Intencionalidade sob os fundamentos da percepção tratados na Fenomenologia. A percepção dentro do contexto das interferências é advinda da Intencionalidade dos sujeitos ao perceber um objeto no mundo. Esses objetos são os de museus, pelos quais a autora acredita que a Intencionalidade interfere na escolha e na organização desses objetos nesses ambientes, assim os: “pretextos para as escolhas de um objeto musealizável está diretamente relacionado à percepção do indivíduo tanto como profissional responsável quanto como homem inserido em uma sociedade” (Bittencourt, 2020, p. 125).

Tratando-se da relação da Intencionalidade nesse contexto dos objetos museológicos, a autora direciona seu ponto de vista para “as ações que sucedem as relações de interferência. São elas: pretextos para as escolhas, produção de informação e tradições inventada” (Bittencourt, 2020, p. 124).

Entende-se que essa relação de interferência e de Intencionalidade pode ser vista como processo cíclico, pois o sujeito institucional aplica sua Intencionalidade nas percepções advindas das suas experiências no mundo como sujeito informacional e no papel de profissional com competências para execução do trabalho. Desse modo, a Intencionalidade pode trazer os pretextos para as escolhas, em seguida, há a Intencionalidade do sujeito que visita os museus e que no mesmo processo de Intencionalidades e interferências define sua percepção sobre aquele objeto, que carrega um poder como produto de informação que

poderá ser recebida e transformada de acordo com a Intencionalidade dos sujeitos nesses processos.

Além disso, o conceito de tradições inventadas ou do surgimento das tradições entram nesse processo cíclico, pois trazem as verdades de cada sujeito sob o objeto, desse modo:

> O olhar é livre e a consequência disto pode ser as chamadas 'tradições inventadas', que são resultado de uma reação a um contexto para relacioná-lo com o passado. Podendo ser um alerta de uma narrativa ideológica ou somente a transmissão de códigos do passado decodificados e resultantes de informações somente do presente (Bittencourt, 2020, p. 128).

Desse modo, entende-se que o texto de Bittencourt (2020) retrata por meio dos objetos em museus a importância para o olhar em relação às interferências advindas das percepções da Intencionalidade de cada sujeito, pois essas podem ser positivas ou negativas, especialmente no que se refere ao poder da produção de informação. Nota-se que a perspectiva da Intencionalidade no que condiz a percepção, em especial, da arte ou de representações artísticas visuais, são ainda mais complexas do que as manifestações linguísticas vistas como os atos de fala, a linguagem e sua materialização em registros escritos e documentados.

O texto de Vechiato e Trindade (2020) traz relações conceituais sobre os conceitos de Intencionalidade e *affordances* no contexto da Encontrabilidade da Informação. Vale ressaltar que ambas as temáticas fazem parte dos atributos de EI. Esses, em conjunto com os demais atributos, contribuem para que a encontrabilidade aconteça dentro de um ambiente informacional, nesse caso, os digitais. Para os autores, há uma relação forte entre esses atributos, especificamente, porque um depende do outro, ou seja:

> A Intencionalidade refere-se ao uso, à experiência, à direcionalidade, às necessidades, ou seja, é a consciência que o sujeito manifesta diante do objeto. Os indivíduos enxergam e atribuem aos objetos funções mediante a sua Intencionalidade. As *affordances* representam aos usuários possibilidades/pistas de ação e sua deteção depende de fatores cognitivos – experiências/vivências/memórias, competências, habilidades, isto é, a Intencionalidade do sujeito. Então para que as *affordances* cumpram efetivamente seu objetivo, é necessário considerar a Intencionalidade dos sujeitos (Vechiato; Trindade, 2020, p. 18).

Desse modo, a junção da Intencionalidade e das *affordances* permite que a visão para a construção de ambientes informacionais digitais seja modificada, pois é necessário ampliar a percepção dos profissionais da informação para além dos processos informacionais e levar

em consideração as características dos sujeitos, sejam elas as: cognitivas, comportamentais e/ou padrões mentais (Vechiato; Trindade, 2020).

No texto de D'Amorim e Miranda (2021), as autoras trabalham com a ideia de que os estudos de informação incorreta, desinformação e má informação devem ser discutidos a partir da Intencionalidade, pois os três estão associados a Intencionalidade da ação.

Essas ações são as manipulações, ou seja, ainda que tenham Intencionalidade e direcionamentos para atender as condições de satisfação de um conteúdo proposicional (informação desejada), essas declarações são falsas. Os estudos de informação incorreta, desinformação e má informação são consideradas tipos de informação realizadas a partir da Intencionalidade, no texto, são apontados dezesseis tipos de arranjos divididos entre os três tipos de informação (D'Amorim; Miranda, 2021).

Como exemplos temos: na informação incorreta – o viés, cuja fonte na informação passiva é vista como ignorância (viés de crença, de confirmação e ancoragem), na desinformação – às *fake news,* os *clickbaits* e na má informação – o uso indevido de informações pessoais e confidenciais, como no caso das redes sociais (D'amorim; Miranda, 2021).

Entende-se que a Intencionalidade dos sujeitos pode apresentar caminhos positivos e negativos quando se trata do papel de informar; nesse caso, crenças, valores e sentimentos sobrepõem os atos de consciência relacionados à ética, o que pode ter consequências graves dentro do contexto informacional. Assim, é muito importante levar em consideração que a manifestação da Intencionalidade pode estar enviesada por princípios políticos, sociais, culturais e tecnológicos das experiências de vida dos sujeitos, tratando-se de um processo fisiológico em que o cérebro humano acredita em sua própria verdade sob determinado objeto no mundo disseminando, assim, o que ele acredita ser e não o que realmente é.

O texto de Feitosa e Miranda (2021) traz relatos de experiência diante do primeiro *podcast* brasileiro de Ciência da Informação (CImplifica). Nele, a Intencionalidade é abordada como Intencionalidade da informação, visando uma direção de ajuste da informação a um público-alvo, ou seja, disseminação de informação científica no campo da CI. O *podcast* está inserido no conceito de neodocumentação, que seria uma forma contemporânea de materialização dos documentos dentro do contexto do fenômeno das Humanidades Digitais (HDs).

Neste caso, o *podcas*t é visto como uma solução viável para promover a Encontrabilidade da Informação em meio a vasta geração de enunciados digitais, a partir da Intencionalidade como uma informação desejada dentro do contexto das mudanças e transformações do cenário informacional e da quantidade de informações geradas no âmbito digital. Além disso, pode ser visto como um aliado no combate a desinformação, tendo em vista que se trata de um *podcast* que visa promover a ciência (Feitosa; Miranda, 2021).

O texto de Sanchez, Vidotti, Vechiato e Almeida Júnior (2022) apresenta reflexões teóricas e práticas em relação aos estudos de Intencionalidade e Mediação da Informação para contribuir na construção de ambientes informacionais digitais, levando em consideração a Arquitetura da Informação e a Encontrabilidade da Informação.

Os resultados apontam que "a Intencionalidade é intrínseca aos conceitos de Mediação da Informação e Encontrabilidade da Informação e, portanto, atuam em conjunto para o sucesso e a qualidade da apropriação da informação pelos sujeitos informacionais" (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior, 2022, p. 20-21).

Além disso, o texto de Sanchez, Vidotti, Vechiato e Almeida Júnior (2022) enfatiza o fato de que a Intencionalidade não ocorre sozinha e depende das relações. Relações essas que acontecem entre os sujeitos, os seus contextos, os meios em que circulam a informação e as formas de representação, entre outras.

Chegando ao fim desta seção, compreendemos que a partir dos resultados da RSL e do que foi apresentado sobre a Intencionalidade na Fenomenologia e na Pós-Fenomenologia é possível identificar relações teóricas com estudos do campo da CI que serão apresentadas na próxima seção.

5 RELAÇÕES TEÓRICAS DA INTENCIONALIDADE NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Nesta seção, que faz parte dos polos teórico e morfológico, serão apresentadas algumas das possibilidades de discussões teóricas entre o conceito de Intencionalidade e os estudos realizados no campo da Ciência da Informação. Foi possível fazer reflexões teóricas que irão potencializar o desenvolvimento de novos estudos sobre a Intencionalidade na CI, especialmente no que se refere aos ambientes informacionais digitais.

É importante ressaltar que as relações feitas até o momento não esgotam as possibilidades de novas relações teóricas no campo da CI por conta das diferentes dimensões

e contextos em que ela pode atuar, como por exemplo a linha da Documentação trazida por Rabello (2009, 2018, 2019).

Desse modo, a primeira relação teórica apresentada na subseção seguinte se trata da Intencionalidade e a Representação da Informação, isso porque Searle (2002) aponta as representações como as formalizações da Intencionalidade por meio das ações dos sujeitos informacionais, nesse sentido, foi a primeira relação que surgiu a partir das investigações com a Intencionalidade.

5.1 Representação da Informação e a Intencionalidade

A representação no campo da CI é vista como um dos principais objetos de estudos no que se refere ao tratamento da informação e do conhecimento. É compreendida como um processo que irá contribuir com o acesso e recuperação da informação nos diferentes tipos de ambientes informacionais. Além disso, é uma temática presente em diferentes áreas do conhecimento, como a Filosofia, a Psicologia e a Linguística (Sales; Albuquerque; Pinto, 2018).

Nesse contexto, Schopenhauer, filósofo do século XIX, traz definições sobre a representação que se alinham às concepções da área da CI, especialmente no âmbito da Organização e Representação do Conhecimento (Sousa; Ramalho, 2019). Os estudos de Schopenhauer (2005) afirmam que as metades que formam uma representação são os sujeitos e os objetos. Essas relações entre as metades geram conhecimentos sobre algo ou alguma coisa, ou seja, formas de representação, assim, todo conhecimento é representação. Nesse sentido:

> Como representação, que é a aparência, o mundo é representação de um sujeito, e essa representação está submetida à Vontade. E a vontade humana pode ser parcialmente conhecida, pois, ao se manifestar diretamente no corpo, ela se dá a conhecer por meio dos atos dele, que são os atos da Vontade. Notemos que Schopenhauer faz uma distinção crucial entre a Vontade e a representação: a Vontade é primordial, primária, fundamental, e a representação é secundária, subordinada, condicionada (Pastore, 2014, p. 154).

O inconsciente recebe um papel fundamental na concepção do filósofo no que se refere a concepção da representação e a vontade, isso pode ser visto a partir dos princípios do conhecimento que são apresentados em duas modalidades, sendo elas as representações intuitivas e abstratas.

> A representação intuitiva trata do lado prático da inteligência, é adquirida nas experiências sociais (homens e animais), não sendo necessários representação discursiva (nem conceitos, nem linguagem). A representação abstrata é adquirida pela vida cultural, é a inteligência com atributos teóricos – apenas o ser humano a detém. A linguagem e os conceitos são representações abstratas. Fazem a mediação entre o pensado e a realidade, isto, a representação da representação (Silva, 2016, p. 98-99).

Acreditamos assim, que a relação dos estudos de Schopenhauer (2005) e a CI estão diretamente ligadas aos princípios desses estudos (Silva, 2016; Sousa; Ramalho, 2019). A linguagem é uma forma de representação, entretanto, não é a única forma possível para perceber e definir as coisas no mundo, especialmente porque se trata de um processo individual e particular das interpretações entre a relação do sujeito e os objetos.

Nesse contexto, é possível relacionar os estudos mencionados que estão fora e dentro do âmbito da CI com as abordagens sobre consciência e Intencionalidade de Searle (2000) sobre o que ele denomina como "simbolização". Ela está ligada à capacidade dos seres humanos de "utilizar um objeto para personificar, representar, expressar ou simbolizar alguma outra coisa" (Searle, 2000, p. 142). Dentro dessa capacidade, está a ideia dos indicadores de *status,* assim as:

> alianças de casamento, uniformes, crachás, passaportes e carteiras de motorista. Todos são linguísticos, embora nem todos utilizem palavras. Na verdade, são todos atos de fala, no sentido que expliquei, por terem condições de satisfação. Usar uma aliança de casamento ou um uniforme da polícia é um ato de fala consagrado que diz 'Eu sou casado' ou 'Faço parte da polícia' (Searle, 2000, p. 144).

Dessa forma, a função de *status* vem da ideia de significação, mas não é necessariamente definida apenas por palavras (Searle, 2000). Entende-se que as palavras apresentam uma função de *status*, pois podem ser significativas e atenderem as condições de satisfação no sentido de comunicar. Entretanto, a ideia de representar um objeto é diferente da ideia de significar esse objeto, ou seja, está ligada à ideia de percepção/interpretação entre locutor e ouvinte sobre o objeto em si (informação).

Dentro desse contexto, Searle (2002) afirma que as representações são sentenças que decorrem da Intencionalidade da mente. Segundo o autor, as sentenças são consideradas estados intencionais nos quais estão embutidos estados intrínsecos da mente humana, como crenças e desejos. Para Searle, essas sentenças podem ser entendidas como "os sons emitidos pela boca ou os sinais gráficos que se fixam no papel" (Searle, 2002, p. 8).

Posto isso, a Representação da Informação no campo da CI é definida como:

> a substituição de uma entidade linguística longa e complexa - o texto de um documento - por sua descrição abreviada. Sua função é demonstrar a essência do documento. A representação da informação é um processo primeiro da transferência da informação e necessário para enfatizar o que é essencial no documento, considerando sua recuperação (Novellino, 1998, p. 137).

Assim, representar é considerado o "ato de utilizar elementos simbólicos – palavras, figuras, imagens, desenhos, mímicas, esquemas, entre outros – para substituir um objeto, uma ideia ou um fato" (Lima; Alvares, 2012, p. 21). Entretanto, esse ato de registrar a representação de algo ou alguma coisa não é simples, tendo em vista que depende do processo de representação da representação realizado pelo sujeito. O processo de construção da representação é "redutora da informação, pois é realizada por um intermediário/mediador" (Castro, 2008, p. 77).

> Pode-se dizer que a **representação da informação registrada** é compreendida numa perspectiva de que é primeiramente mentalizada ou internalizada numa estrutura cerebral, onde os sujeitos cognoscentes (mediadores ou intermediários), precisam externalizar em um formato ou em um suporte informacional, que garanta o registro (armazenamento) do conhecimento para uma posterior socialização, uso e reuso dos recursos informacionais (Castro, 2008, p. 78, grifo nosso).

No que se refere aos ambientes informacionais (físicos, digitais e/ou híbridos) os recursos informacionais (produtos de representação) implementados seguem padrões, técnicas e modelos a fim de potencializar o acesso, o uso, a recuperação e a encontrabilidade das informações, nesse sentido, a representação deve: "ser suficientemente rica sob o aspecto cognitivo e, ao mesmo tempo, sintética para economizar a energia do usuário de uma maneira significativa" (Marcondes, 2001, p. 67).

É notável que a representação em diversas áreas do conhecimento é predominantemente baseada na linguagem, entretanto, vale ressaltar que, em se tratando dos ambientes informacionais, em especial, os digitais, estes também utilizam de símbolos, (ícones, figuras etc.) que fazem esse processo de redução da informação (a representação da representação). Dentre as muitas situações recorrentes no uso das TIC referentes a essa afirmativa, um exemplo são os dispositivos móveis. Isso porque o espaço de tela é reduzido e boa parte da informação ou do acesso ao conteúdo dependem da interpretação de símbolos.

No mais, a Representação da Informação no campo da CI é apoiada pelos metadados, eles são responsáveis por qualificar a informação a partir das descrições dos objetos digitais. (Landshoff, 2010). Dessa forma, eles são vistos como:

> uma prática imprescindível para que os recursos sejam localizados. Para tanto, os metadados precisam ser adequados ao que se intenciona disponibilizar, no que se refere às suas características e especificidades. Por outro lado, é relevante certificar-se do uso adequado das estruturas de representação, visando favorecer a descoberta dos dados por máquinas (Torino; Vidotti; Vechiato, 2020, p. 449).

Há um grande esforço na comunidade científica da CI em acompanhar as mudanças tecnológicas e a expansão da geração de dados e informação com o objetivo de produzir, consolidar e padronizar formas de representação que ajudem no acesso, uso e recuperação da informação a partir do aprimoramento dos recursos de navegação e mecanismos de busca, a fim de proporcionar qualidade na encontrabilidade e apropriação da informação pelos sujeitos.

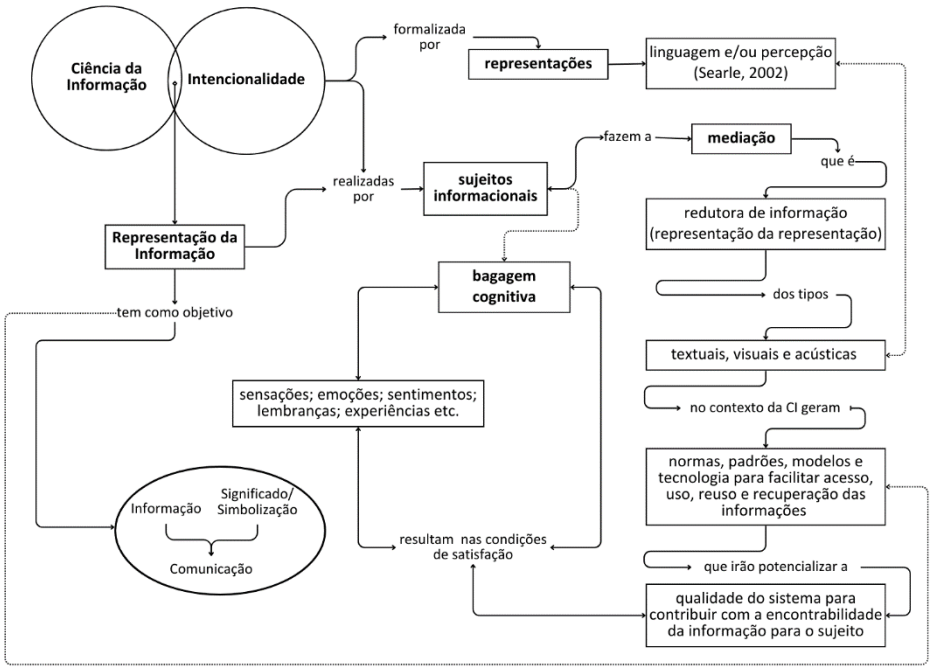
Nesse contexto, há diversos estudos no campo direcionados as normas e padrões nacionais e internacionais de metadados, tesauros, vocabulários controlados, ontologias, linguagens de marcação, linguagem natural etc., fundamentadas nos âmbitos das pesquisas da Web Semântica e da Inteligência Artificial, por exemplo.

Assim, é possível afirmar que a representação ou ato de representar é nativo dos seres humanos e é somente a partir da construção da bagagem cognitiva que leva em consideração os contextos (rede e *background*) dos sujeitos informacionais que é possível a geração de representações (textuais, visuais e/ou acústicas) e percepções (às sensações, às emoções, os sentimentos; às lembranças etc.).

Dessa forma, a relação da Representação da Informação e da Intencionalidade é estabelecida conceitualmente quando se entende **que a formalização da Intencionalidade ocorre por meio de representações** realizadas pelos sujeitos informacionais. A Intencionalidade então é um processo anterior à Representação da Informação. (Sanchez: Castro: Vechiato; Vidotti, 2023).

A fim de exemplificar o que foi apresentado nesta subseção, segue a Figura 5, encerrando as análises sobre a relação da Representação da Informação e a Intencionalidade.

Figura 5: Representação da Informação e a Intencionalidade



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Posto isso, a Figura 5 apresenta a relação entre a CI e a Intencionalidade por meio dos estudos da Representação da Informação. As conexões realizadas pelas setas pontilhadas representam as seguintes relações: 1) a conexão que parte do "tem como objetivo" para as "normas, padrões, modelos [...]" retrata outro objetivo inerente a Representação da Informação, ou seja, por meio desta última é que são propiciadas a primeira ligação relacionada a "informação, significado/simbolização e comunicação"; 2) a conexão entre "linguagem e/ou percepção (Searle, 2002)" e "textuais, visuais e acústicas" significa que ambas são tipos de representação, mas a primeira vêm dos termos da Filosofia e a outra como tipos de materialização vistas nos campo da CI; 3) a conexão central entre "bagagem cognitiva" e "resultam nas condições de satisfação", a qual a última se conecta com algumas caixas, refere-se ao fato de que tanto a geração das representações, quanto os resultados delas são advindas da bagagem cognitiva do sujeito informacional que é construída por conta dessas conexões e que dependem dos contextos (sociais, culturais, políticas, tecnológicas), meios de informação e vivências dos sujeitos informacionais.

Entendemos, assim, que o conceito de Intencionalidade é o ponto de partida para concluir os processos relacionados a Representação da Informação e é independente dos meios, sejam eles físicos ou digitais. A mediação dessa representação/informação é realizada

pelos sujeitos informacionais que, de qualquer modo, fazem uma redução da informação, ou seja, a representação da representação.

Portanto, a representação, então, está na informação em si, mas principalmente nas condições de satisfação (sensações, emoções, sentimentos, experiências etc.) advindas do significado/simbolização e/ou na comunicação que ocorrem após a interpretação e a apropriação da informação.

5.2 Mediação da Informação e a Intencionalidade

O conceito de mediação está diretamente associado aos princípios da Representação da Informação, isso porque o processo de representar necessita de um intermediário/mediador que é um redutor de informação. Assim sendo, os estudos da Representação da Informação e da Mediação da Informação têm a Intencionalidade de forma intrínseca a elas e essas ajudam a potencializar a Encontrabilidade da Informação (Sanchez; Vechiato; Castro; Vidotti, 2024).

A relação da Intencionalidade com a Mediação da Informação no campo da CI tem como essência as ações dos seres humanos. Logo, a Intencionalidade dos sujeitos informacionais podem ser vistas em todos as ações e fluxos de informação envolvendo os ambientes informacionais, em especial, os digitais (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior, 2022).

Vale ressaltar que neste texto a mediação é o nexo entre as escolas de pensamento da Fenomenologia e da Pós-Fenomenologia. Ainda que as mediações na segunda escola sejam tecnológicas, defende-se nesta tese que toda intervenção tecnológica começa por uma intervenção humana (Sanchez; Vidotti, Vechiato, 2023).

A Mediação da Informação ganhou impulso no ano de 1995, mas já era discutido desde 1935, especialmente, na Biblioteconomia e, consequentemente, na Ciência da Informação (Santos Neto, 2019). Em âmbito nacional, Almeida Júnior é considerado uma das principais referências. O autor traz definições e discussões sobre a temática desde 2006, mas se consolida a partir das publicações de 2009 e 2015. (Sanchez, Vidotti, Vechiato, Almeida Júnior, 2022).

Dentre as abordagens da Mediação da Informação na CI estão às: “Mediação Cultural; Mediação Custodial; Mediação de Leitura; Mediação Pós-Custodial ou Informacional e Mediação da Informação” (Santos Neto; Almeida Júnior, 2017, p. 255). Dentre as abordagens,

destaca-se aqui a Mediação Pós-Custodial de Malheiro e Ribeiro (2011), a qual apoia o polo epistemológico desta tese e que se relaciona com a informação social e as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC). Isso porque os autores apresentam uma nova perspectiva para a mediação, sendo ela, a Mediação infocomunicacional, que:

> pode contribuir para o entendimento dos processos de significação que possibilitam a compreensão da técnica pelo homem, a sua própria compreensão e a de outros sujeitos, por meio das ações infocomunicacionais que realizam no ciberespaço (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 107).

Ainda, a mediação infocomunicacional contribui com o entendimento da Intencionalidade "sob a ótica da organização e da representação da informação, visto que abarca todos os processos informacionais e todos os atores envolvidos" (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 115). Nesse contexto, do paradigma Pós-Custodial, a Mediação da Informação segundo Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 256):

> suscita uma nova postura dos bibliotecários que se afasta de uma mera execução de tarefas técnicas e repetitivas, porque toma a CI no sentido social e intersubjetivo, na medida em que os fenômenos de informação e tecnologia evoluem. Assim pode-se ter uma mediação significativa e transformadora que é, ao mesmo tempo, pautada nos princípios básicos da Biblioteconomia e da CI.

Tratando-se do termo de Mediação da Informação, Almeida Júnior (2015a) a define como:

> Toda ação de interferência – realizada em um processo, por um profissional da informação e na ambiência de equipamentos informacionais -, direta ou indireta; consciente ou inconsciente; singular ou plural; individual ou coletiva; visando a apropriação de informação que satisfaça, parcialmente e de maneira momentânea, uma necessidade informacional, gerando conflitos e novas necessidades informacionais (Almeida Júnior, 2015a, p. 25).

Dessa forma, podemos dizer que os termos Mediação da Informação e Mediação Infocomunicacional não têm definições distintas e seguem para um mesmo objetivo, ou seja, identificam a necessidade de novas mediações, com diferentes sujeitos e a preocupação com a mediação nos ambientes (físicos, digitais e/ou híbridos) por conta das constantes mudanças tecnológicas.

A Mediação da Informação é desenvolvida sob duas dimensões, em dois momentos diferentes e com cinco elementos, sendo eles: 1) a mediação intrínseca da informação e a mediação extrínseca da informação, em momentos implícitos ou explícitos. Os cinco elementos são: I) a ação de interferência; II) o processo; III) a apropriação; IV) a satisfação

parcial e a momentânea; e V) o conflito. O Quadro 6 apresenta o conteúdo de cada um desses pontos:

Quadro 6: Componentes da Mediação da Informação

Componentes	Definições
Mediação intrínseca da informação	[...] intrínseca ao fazer do profissional da informação, quer atuando ele no atendimento ao público (mediação explícita da informação), quer atuando nos serviços internos, também chamados de serviços meios (mediação implícita da informação). A mediação nesse caso é inerente ao fazer. Ela está presente, independente da vontade do profissional. Esse profissional veicula ideias, conceitos, concepções, valores de maneira consciente e inconsciente. Nesta dimensão da mediação, o profissional pode controlar muito do que dissemina, do que veicula, mas há um componente inconsciente sobre o qual ele não possui controle. As palavras escolhidas para comunicar algo; a forma de estruturá-las; posturas físicas; a organização do acervo; o sistema escolhido para estruturar os documentos; a arquitetura do prédio onde atua; possuem todas, uma ampla parcela de inconsciente (Almeida Júnior, 2015b).
Mediação extrínseca da informação	Quando organizamos serviços, estruturamos o atendimento, propomos ações de educação de usuários etc., estamos dentro de outra dimensão da mediação da informação, mais clara, mais consciente (embora também tenha muito de inconsciente), mais palpável, um pouco mais controlável. Precisamos, talvez, denominar essas dimensões para que suas diferenças sejam evidenciadas. Esta segunda dimensão identifica-se com a disseminação da informação. No entanto, a ideia de mediação da informação é mais abrangente que a da disseminação, uma vez que esta nunca se interessou com a apropriação da informação, atendo-se ao acesso físico do documento pelo usuário. Assim, a disseminação da informação está mais relacionada com a transferência da informação do que com a mediação da informação (Almeida Júnior, 2015b).
Ação de interferência	São ações produzidas conscientemente, que podem ser planejadas ou espontâneas, buscando sempre diminuir ou anular os riscos de uma possível manipulação no processo de mediar (Almeida Júnior, 2009; Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017; Santos Neto, 2019).
Processo	A mediação ocorre por meio de um processo contínuo, com interferências de um 'terceiro' – ou seja, tudo que está entre um sujeito e outro, acumulando significados à informação. Tudo interfere e pode acarretar novos significados à informação, por exemplo: equipamentos e ambientes informacionais, espaço físico, digital ou híbrido, sujeitos etc. (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017; Santos Neto, 2019; Almeida Júnior; Santos, 2019).
Apropriação	Processo de transformação, realizada pela relação de leitura (texto, imagem, som), espera-se que ocorra a assimilação real do conteúdo, modificando (muito ou pouco) o conhecimento do sujeito (Almeida Júnior, 2007; Santos Neto; Almeida Júnior, 2017; Santos Neto, 2019; Almeida Júnior; Santos, 2019).
Satisfação parcial e momentânea	Partindo do princípio de que tudo está inserido em um contexto social e histórico, desejos, necessidades e interesses nunca são saciados totalmente, pois há constantes mudanças nos sistemas, tecnologias etc.

Componentes	Definições
	Desse modo, é um efeito cíclico de novos interesses e descobertas sobre diferentes necessidades informacionais (Almeida Júnior; Santos, 2019).
Conflito	A mediação carrega informações, que podem ser compreendidas como soluções ou problemáticas. O contato com novas informações tira o sujeito de sua zona de conforto o que gera conflitos e a necessidade de reconstrução de conhecimento (Santos Neto; Bortolin; Almeida Júnior, 2017; Almeida Júnior; Santos, 2019; Santos Neto, 2019).

Fonte: Adaptado de Sanchez, Vidotti, Vechiato e Almeida Júnior (2022).

Diante dos componentes apresentados acerca da Mediação da Informação é possível apresentar outros pontos de relações teóricas com a Intencionalidade, bem como os momentos implícitos e explícitos que ocorrem em ambas as dimensões (intrínsecas e extrínsecas), pois essas ações podem ser relacionadas às ações conscientes e inconscientes dos estados mentais e intencionais da Intencionalidade.

No conceito de Mediação da Informação não há a direcionalidade, mas sim a interferência sob a ótica dos momentos implícitos e explícitos. Ter a noção dela ao mediar envolve os estados conscientes e inconscientes do sujeito. O momento explícito é o "produto" da mediação em que será possível verificar as condições de satisfação dessa mediação, sua qualidade e sua eficácia.

Não há também a rede ou *background*, mas os momentos implícitos e explícitos. À vista disso, os momentos implícitos estão relacionados aos estados e as ações inconscientes do sujeito que são realizadas no cotidiano em determinadas situações ou ambientes que podem não ser reconhecidos como mediação. Entretanto, podem interferir e devem ser consideradas relevantes.

À vista disso, as relações formam os sujeitos informacionais que poderão ser os profissionais informáticos, os profissionais da informação (sujeitos institucionais) e os sujeitos informacionais que usam e acessam o ambiente e que direta ou indiretamente podem contribuir com recursos para organização e representação do conhecimento. Sendo assim:

> é preciso lembrar que apesar da Intencionalidade ser uma ação consciente e dirigida a um propósito, ela pode ser gerada e formar necessidades, interesses e desejos oriundos de imposições externas camufladas. Toda leitura, por exemplo, deve buscar a Intencionalidade do autor de um determinado texto. Tal Intencionalidade está presente explícita e implicitamente nas linhas e entrelinhas do produto por gerado pelo autor, a Intencionalidade dele. No entanto, aquilo que é produzido nasce carregado de significados, concepções e entendimentos do mundo que são específicas do autor ou assimiladas de interesses de outros. O autor, inconscientemente,

> reproduz ideologias alheias aos seus próprios interesses (Sanchez, Vidotti, Vechiato, Almeida Júnior, 2022, p. 7).

Desse modo, ambos os tipos de sujeitos, sejam eles os sujeitos institucionais (termo utilizado para os profissionais informáticos e da informação) ou os sujeitos informacionais, aplicam sua Intencionalidade no que diz respeito as ações de mediação. Nesse sentido:

> devem ser considerados mediadores todos aqueles que participam de alguma forma no desenvolvimento e/ou alimentação dos ambientes informacionais digitais, sendo eles: os profissionais da informação – definidos como sujeitos institucionais; os profissionais informáticos – também sujeitos institucionais – responsáveis pelo *backstage* do projeto; e os sujeitos informacionais que contribuem a partir de sua bagagem sociocognitiva em alguns processos informacionais, como a produção, a organização e a representação da informação (Sanchez; Vechiato; Vidotti; Almeida Júnior, 2022, p. 6).

Nesse contexto, os sujeitos informacionais contribuem para a organização e representação do conhecimento nos ambientes através de sua Intencionalidade, mas podem ser vistos apenas como consumidor final do conteúdo disponibilizado, cujo objetivo é atendimento de suas necessidades e lacunas informacionais.

Isto posto, a atribuição do termo Intencionalidade dos sujeitos informacionais atua neste texto como referência para retratar as características relacionadas à bagagem cognitiva dos indivíduos que podem ser coletadas, ou seja, na ótica a qual ele contribui com a representação e organização do conhecimento, como na participação direta da descrição de conteúdos informacionais por meio das funcionalidades dos sistemas, como a *folksonomia* ou por seu comportamento no processo de busca e/ou navegação. Além disso, são consideradas as Intencionalidades advindas das competências e habilidades (interferências evitáveis e inevitáveis) dos sujeitos institucionais.

Isto posto, entende-se a importância da mediação sob a ótica da Intencionalidade (direcionalidade) realizada sob constante vigilância (ética), especialmente, no que se refere aos sujeitos institucionais, para que não ocorra a manipulação da informação (desinformação) ou a imposição de recursos e conteúdos enviesados neste processo de informar e comunicar.

Nesse sentido, Santos Neto e Almeida Júnior (2017, p. 255) destacam que: “a mediação não é passiva, ela é intencional, ainda que não seja de modo consciente. A mediação caracteriza-se por ser colaborativa, participativa e potencialmente transformadora”. Além disso, compreende-se que há “uma linha tênue entre interferência e manipulação. A consciência de sua existência, bem como da realidade da interferência, permite não a

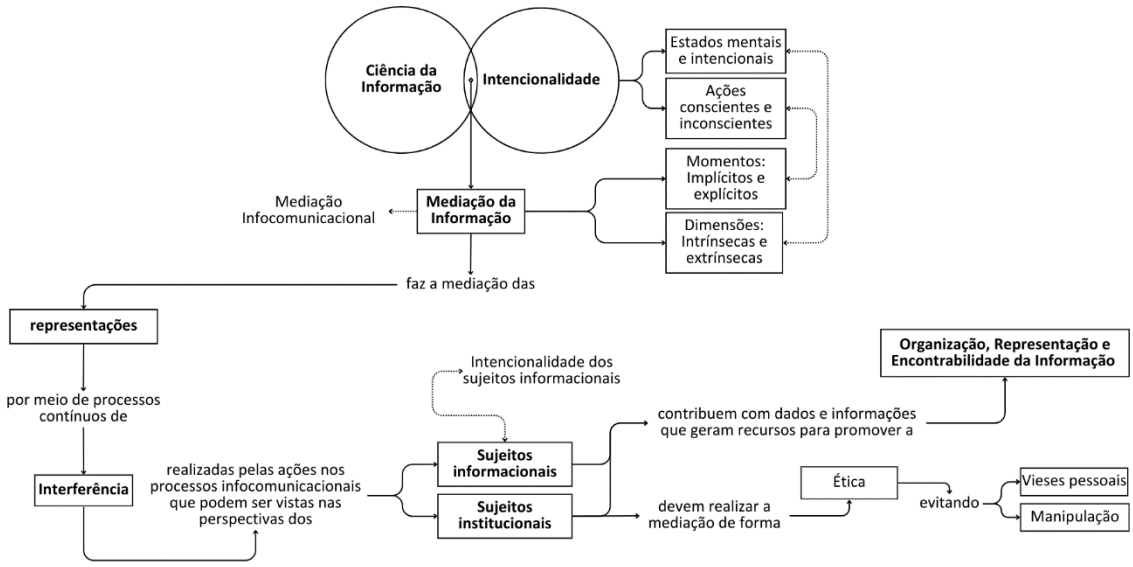
eliminação da manipulação, mas a diminuição de seus riscos e de suas consequências" (Almeida Júnior, 2009, p. 94).

É possível afirmar que diante de como a Intencionalidade se manifesta e atua nas ações de representação e mediação das informações, é necessário compreender que se tratando, por exemplo, da construção de um projeto de ambiente informacional digital, a presença de um time de diferentes sujeitos institucionais e dos sujeitos informacionais – em todas as etapas do processo - formam um componente-chave para que o ambiente atenda às necessidades informacionais de todo e qualquer tipo de sujeito, pois é realizado sob diferentes óticas.

Em consequência disso, os sujeitos informacionais têm mais chances de atender suas condições de satisfação no processo de interação com o ambiente (acesso, uso, navegação, busca, recuperação), além de aumentar as possibilidades de descoberta da informação (Serendipidade) e, consequentemente, a Encontrabilidade da Informação e a apropriação da informação.

A Figura 6 busca sintetizar os assuntos abordados neste subcapítulo sobre a sobre a Mediação da Informação e a Intencionalidade no campo da CI.

Figura 6: Mediação da Informação e a Intencionalidade



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Na Figura 6 temos a relação da Ciência da Informação e da Intencionalidade por meio dos estudos de Mediação da Informação. Entendemos que a Intencionalidade está nos

sujeitos informacionais e não vai ocorrer de forma isolada, ela depende de relações: seja do sujeito em seus contextos (familiares, sociais, culturais, políticos e tecnológicos), seja do sujeito no seu espaço informacional (físico, digital e/ou híbrido) que é onde a informação se propaga (Sanchez, Vidotti, Vechiato, Almeida Júnior, 2020).

Essa construção afeta a mediação, que é um processo contínuo de interferência, pois os sujeitos informacionais e/ou institucionais têm de fazer a representação da informação. No entanto, o que deve ser levado em consideração, especialmente pelos sujeitos institucionais, é a ética. Isso é crucial para evitar os vieses pessoais, a manipulação de informações, o rastreamento indevido de dados dos sujeitos, a disseminação de *fake news*, entre outros problemas.

Portanto, os sujeitos informacionais e institucionais aplicam sua Intencionalidade para promover a mediação, a representação, a organização e a Encontrabilidade da Informação, sempre direcionada à qualidade dos recursos e funcionalidades do sistema e da qualidade do atendimento das necessidades informacionais por meio do encontro e apropriação da informação pelos sujeitos.

5.3 Comportamento Informacional e Competência em informação e a Intencionalidade

Os estudos de Comportamento Informacional *(Information Behaviour)* e de Competência em Informação *(Information literacy)* estão ligados às condutas dos sujeitos informacionais diante da informação. Ambos carregam essencialmente os comportamentos, as competências, as habilidades e as experiências adquiridas ao longo da vida do ser humano e são elas que auxiliam na identificação das necessidades informacionais e, posteriormente, na determinação da encontrabilidade e apropriação da informação (Vechiato; Farias, 2020).

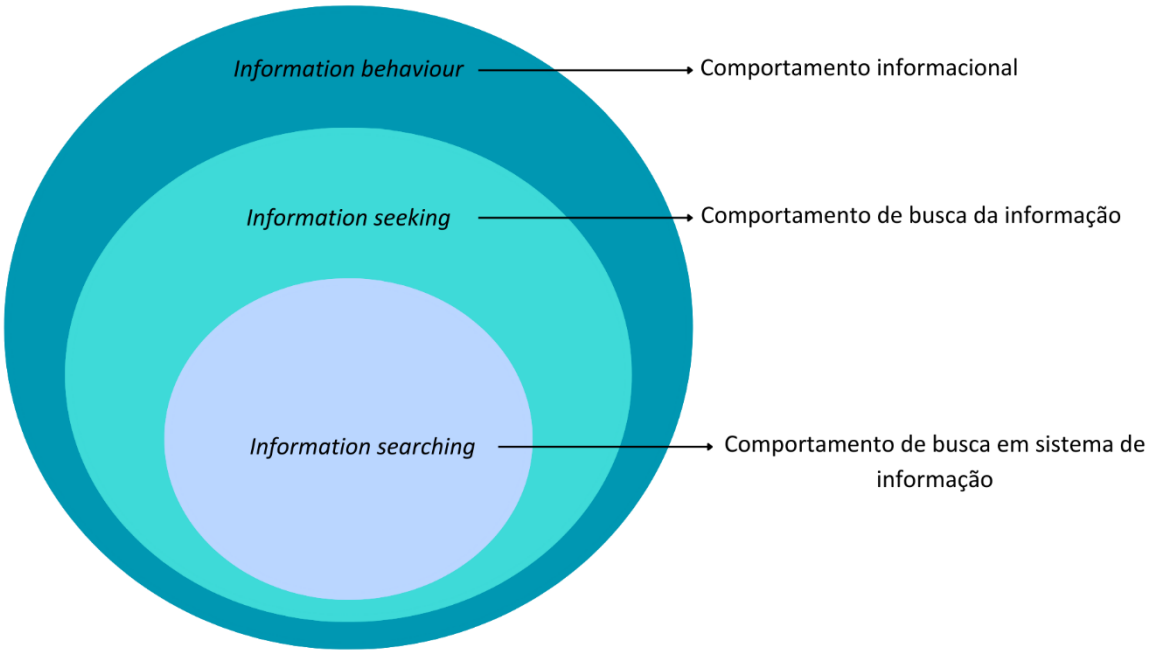
O termo Comportamento Informacional foi cunhado por Wilson na década de 1990 diante de uma evolução dos estudos de usuários, abrangendo a busca, a pesquisa e o uso da informação na CI. Gasque (2022) afirma que o termo também pode ser identificado como Comportamento Informacional Humano (CIH). Sobre as diferentes abrangências, a autora explica que:

> A busca trata da relação do indivíduo com os diversos canais e as fontes de informação, abrangendo pessoas, unidades de informação e informação online. Por sua vez, a pesquisa refere-se ao nível 'micro' da busca de informação; isto é, trata das interações humanas com sistemas de informação de todos os tipos. Por fim, o comportamento de uso da

> informação abrange os atos físicos e mentais envolvidos no processo de transformação da informação em conhecimento (Gasque, 2022, p. 2).

Nesse contexto, Wilson (1999) materializa essas conexões por meio de um modelo de integração apresentado na Figura 7. Nela, o Comportamento informacional *(information behaviour)* abarca o comportamento de busca de informação *(information seeking)* que, por fim, inclui o comportamento de busca em sistema de informação *(information searching).*

Figura 7: Modelo de Comportamento Informacional de Wilson



Fonte: Adaptado de Wilson (1999).

A definição de Comportamento Informacional de Wilson (2000, p. 49) refere-se ao conceito como:

> a totalidade do comportamento humano em relação às fontes e canais de informação, incluindo a busca ativa e passiva de informação e o uso da informação. Assim, inclui a comunicação face a face com outras pessoas, bem como a recepção passiva de informações como, por exemplo, assistir a anúncios na TV, sem qualquer intenção de agir com base nas informações fornecidas (Wilson, 2000, p. 49, tradução nossa).

Posteriormente, Wilson (2022) aprimora sua perspectiva sobre o Comportamento Informacional ampliando as relações que moldam o ser humano, ou seja, os contextos, as vivências e as experiências adquiridas ao longo da vida. O autor afirma que sua abordagem não se relaciona às teorias referentes à personalidade ou aos estados mentais de uma pessoa. Para ele:

> o comportamento humano é determinado por um complexo de fatores, alguns dos quais são inatamente pessoais, outros podem ser rotulados demográficos, por exemplo, o nível educacional, ocupação, renda etc., e outros são encontrados nos grupos sociais aos quais uma pessoa pertence, como família, grupo de trabalho e grupo de amizade, e na sociedade em geral (Wilson, 2022, p. 12, tradução nossa).

Nesse sentido, o Comportamento Informacional é um conjunto de aspectos humanos, sendo eles os cognitivos, os emocionais e os situacionais que acarretam os comportamentos não intencionais e intencionais que definem as características necessárias para que o sujeito identifique suas necessidades informacionais (vazios de conhecimento ou capacidade de significação), as habilidades de busca (ação intencional de buscar ou evitar uma informação) e as competências e experiências relacionadas ao uso da informação (seleção, processamento, apropriação de informação e geração de conhecimento) (Choo, 2003; Case, 2012).

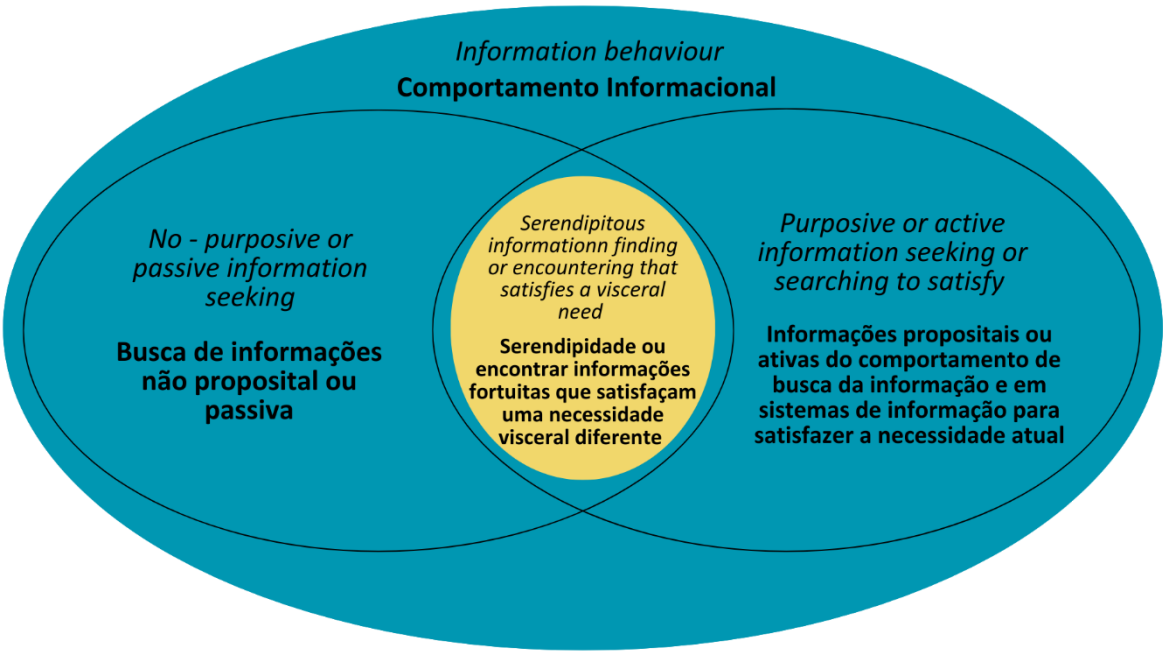
Entende-se que há semelhanças na abordagem de Wilson (2022) com os conteúdos apresentados no decorrer das discussões desta tese, em especial, no que se refere a construção da Intencionalidade dos sujeitos informacionais a partir das interferências dos contextos em que eles estão inseridos. Além disso, os estudos de Wilson abarcam o comportamento em uma perspectiva da busca, do uso e do encontro de informações intencionais e não intencionais, que também pode ser relacionado ao conceito de Intencionalidade.

Agarwal (2015) traz a inclusão do conceito de Serendipidade dentro do contexto do Comportamento Informacional sob a ótica teórica de Wilson (1999) e de seu modelo. O conceito de Serendipidade foi abordado na conceitualização da Encontrabilidade da Informação com o atributo de Descoberta da Informação.

O autor acredita em uma estrutura de *continuums* para a Serendipidade no Comportamento Informacional, a qual entende-se uma ligação direta com o conceito de Intencionalidade. Nesse contexto, Agarwal (2015, p. 21, tradução nossa) entende que o sujeito "pode estar em um modo de busca ativo e proposital ou em um modo passivo não intencional quando encontra informações por acaso (o *continuum* do modo ator e o *continuum* da intencionalidade na estrutura)".

A fim de representar suas afirmativas, Argawal (2015), baseado no modelo de Wilson (1999), elabora seu próprio modelo que será apresentada na Figura 8.

Figura 8: Serendipidade no Comportamento Informacional de Agarwal



Fonte: Adaptado de Agarwal (2015).

Dentro desse contexto, Argawal (2015) e Ford (2015), baseados nas ideias de Wilson (1999), reforçam que o conceito de Comportamento Informacional (*information behaviour*) transcende a mera busca de informações (*information seeking*) ou pesquisa (*information searching)* em sistemas de informação. Eles consideram tanto as ações passivas quanto as ativas dos sujeitos como componentes do Comportamento Informacional (*information behaviour*), indo além das ações de busca.

Vale ressaltar que Ford (2015) também traz a Serendipidade no Comportamento Informacional, trazendo a ótica de que a última não pode estar limitada à busca de informação (*information seeking* e *information searching*). Nesse contexto, alguns elementos se mostram relevantes e podem ser incluídos nesse processo do Comportamento Informacional *(information behaviour),* são eles:

- As ações dos sujeitos que englobam desde ações de ignorar, evitar, esconder e até destruir informações;
- A Serendipidade que é percebida como o resultado do acaso ou encontro acidental de informações. Ela é parte de um processo não planejado ou intencional; e

- O uso de informações *(using information)* no que se refere a: recordar, aplicar, compartilhar e/ou comunicar, diferente no conceito de compartilhamento de conhecimento (*using knowledge*) (Ford, 2015).

Desse modo, entende-se que os estudos de Comportamento de Busca da Informação *(information seeking)* e Comportamento de Busca em Sistemas de Informação (*information searching*) trazem elementos essenciais para compreender as estratégias criadas pelos sujeitos informacionais para encontrar a informação como, por exemplo, a seleção e uso das ferramentas de busca, navegação e recuperação utilizados no processo (Ford, 2015), ou seja, o mapeamento da Intencionalidade dos sujeitos informacionais.

Nesse sentido, há na literatura uma série de estudos que incluem técnicas e modelos referentes ao Comportamento de Busca da Informação que favorecem a coleta das características dos sujeitos informacionais ao interagirem com diferentes tipos de sistemas, ambientes e tecnologia, dentre eles destaca-se o de Fisher, Erdelez e McKechnie (2006).

Diante das perspectivas apresentadas nesta seção, entende-se a relação da Intencionalidade e do Comportamento Informacional essencialmente no que diz respeito aos aspectos cognitivos dos seres humanos para lidar com a informação. Sendo assim, a Intencionalidade que carrega a bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais se integra fundamentalmente ao conceito de Comportamento Informacional.

Em um panorama que vai do geral ao específico, a Intencionalidade não só está presente nos processos cognitivos existentes no Comportamento Informacional (*information behaviour)*, mas também desempenha um papel decisivo no Comportamento de Busca da Informação (*information seeking/information searching*), garantindo, em especial, a Encontrabilidade da Informação, por conta da "existência das habilidades, os conhecimentos, as experiências e outros elementos contemplados pelo Comportamento de Busca da Informação próprios do contexto do usuário" (Roa-Martinez, 2019, p. 102).

Nesse contexto, a Intencionalidade exerce um impacto direto sobre as características dos sujeitos informacionais, o que, consequentemente, influencia nas informações que serão coletadas nos ambientes informacionais. Essas informações permitem a criação de recursos e padrões que aprimoram as funcionalidades dos sistemas de recuperação da informação, a fim de proporcionar a EI de acordo com a demanda de seu público-alvo, seja em uma perspectiva individual ou coletiva.

Dando continuidade às discussões, o conceito de Competência em Informação *(informarion literacy)* pode ser encontrado na literatura sendo relacionado ao conceito de Comportamento Informacional *(information behaviour)*. Neste texto, ambas as abordagens contribuem com as discussões teóricas, técnicas e acerca da Intencionalidade.

Segundo Bezerra e Beloni (2019), o termo em inglês *Information Literacy* foi utilizado pela primeira vez em 1974. No Brasil, segundo Mata (2022), o termo Competência em Informação é utilizado desde os anos 2000. Conhecido também como COinfo, o conceito é definido como: "um conjunto de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes para a busca, acesso e uso crítico da informação, voltada para o constante aprender a aprender, ou seja, o aprendizado ao longo da vida" (Spudeit; Vitorino, 2020, p. 1029).

Segundo Beluzzo (2020, p. 4) no contexto da Ciência da Informação:

> o discurso da competência em Informação está centrado no acesso efetivo e na operacionalização da informação pelo indivíduo, e isso tem levado a debates sobre o que é essa competência e como deve ser descrita e praticada na sociedade contemporânea (Beluzzo, 2020, p. 4).

Desse modo, entende-se que a Competência em Informação se insere no âmbito do conceito de Comportamento Informacional, especialmente no que diz respeito ao processo de aprendizado dos sujeitos ao longo de suas vidas. Resgatando o que Ford (2015) aborda sobre o termo *using knowledge*, é possível estabelecer uma relação com a Competência em Informação, tendo em vista que o processo de aprendizagem do sujeito se estabelece no uso da informação e na geração de conhecimento sobre determinado assunto, trabalho, sistema etc.

O estudo de Ibenne, Simeonova, Harrison e Hepworth (2017, p. 322) levanta a hipótese de que dentro dos modelos encontrados sobre o processo relacionado ao Comportamento Informacional não é possível identificar onde se estabelecem as competências e o conhecimento das pessoas. Nesse sentido, os autores afirmam que:

> Tornar-se competente em informação é um processo que leva a capacitar as pessoas com capacidade para tomar as melhores decisões possíveis na aplicação do conhecimento a contextos específicos de resolução de problemas que requerem informação. [...] Tornar-se competente em informação é um processo moldado por múltiplos fatores, sociais, psicológicos e cognitivos, definidos e aplicados em contextos específicos (Ibenne; Simeonova; Harrison; Hepworth, 2017, p. 322, tradução nossa).

Já nos estudos de Niedÿwiedzka *et al*. (2014), os autores dizem que os estudos de Wilson abordam as competências quando cita as variáveis intervenientes pessoais *(personal*

intervening variables). Niedÿwiedzka *et al*. (2014) fazem sua abordagem da competência em informação diante do contexto da saúde, especificamente, sobre o uso das tecnologias para encontrar informação confiável sobre alimentação saudável. Para os autores:

> Esse conjunto de habilidades deve ser colocado entre os determinantes individuais do comportamento informacional (Wilson os chama de variáveis intervenientes pessoais). A melhor forma de compreender o nível destas capacidades seria examinar diretamente o conhecimento relacionado com a informação e verificar as competências de informação de um grupo-alvo (Niedÿwiedzka *et al*., 2014, p. 1)

Wilson (2022) estabelece uma categoria de variáveis intervenientes que o sujeito pode ter para atender suas necessidades informacionais. O autor afirma que essas variáveis intervenientes expandem o conceito de barreiras, utilizado desde um dos seus primeiros modelos relacionados às necessidades e à busca de informação em 1981.

Dentro desse contexto, Wilson (2022, p. 34) afirma que "barreiras podem significar apenas algum obstáculo à procura de informação, enquanto as variáveis intervenientes podem ajudar ou impedir o processo". O autor ainda ressalta que um sujeito sem o conhecimento suficiente para realizar uma busca de informação de forma eficaz pode simplesmente decidir não se preocupar. Desse modo, assim como Niedÿwiedzka *et al*. (2014) relatam em seu estudo, para compreender as competências em informação de um grupo, é importante entender seus níveis de capacidades a partir dessas variáveis.

A necessidade de compreender essas variáveis se torna relevante, pois, segundo Wilson (2022, p. 34), "a intenção de procurar informação não resulta necessariamente em uma procura; as coisas atrapalham". Essa afirmativa de Wilson (2022) relaciona-se à fala de Searle (2002, p. 4), que diz: "ter a intenção de fazer algo é apenas uma forma de Intencionalidade entre outras". Dessa forma, entende-se que as variáveis intervenientes podem atrapalhar ou não o desempenho tanto nos comportamentos quanto das competências dos sujeitos informacionais ao materializarem sua Intencionalidade dentro do contexto do fenômeno informacional.

Os estudos de Wilson (2022) ampliam o que ele considera como variáveis intervenientes (barreiras) de Wilson (1981). Assim, elas serão apresentadas no Quadro 7, a fim de destacar suas relações com os contextos que moldam os comportamentos dos sujeitos e suas competências pessoais, profissionais e sociais.

Quadro 7: Classificação das variáveis intervenientes

Variáveis Intervenientes	
Psicológico	Relacionadas a personalidade; Cinco fatores: neuroticismo, extroversão, abertura à experiência, agradabilidade e consciência (Heinström, 2003); Estilos de aprendizagem e diferenças individuais (Ford *et al*., 2001, 2002).
Demográfico	Relacionadas a: Idade, sexo, nível educacional, etnia, situação profissional, situação de moradia, tipos de deficiência (esse elemento poderia ampliar uma categoria relacionada a saúde).
Interpessoal – relacionado ao papel	Relacionadas aos papéis sociais dos sujeitos (no plural, pois os indivíduos sempre desempenham mais de um papel social). Exemplo: um sujeito é pai, diretor financeiro e jogador de uma modalidade esportiva, para cada um desses papéis ele busca por informações diferentes para aprimorar seus conhecimentos e ser competente em cada uma das funções. O papel é um atributo da pessoa.
Crenças	As mais conhecidas são as crenças religiosas, políticas e filosóficas. As crenças moldam nosso modo de lidar com a informação e enxergar o mundo. As crenças podem influenciar atitudes relacionadas à desinformação e *fake news*, por exemplo. As crenças são um dos atributos mais difíceis de mudar em um ser humano, pois o cérebro ao ser contrariado de suas crenças ativa suas seções relacionadas as amigdalas que estão relacionadas ao combate de ameaças e a autoimagem, desse modo, a pessoa de fato se sente ameaçada quando suas crenças são questionadas (Sulivan, 2019).
Valores	São aspectos importantes das nossas crenças e que orientam nosso comportamento. As crenças e valores estão intimamente ligadas e podem afetar uma à outra: “podemos pensar que as crenças são certos conjuntos de valores ou que os valores surgem das nossas crenças”. (Wilson, 2022, p. 37). Exemplos de categorias de valores dos humanos são encontrados nos estudos de Schwartz (1990, 2012): as quatro categorias principais estão relacionadas a: autotranscedência, a conservação, o autoaperfeiçoamento e a abertura à mudança.
Socioeconômico	Há uma sobreposição entre essa categoria e a categoria relacionada ao papel, entretanto, o socioeconômico apresenta fatores externos às pessoas, como fatores políticos. Entram aqui a classe social, pois os rendimentos financeiros podem impedir ou favorecer o acesso à informação, por exemplo.
Características de origem	Características pessoais como: as fisiológicas, as cognitivas e as afetivas e as relações pessoais dos sujeitos.
Ambiental	Refere-se a: o acesso à internet (desigualdade digital), serviços de telecomunicação e ao conhecimento do espaço físico em que vive - um ser humano que vive na floresta desde o início da vida sobrevive tranquilamente aquele habitat, o oposto ocorreria ao cidadão que cai na mata e necessita sobreviver ao espaço sem o conhecimento sobre plantas comestíveis, por exemplo. (alguns autores incluem essa categoria aos fatores externos relacionados a categoria socioeconômica).

Fonte: (Wilson, 2022).

Nesse contexto, diante de toda a complexidade relacionada à construção do ser humano como sujeito informacional, emergem competências, habilidades, experiências e

comportamentos diversos para lidar com a informação. Dessa forma, é importante entender que a Competência em Informação se aplica em diferentes âmbitos. Belluzo e Feres (2013, p. 68) a identifica em três requisitos, sendo eles:

> a) **Competência em informação para a cidadania:** compromisso ativo com a comunidade, política e desenvolvimento global mediante o livre acesso e o uso crítico de dados e informação;
> b) **Competência em informação para o crescimento econômico:** fomento desenvolvimento de empresa já existentes e de nova criação mediante o uso criativo e intensivo do conhecimento e a combinação eficiente dos serviços de informação e;
> c) **Competência em informação para a empregabilidade**: educação, formação e desenvolvimento continuam de todos os conhecimentos, habilidades e estratégias necessárias para o acesso e o êxito econômico (Belluzzo; Feres, 2013, p. 68, grifo nosso).

Considerando o que foi exposto e as definições referentes à Competência em Informação e sua relação com o conceito de Comportamento Informacional, entende-se que a primeira está relacionada à aplicação das habilidades humanas em duas perspectivas distintas, no contexto da Intencionalidade. Essas perspectivas estão relacionadas às discussões realizadas anteriormente nas seções sobre Mediação da Informação e Intencionalidade no que se refere a ótica da Intencionalidade dos sujeitos institucionais e os sujeitos informacionais.

Os sujeitos institucionais aprimoram suas especialidades profissionais, habilidades e conhecimentos necessários para auxiliar os sujeitos informacionais a acessarem, utilizar e encontrar as informações necessárias para atender às suas demandas. Essa abordagem é reconhecida no âmbito da Ciência da Informação, onde se pressupõe que os profissionais da informação possuam a competência de organizar, representar e disseminar informações de maneira eficiente e eficaz. Assim, nesta perspectiva a Competência em Informação integra a bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais, onde a Intencionalidade se materializa por meio de serviços à comunidade, com o propósito de facilitar o acesso às informações e, em particular, permitir a apropriação da informação para gerar novos conhecimentos.

Na perspectiva dos sujeitos informacionais (usuários), as competências estão relacionadas às habilidades de interação com o ambiente informacional. Nesse caso, retornamos aos termos características e comportamentos, ou seja, quanto maior as habilidades do sujeito para compreender, interpretar e manusear os recursos informacionais, maior são as chances de descoberta e encontrabilidade de informações. As competências

relacionadas às tecnologias são facilmente percebidas entre as gerações na sociedade. Por exemplo, alguns padrões da geração Z[1] são completamente diferentes da geração anterior, devido ao fato de que a tecnologia é nativa em seu crescimento. Dessa forma, algumas habilidades são adquiridas facilmente desde os primeiros anos de vida.

No mais, a Serendipidade também é vista como uma possibilidade tanto na relação teórica, quanto na prática, como no contexto da Competência em Informação. Vechiato e Farias (2020) concluem em seu estudo que:

> a serendipidade é mencionada no documento da ACRL (2016) que sugere uma estrutura para o desenvolvimento de habilidades junto aos sujeitos, especialmente no que diz respeito à pesquisa como exploração estratégica. Percebemos também que é possível incluir a serendipidade nos estágios que compreendem seus modelos, de modo a favorecer maior desempenho no processo de pesquisa (Vechiato; Farias, 2020, p. 19).

Dessa forma, novamente, trata-se de um processo cíclico, onde um sujeito institucional com habilidades e especialidades específicas (competência em informação) contribui para que outro sujeito informacional com características distintas adquira ou aprimore suas competências (especialidades, necessidades, habilidades) em determinado assunto, sistema etc.

Nesta seção, foi apresentado que o Comportamento Informacional e a Competência em Informação estão interligadas à Intencionalidade e que os estudos de Serendipidade e Encontrabilidade da Informação podem contribuir com esses estudos. Além disso, os dois primeiros se apresentam como estudos adjacentes às abordagens do Comportamento de Busca e do Comportamento de Busca em Sistemas de Informação.

Diante do que foi exposto, afirmamos a relação conceitual entre a Intencionalidade e o Comportamento Informacional e a Competência em Informação, pois ambas abarcam as características dos sujeitos (Intencionalidade dos sujeitos informacionais), ou seja, estão ligadas às ações humanas e as possibilidades de mapeamento dessas características

A Figura 9 difere do padrão apresentado anteriormente. Isso porque ela tem como objetivo representar as relações conceituais seguindo os padrões dos modelos de Wilson

[1] Segundo Bezerra, Lima, Brito e Santos (2019) a partir de uma revisão de literatura identificaram as características da geração Z não se baseiam apenas na facilidade com os domínios tecnológicos, mas também são considerados pessoas superconectas e inquietas, que buscam novidades constantemente e são capazes de desenvolver múltiplas atividades, mas são pouco tolerantes com pessoas que não dominam as tecnologias e com os “não” que recebem. Ainda assim, essas e outras características não podem generalizar esse grupo, pois dependem dos contextos culturais, regionais e sociais.

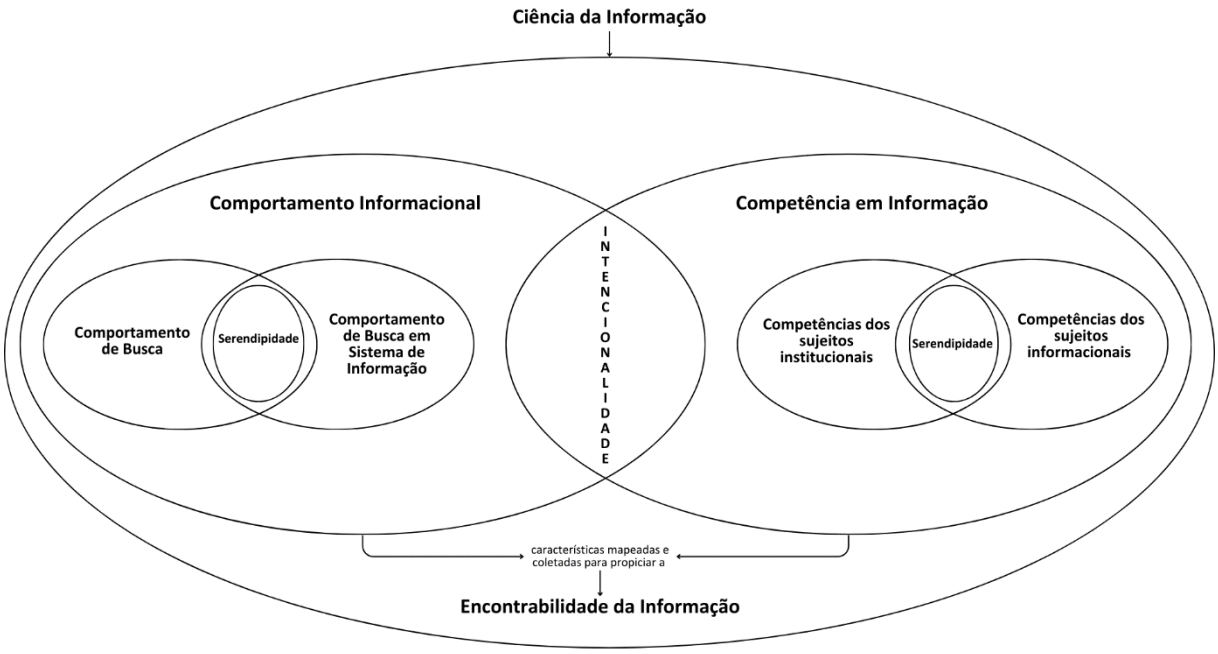
(2000) e Argawal (2015). Além disso, o uso desse tipo de modelo está fundamentado no diagrama de Venn, que é uma ferramenta matemática utilizada para “representar a união e interseção entre campos do conhecimento, que se inter-relacionam por meio de conjuntos teóricos. Os conjuntos do diagrama representam problemas relacionados a esses conjuntos e suas conexões teóricas” (Semeler; Pinto, 2020, p. 2).

Assim, essa ferramenta contribui para retratar as discussões teóricas e as representações acerca do Comportamento Informacional, a Competência em Informação, a Serendipidade, a Encontrabilidade e a Intencionalidade. Vale ressaltar que a Serendipidade é incluída na Figura 9 por dois motivos, sendo a primeira pela abordagem nos estudos de Argawal (2015) e a segunda pela afirmação de Vechiato e Farias (2020), a qual relatam que:

> a serendipidade não precisa ter um lugar explícito nesses modelos e estruturas. Porém, é necessário reconhecer que ela está inserida conceitualmente no campo do Comportamento Informacional e, portanto, também pode estar presente de forma implícita nestes modelos (Vechiato; Farias, 2020, p. 12).

Isto posto, segue a Figura 9, a fim de representar as relações conceituais mencionadas.

Figura 9: Comportamento Informacional e a Competência da Informação e a Intencionalidade



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Figura 9 ilustra a relação da Ciência da Informação e da Intencionalidade diante dos estudos de Comportamento Informacional e de Competência em Informação, agregando às

discussões de Serendipidade mencionadas nas pesquisas sobre elas. O círculo maior representa o campo de estudo da CI a qual os demais estudos pertencem, inclusa a Encontrabilidade da Informação. A EI deve ser vista como um conceito prova de que o mapeamento e coleta das características advindas do Comportamento Informacional e da Competência em Informação irão contribuir com a efetividade e qualidade dos ambientes informacionais.

Desse modo, a Intencionalidade é o centro das conceitualizações, isso porque ela deve ser vista como um elemento intrínseco tanto ao Comportamento Informacional quanto à Competência em Informação. Esse posicionamento não difere das afirmativas anteriores de que a Intencionalidade deve ser vista como ponto de partida (Figuras 7 e 8) tendo em vista que ela externaliza as características (bagagem cognitiva) dos sujeitos informacionais.

5.4 Experiência do usuário e a Intencionalidade

O conceito de Experiência do Usuário vem do termo em inglês *User Experience* (UX), cujo sigla é mundialmente utilizada para pesquisas realizadas, principalmente, na área de *Marketing.* Nasceu na década de 1990, tendo como principais nomes os pesquisadores Don Norman e Jakob Nielsen (1998), que desenvolvem estudos relacionados ao design, a Usabilidade e a UX em *website, softwares* e aplicativos.

Segundo a norma TODA 9241-210 (Toda, 2009, n.p, tradução nossa), a Experiência do Usuário se trata de como ocorrem “as percepções e reações de uma pessoa que resultam do uso ou utilização prevista de um produto, sistema ou serviço”. Nesse contexto, a experiência do usuário inclui todas as emoções, crenças, percepções, repostas físicas e psicológicas, comportamento e realização que o sujeito tem ao usar o produto, valendo para a interação antes, durante ou depois, levando em consideração os fatores que podem influenciar essa experiência, como o sistema, o próprio usuário e o contexto de uso (Toda, 2009).

Segundo Norman (2016, n. p, tradução nossa) em um dos vídeos disponibilizados no Grupo Nielsen Norman, a UX:

> é tudo que se refere a sua experiência com um produto [...] UX é tudo: é a maneira como você experimenta o mundo, é a maneira como você experimenta sua vida, é a maneira que você experimenta o serviço ou sim um aplicativo ou sistema de computador, mas é um sistema que é tudo (Norman, 2016, n. p, tradução nossa).

Entende-se que a Experiência do Usuário não está apenas na interação com o objeto, mas todo o contexto e todos os sentimentos gerados em relação a essa interação são levados em consideração para formular uma avaliação dessa experiência, é um conceito que se preocupa com o todo para atender as necessidades informacionais do sujeito. Nota-se que os estudos de Experiência do Usuário diferem dos estudos de Usabilidade, especialmente, em relação aos sentimentos dos sujeitos informacionais (usuários), assim, percebe-se uma atenção maior ao sujeito.

A Usabilidade é a forma como as pessoas interagem com serviços e produtos, ou seja, ela pode ser aplicada a quase todo tipo de objeto no mundo, pois seu objetivo é fazer com que esse produto funcione da mesma forma para todo e qualquer tipo de sujeito, independentemente de suas experiências, competências e habilidades (Krug, 2014; Moschin, 2019).

Ferreira (2018, p. 77) resume a diferença entre a Usabilidade e UX da seguinte maneira:

> a Usabilidade diz respeito à qualidade objetiva do design do produto, e a UX está relacionada com a soma da qualidade objetiva e a qualidade subjetiva de uso. Os métodos de avaliação para Usabilidade devem ser utilizados durante o projeto de um produto ou serviço e são diferentes dos métodos para UX, pois devem avaliar o produto ou serviço durante o uso (Ferreira, 2018, p. 77).

A Usabilidade contribui com o conceito de Experiência do Usuário e por isso foi abordada nesta subseção. Dando continuidade, entende-se que a Experiência do Usuário está ligada aos estados mentais e intencionais no que se refere a relação dos sujeitos informacionais com o ciclo de vida do serviço ou produto.

Segundo Kohler (2022, n. p., tradução nossa), a “área de UX foi baseada na ideia de que a tecnologia tem que se adaptar às pessoas e não as pessoas à tecnologia”. Nesse sentido, é necessário ampliar constantemente os estudos acerca de como as pessoas agem, pensam, fazem suas escolhas etc., para que as tecnologias atendam às suas necessidades.

Kohler (2022) entende que é nesse ponto em que a junção de alguns princípios da Psicologia se alinha com a tecnologia. O pesquisador sugere dez (10) tópicos básicos que podem contribuir com o projeto de UX de um ambiente, pois a partir deles você projeta sistemas para como as pessoas pensam, esses tópicos são: 1) motivação, 2) atenção, 3) memória, 4) persuasão, 5) aprendizado, 6) tomada de decisão, 7) emoção, 8) sensação, 9) percepção ou 10) vieses cognitivos.

O Quadro 8, apresenta as definições de cada um desses tópicos.

Quadro 8: Tópicos para projetos de UX relacionadas às pessoas

Tópicos	Definições
Motivação	Os designers implementados devem ser utilizáveis e motivar as pessoas a usá-los, dependem do atendimento de três necessidades humanas fundamentais: autonomia (poder de escolha), conexão (compreender as necessidades e as preferências) e competência (entender as limitações dos sujeitos). Assim, há o aumento da motivação e satisfação do sujeito para usar o sistema.
Atenção	O foco da atenção do ser humano é limitado e o cérebro filtra automaticamente coisas que não lhe parecem úteis. Desse modo, ao incluir ou organizar conteúdos na interface é importante pensar no foco e atenção que o sujeito aplica aos recursos e informações da interface, assim vale pensar em princípios de agrupamentos, relações, cores, figuras etc.
Memória	Há limites e imperfeições ligadas a memórias humanas e isso afeta sua capacidade de processar e armazenar as informações. Os designers devem ser pensados para ajudar na memória de curto prazo dos seres humanos, nesse sentido, fazer uso de estímulos, minimização de sobrecarga cognitiva e a fragmentação de conteúdo podem contribuir.
Persuasão	Nem sempre os sujeitos estão certos sobre o caminho de ações até tomarem uma decisão, nesse sentido, é fundamental ganhar a confiança do sujeito para manter um relacionamento de credibilidade a longo prazo. Desse modo, o projeto deve entender que pessoas são persuadidas e influenciadas pelos comportamentos e comentários de outras pessoas, pessoas tem tendências gentis ao ganhar algo de forma gratuita, pessoas acreditam que algo pode ser valioso se o acesso for restrito, pessoas conhecidas passam credibilidade e podem persuadir outros, dentre outras situações ligadas a persuasão e influência.
Aprendizado	As pessoas, quando expostas aos mesmos estímulos, aumentam sua capacidade de lembrar. O aprendizado tem relação com a consistência que é uma das dez (10) heurísticas de Usabilidade algumas questões e razões para que isso seja considerado estão enraizadas ao comportamento humano básico.
Tomada de decisão	Mais opções nem sempre levam a maior satisfação, mas a orientação nas decisões pode simplificar a experiência do sujeito, os desenvolvedores são seres humanos e estão sempre suscetíveis a vieses de decisão. Nesse contexto, os estudos mostram que a oferta de muitas opções pode trazer um esforço mental do sujeito que causa frustrações, os seres humanos tendem a pensar nas situações calculando prós e contras quando há um pequeno número de opções.
Emoção	As emoções dos seres humanos determinam suas experiências diariamente, são parte importante do funcionamento do humano e é necessário entender como elas são processadas. Assim, a usabilidade do sistema não deve ser prejudicada por conta da aparência da interface, impor situações não é viável e pode trazer frustrações no uso. Há três níveis de processamento emocional que podem influenciar a experiência, o nível mais baixo é o visceral (não está relaciona a intensidade emocional e sim na fonte da emoção, no instinto ou as reações involuntárias do corpo humano), o nível intermediário é o comportamental (relacionada à conveniência, facilidade de uso ou consequências negativas) e o nível mais alto é reflexivo (habilidade de refletir sobre as suas experiências ocorrem os pensamentos conscientes, as interpretações e os raciocínios)

Tópicos	Definições
Sensação	A maneira como as pessoas utilizam da tecnologia afetam sua vida, desse modo, é importante ter um cuidado com esse impacto, para que as sensações sejam positivas. Por exemplo, a interação intencional com dispositivos que começam a mandar informações simultaneamente causando uma série de interações não planejadas, isso pode trazer sensações negativas na interação com a tecnologia, essa situação é conhecida como Vórtex.
Percepção	Podem ser precisas ou não, pois as informações capturadas não são processadas objetivamente como câmeras, por exemplo. O ser humano busca entender o mundo a partir das suas experiências e entendimentos. Nesse sentido, cada sujeito tem particularidade em seu modelo mental de interação e são baseados em crenças, não em fatos, sendo assim, recursos familiares, interesse e tarefas emergentes são exemplos que podem influenciar as interações com o ambiente positivamente ou negativamente.
Vieses cognitivos	São os atalhos mentais para evitar trabalhos mentais extras para entender coisas do mundo. As pessoas têm tendências de buscar informações que concordam e rejeitar as que não concordam, julgam por conta de apenas um atributo, buscam as mesmas opiniões para terem um viés de confirmação. Nesse sentido, as formas como as informações são apresentadas podem mudar as interpretações e decisões a serem tomadas.

Fonte: Grupo Nielsen Norman (2010, 2018, 2022, n. p., tradução nossa). Disponível em: https://www.nngroup.com/articles/psychology-study-guide/#Attitudes%20toward%20Technology. Acesso em: 13 jul. 2023.

Morville (2004) apresenta sete facetas da Experiência do Usuário, que são: a) útil, b) utilizável, c) desejável, d) encontrável, e) acessível, f) credível e g) valioso. Sua abordagem está relacionada aos projetos de Arquitetura da Informação e as ações relacionadas aos sujeitos institucionais e as funcionalidades do sistema. O Quadro 9 apresenta as definições das sete facetas da UX.

Quadro 9: Facetas de UX para ambientes informacionais

Facetas	Definição
Útil	No momento de desenvolvimento de um ambiente informacional, é necessário ter criatividade para perguntar se nossos produtos e sistemas são úteis, e definir soluções inovadoras para aperfeiçoar esses produtos e sistemas tornando-os mais úteis;
Utilizável	A facilidade de uso é vital, mas os métodos centrados na interface e as perspectivas da interação homem-computador não garantem, sozinhos, as dimensões do design da *web*. Usabilidade é necessária, mas, só ela não é suficiente;
Desejável	Promover o valor da imagem do produto e organização, bem como a identidade, marca e outros elementos que contemplem o design emocional;
Encontrável	Os ambientes informacionais devem ser navegáveis, permitindo que os objetos sejam localizáveis a fim de que os sujeitos informacionais possam encontrar com facilidade o que precisam;
Acessível	Há necessidade de que os ambientes informacionais possam ser acessíveis a pessoas com deficiência. É bom e ético aplicar recursos de Acessibilidade;

Facetas	Definição
Credível	Oferecer confiabilidade aos usuários: existem elementos de design que podem influenciar os usuários a confiarem e acreditarem na informação disponibilizada;
Valioso	Os ambientes informacionais digitais devem oferecer valor aos patrocinadores. Para as organizações sem fins lucrativos, a Experiência do Usuário deve fazer parte de sua missão, e para as com fins lucrativos devem melhorar a satisfação do cliente.

Fonte: Ferreira (2018, p. 59-60).

Nota-se que o conceito de Experiência do Usuário visa as condições de satisfação estabelecidas na relação do sujeito informacional com o objeto (produto/serviço). Estudos desse tipo convergem diretamente com o campo da CI, como por exemplo, os que estão relacionados a Arquitetura da Informação e, consequentemente, a Usabilidade, a Acessibilidade e a Encontrabilidade da Informação (Vidotti; Cusin; Corradi, 2008; Vechiato; Vidotti, 2014).

A Experiência do usuário contribui "indicando o momento em que devem ser aplicados os recursos para a implementação dos ambientes, com o intuito de contemplar as qualidades objetivas e subjetivas no uso na interação dos usuários" (Ferreira, 2018, p. 152)**.**

Assim, a relação da Intencionalidade no contexto da Experiência do Usuário pode ser observada diante das perspectivas sobre os sujeitos informacionais e a construção de sua bagagem cognitiva em relação à emoção, ao sentimento e à afetividade, sejam eles positivos ou negativos. Isso relaciona-se à perspectiva da Intencionalidade que acredita na subjetividade, nesse caso, direcionada às emoções (sensações) na interpretação da experiência.

Dessa forma, os estudos de Intencionalidade e da Experiência do Usuário vão se relacionar nas abordagens sobre o comportamento emocional do uso da informação, especialmente na significação dada a experiência. Barret *et al.* (2007, p. 375, tradução nossa) afirma que:

> A experiência da emoção afeta a percepção do significado no mundo e o conhecimento conceitual sobre a emoção estão ligados em um momento no tempo, produzindo um estado intencional onde o afeto é experimentado como tendo sido causado por algum objeto ou situação. A informação sobre influências do mundo externo é traduzida em um código ou um estado afetivo interno que indica se um objeto ou situação é útil ou prejudicial, gratificante ou ameaçador, exigindo abordá-la ou retirá-la (Barrett *et al*., 2007, p. 375, tradução nossa).

Posto isto, entende-se que a Experiência do Usuário, assim como outras relações teóricas apresentadas, devem ser vistas por duas perspectivas: a experiência de quem faz os

projetos, serviços e produtos e a experiência de quem busca/usa. Na primeira perspectiva, os sujeitos informacionais e os sujeitos institucionais são seres humanos e estão vulneráveis a tomar decisões na organização, conteúdo, recursos e tecnologias que serão implementados.

E na segunda perspectiva, se trata da experiência do sujeito informacional (usuário) que consciente e inconscientemente busca na sua bagagem cognitiva, ou seja, nas experiências anteriores (memória afetiva, lembranças, significações, associações - lugares, momentos etc.) relações que possam contribuir para o atendimento de suas necessidades.

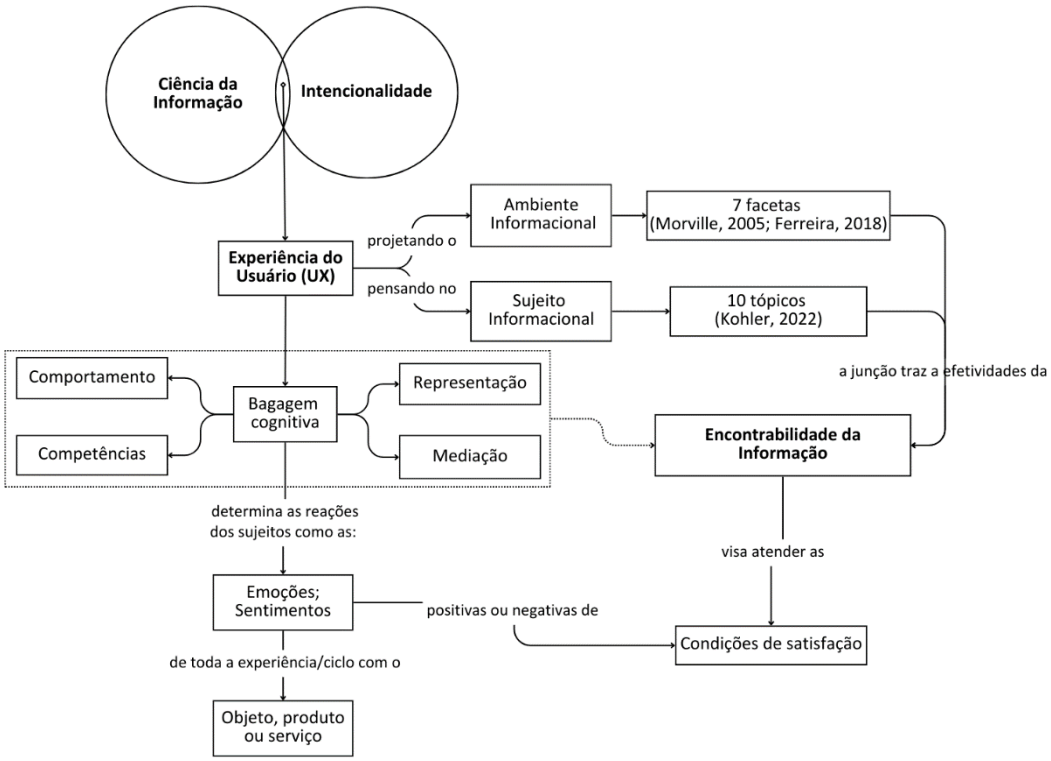
A autora Miranda (2010) aborda a Experiência do Usuário como a "consciência intencional do sujeito". Nesse sentido, a "intencionalidade é própria de fenômenos e tem a ver com direcionalidade de estados intencionais de experiência, emoções e necessidades", sendo assim, a "informação, enquanto fenômeno possui essa direcionalidade como aquela que é sempre *acerca de* ou *direcional a"* (Miranda, 2010, p. 298, grifo da autora).

Nesse contexto, interpreta-se que a abordagem da autora posiciona a Experiência do Usuário como um componente intrínseco à Intencionalidade, desempenhando um papel crucial na compreensão de modelos de comportamento informacional que contribuam significativamente para aprimorar os sistemas de recuperação da informação. Nesse contexto, Miranda (2010, p. 299) afirma ainda que os sistemas "que estimulam a interação com o usuário podem apresentar resultados satisfatórios quanto a *findability* porque estimulam a intencionalidade de informação ou consciência intencional do usuário".

Essa perspectiva de Miranda (2019), a qual se refere a interação dos sujeitos informacionais com os mecanismos advindos da Web Social impulsiona melhorias no acesso à informação, na preservação da memória, na recuperação de dados e informação e, consequentemente, na efetividade da encontrabilidade da informação com foco na partilha de informações e construção coletiva do conhecimento.

Assim, para finalizar as discussões deste subcapítulo será apresenta a Figura 10.

Figura 10: Experiência do Usuário e a Intencionalidade



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A Figura 10 apresenta a relação da Ciência da Informação e da Intencionalidade por meio dos estudos em Experiência do Usuário (UX). Entendemos que a relação da Intencionalidade no contexto da Experiência do Usuário se refere às emoções e sentimentos advindos dos estados mentais dos sujeitos informacionais ao interagirem com toda a experiência (ciclo: antes, durante e depois) da relação com um objeto, produto ou serviço.

Desse modo, a perspectiva emocional que a Experiência do Usuário aborda é de suma importância para a efetividade da Encontrabilidade da Informação nos projetos, implementação e avalição de ambientes informacionais, pois ela amplia a ótica dessa relação sujeito e objeto (destaque indicado na caixa pontilhada e conexão com a EI), trazendo nuances de toda a bagagem cognitiva dos sujeitos e da sua Intencionalidade.

5.5 Encontrabilidade da Informação e a Intencionalidade

As discussões sobre a Intencionalidade no contexto da Encontrabilidade da Informação no âmbito nacional se destacam por meio dos estudos de Miranda (2010), Vechiato (2013) e Vechiato e Vidotti (2014).

Miranda (2010) faz a relação Intencionalidade e Informação. Para a autora, “quando afirmamos que temos consciência e ela está direcionada a algo, existe Intencionalidade. Ter consciência acerca de, é ter informação, acerca de” (Miranda, 2010, p. 162). Ela aborda o conceito de *Findability* de Morville (2005) e sua interpretação é de que o “conceito integra os objetivos de localização, uso e credibilidade dos objetos armazenados” (Miranda, 2010, p. 214).

Além da *Findability*, Miranda (2010) aborda a *User Experience* (UX) (Experiência do Usuário), em que sintetiza a expressão como uma relação sujeito-objeto ou sujeito-informação para a CI. Nesse sentido, a Intencionalidade seria um recurso para estruturação da informação que é utilizada para confirmar a experiência do usuário (Miranda, 2010).

Dessa forma, a autora aponta uma definição do que seria a sua Intencionalidade de informação, dentro do contexto da *Findability*, sendo assim ela:

> significa *direcionalidade* de informação e se funda na experiência de cada sujeito (*user experience* para controle na produção, organização e partilha de informação); a informação que é produzida é sempre *acerca de* e *dirigida a*, isto é, um sujeito, com a sua experiência, cria informação *acerca de* e *dirigida a* para atingir seus objetivos. E é nesse sentido, da capacidade da experiência do usuário, da consciência Intencional, que se baseia a *web* da inovação, do paradigma atual (Miranda, 2010, p. 273, grifo da autora).

Miranda (2010) desenvolve seu estudo no paradigma pós-custodial e dos processos infocomunicacionais em uma perspectiva situada na Fenomenologia, em que a Intencionalidade e toda a Teoria da Intencionalidade é vista como um fundamento que propicia o entendimento da informação (objeto) como um fenômeno, mas relacionado também à comunicação por meio do conceito de consciência. Nessa ótica, o objeto informação é visto como fenômeno infocomunicacional.

O estudo infocomunicacional, segundo Silva (2006), é baseado em três eixos, sendo eles: a produção, a recepção e o uso da informação. Na percepção de fenômeno infocomunicacional ele: “não possui percepções unilaterais de significados, e quando compartilhado, o receptor desenvolve percepções únicas e individuais, devido à experiência específica sobre aquele conteúdo” (Miranda, 2010, p. 271).

Como dito anteriormente, Miranda (2010) se debruça nas ideias de Searle sobre a Teoria da Intencionalidade, pois, desse modo, o conceito de *User Experience* (UX) mencionado está relacionado a rede e ao *background* de Searle (2002), além da definição de direcionalidade, relacionada a consciência de algo, ou alguma coisa.

Ainda nesse contexto, Searle (2002) aborda em sua teoria os atos de fala, ou a Intencionalidade da linguagem/linguística. Especialmente, Miranda (2010) teve como um dos seus objetivos a proposta de um Modelo Semântico para Estruturar a Informação (MSEI) que é "composto por um enunciado principal que se desenvolve em Informação, Intencionalidade e Sistemas de Informação. E sua função é orientar o relacionamento de informação em SRI, e explorar a participação do usuário" (Miranda, 2010, p. 268).

Posteriormente, Miranda (2018) aponta o que ela chama de critérios para verificar as características dos atos de fala – componente da Intencionalidade da linguagem, sendo eles a: 1) Direção de ajustamento; a 2) Sinceridade ao expressar um ato de fala com um conteúdo proposicional; e as 3) Condições de satisfação.

O primeiro ponto está relacionado ao objetivo do ato de fala, sendo caracterizados como: enunciados, descrições e asserções (atos de fala assertivos) e as ordens, comandos e solicitações (atos de falas diretivas). O segundo é sobre o conteúdo do ato de fala se caracterizar como um conteúdo proposicional (desejos, dúvidas, crenças) ou ao seu conteúdo representativo, ou seja, um ato de fala pode ser insincero, irônico ou até mesmo uma mentira – nesse caso, não há uma direção de ajuste e o conteúdo proposicional passa a ser pressuposto pelo outro. O terceiro ponto está ligado à satisfação ou sucesso do ato de fala, ou seja, do atendimento ou entendimento ao fazer um pronunciamento ou uma ordem, sendo essas condições internas aos estados intencionais (Miranda, 2018).

Dentro desse contexto, trazendo as perspectivas de Searle (1983; 2000) para as reflexões de Miranda (2010; 2018), entende-se que a autora acredita na Intencionalidade como uma propriedade da Informação, pois ela pode ser carregada de significados. Nesse sentido, à medida que Searle se aprofunda nos estudos sobre Intencionalidade a partir da linguagem, ou seja, os atos de fala, ele afirma que sua funcionalidade é baseada na relação significado e comunicação, evidenciando as possibilidades e as limitações da linguagem. Desse modo, fazendo uma relação das duas abordagens, podemos dizer que a linguagem carrega a informação que consequentemente carrega a intenção de se comunicar.

Searle (2000, p. 141) diz que:

> falei como se a intencionalidade fosse uma coisa e a linguagem, outra, mas é evidente que, para seres humanos reais, as possibilidades de nossa intencionalidade são muito ampliadas pela aquisição de uma linguagem. **Os animais e as crianças que ainda não adquiriram a linguagem podem ter formas primitivas de intencionalidade.** Podem ter crenças, desejos,

> percepções e intenções. Mas, uma vez que a criança começa a adquirir a linguagem, as capacidades de sua intencionalidade aumentam muito e, por efeito cumulativo, uma maior intencionalidade aumenta a compreensão da linguagem, que leva a um aumento ainda maior da intencionalidade. Qualquer livro didático sobre o desenvolvimento psicolinguístico da criança ilustra esse fenômeno. O que temos, de fato, não é apenas a mente de um lado e a linguagem do outro, mas mente e linguagem enriquecendo uma à outra até que, para seres humanos adultos, a mente esteja linguisticamente estruturada (Searle, 2000, p. 141, grifo nosso).

Dentro desse contexto, Searle (2000; 2002) afirma o fato de que a intenção de comunicação não é idêntica à intenção de significado. O filósofo acredita que a ação de comunicação pode ser considerada peculiar, mas que de um modo geral é possível fazer com que o ouvinte compreenda a intenção de comunicar um significado, mas as ações humanas, como por exemplo, o desejo de ganhar uma corrida não faz com que eu ganhe essa corrida apenas fazendo com que as pessoas reconheçam a intenção de vencer (Searle, 2000).

Desse modo, "a intenção de comunicação é a intenção de produzir no ouvinte o conhecimento do meu significado, fazendo-o reconhecer minha intenção de produzir nele esse conhecimento" (Searle, 2000, p. 134). Entende-se que essas afirmativas contribuem com o posicionamento de Miranda (2018) no que se refere a visão da Informação enquanto um fenômeno no campo da CI na qual a Intencionalidade justifica essa afirmativa. Isso porque que a intencionalidade:

> justifica a informação enquanto fenômeno que possui uma essência mutável e as propriedades de condições de satisfação, direcionalidade, conteúdo proposicional, causalidade intencional, percepção, *background (*capacidades não representacionais, competências) e rede (conteúdos Intencionais) (Miranda, 2018, p. 54, grifo da autora).

Os elementos mencionados por Miranda (2018) fazem parte da Teoria da Intencionalidade de Searle (2002). Além desses, já foram mencionados na subseção 3.1 desta tese alguns componentes que fazem parte dessa teoria, como: os estados mentais e intencionais e a direção de ajuste apresentada apenas na visão do filósofo.

O Quadro 10, busca trazer definições de todos os componentes da Teoria da Intencionalidade de Searle (2002), a partir das reflexões do filósofo e da interpretação de Miranda (2010; 2018).

Quadro 10: Elementos da Intencionalidade

Elementos	Definições
Estados mentais	Estados mentais são estados intrínsecos do ser humano, ligada às operações do cérebro, que podem ser conscientes e inconscientes. Segundo Searle (2002) diz que os estados mentais são causados por fenômenos biológicos que acabam causando outros fenômenos biológicos. Nem todos os estados mentais são intencionais, como, por exemplo: a ansiedade, exaltação e melancolia (Searle, 2002; Miranda, 2018).
Estados Intencionais	Estados intencionais podem ser causados por meio desses fenômenos biológicos, entretanto, estão ligados à direcionalidade desses estados mentais, além das condições de satisfação dessa intenção (intenção no sentido literal de ação). Alguns exemplos de estados intencionais, podem ser: admiração, respeito, amor, vergonha etc. (Searle, 2002).
Direção de ajuste	A direção de ajuste está ligada ao conteúdo intencional sob diferentes perspectivas, como por exemplo, as de mente-mundo e mundo-mente. Dessa forma, os estados intencionais com direção de ajuste são considerados representações das condições de satisfação de um sujeito. Sendo assim, para compreender se um estado intencional tem uma direção de ajuste e se essa direção de ajuste irá atender as condições de satisfação do estado intencional, Searle (2002, p. 2) afirma que: “se um estado E é Intencional, deve haver uma resposta para perguntas como: A que se refere E? Em que consiste E? O que é um E tal que?”.
Condições de satisfação	É possível identificar a Intencionalidade por meio de suas condições de satisfação, dessa forma, esse elemento está ligado ao requisito e a coisa requisita, ou também ao processo-produto. Exemplo: eu necessito de informação, procuro por ela e os resultados que encontro são satisfatórios e atendem minhas necessidades (Searle, 2002; Miranda, 2010).
Essência mutável	A informação é enriquecida com significados que podem variar entre qualitativo e quantitativo. Essa variação é concebida de acordo com o valor que a consciência dará àquelas propriedades que compõem a informação, que despertam significados e são emitidas como mensagens no processo de comunicação. Esses significados são direcionados como algo particular e dinâmico, o que justifica a definição de que informação é algo essencial, mas não imutável (Miranda, 2018, p. 53).
Propriedades de condições de satisfação	As condições de satisfação, para os sujeitos, são alcançadas à medida que cada um esteja envolto a uma série de estados Intencionais, uma Rede apta a lhe dar suporte sobre a verdade de determinada crença. Ou seja, para que um desejo seja um desejo de se obter informação a respeito de um tema, é preciso possuir um conjunto de crenças e capacidades mentais relacionadas ao tema para decidir sobre a sua verdade (Miranda, 2018, p. 46-47).
Direcionalidade	Ter consciência intencional refere-se à direcionalidade do estado de consciência; e ter informação *a respeito de*, *acerca de*, sendo a experiência de cada ser em particular que faz essa direcionalidade. Isso significa que a direcionalidade da informação, materializada ou não, pode ser validada de acordo com a percepção de quem possui a consciência (Miranda, 2018, p. 42).

Elementos	Definições
	A informação, dessa forma, pode ser entendida como um elemento que faz parte da formação do conhecimento e comunicação, e que varia de acordo com o sujeito que a decodifica, ou seja, varia de acordo com a direcionalidade e com a consciência real e possível desse sujeito ou grupos sociais (Miranda, 2018, p. 52). Levando em consideração que a Intencionalidade é provida de muitos eventos e estados mentais e intencionais que são dirigidos a ou acerca de, entende-se que a Intencionalidade é considerada a direcionalidade e ter a intenção de algo ou fazer algo é apenas uma das formas de Intencionalidade (Searle, 2002).
Conteúdo proposicional	"aquilo em que se acredita, se deseja, teme, duvida" (Miranda, 2010, 157). Searle (2002), traz o conteúdo proposicional ligado aos estados intencionais, pois acredita que ele vá além da sua forte ligação com a teoria dos atos de fala, onde o conteúdo proposicional se relaciona a "estados linguisticamente realizados", o autor ainda discute sobre outras nomenclaturas, como "conteúdo representativo" ou "conteúdo intencional" [...] a fim de incluir tanto os estados Intencionais linguisticamente realizados quanto os que não são realizados na Linguagem" (Searle, 2002, p. 9). Entretanto, Searle (2002) entende que estados como crenças carregam conteúdos proposicionais completos e tem uma direção de ajuste mente-mundo para garantir suas condições de satisfação, porém, os estados como o amor e o ódio não necessariamente são conteúdos proposicionais completos, ou seja, nem todos os estados intencionais estão ligados a fala.
Causalidade intencional	A Intencionalidade delibera sobre a causalidade, pela qual a existência de um objeto intencional está diretamente relacionada a um conjunto de acontecimentos que propiciaram a existência desse objeto (Miranda, 2010, p. 171). A causalidade é geralmente considerada uma relação natural entre eventos no mundo (Searle, 2002, p. 155). Diz-se com frequência que a causalidade está intimamente ligada à noção de manipulação; isso é correto, mas a manipulação ainda pede uma análise. Manipular coisas e precisamente explorar a relação por-meio-de (Searle, 2002, p. 177).
Percepção	Experiência e percepção são noções distintas, de modo que percepção envolve a noção de consecução, ato ou efeito de conseguir (Miranda, 2018, p. 47). Em minha abordagem somos tanto diretamente conscientes da causação na percepção quanto na ação. Não há nada de privilegiado na ação no que diz respeito à experiência de causação. Na ação, nossas experiências causam movimentos corporais e outros eventos físicos; na

Elementos	Definições
	percepção, eventos e estados físicos causam nossas experiências (Searle, 2002, p. 172). Nossas maneiras mais fundamentais de lidar com o mundo são através da ação e da percepção, as quais envolvem essencialmente a causação Intencional (Searle, 2002, p. 192).
Pano de fundo *(Background)*	Um "conjunto de capacidades mentais não-representacionais que permite a ocorrência de toda representação (Searle, 2002, p. 198). É dividido em dois (2) momentos, sendo o primeiro: 1) O *Background* de base ou profundo: aquele relacionado a constituição biológica do ser humano (habilidades, competências, comportamentos); 2) O *Background* local: aquelas experiências adquiridas culturalmente em uma vida em sociedade, ou seja, essas capacidades são adquiridas e podem sofrer influências diante do contexto (social, cultural, político, tecnológico etc.) (Searle, 2002).
Rede *(Network)*	Os conteúdos Intencionais não determinam suas condições de satisfação isoladamente (Searle, 2002, p. 92). Nesse sentido é necessário uma de rede de conteúdos intencionais para determinar essas condições de satisfação, a rede (*network*) e o pano de fundo (*background*) são elementos diferentes que se complementam e determinam as experiências, particularidades, significações que os sujeitos têm sobre o objeto para o mundo.

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Após a apresentação desses elementos, é possível retomar os estudos de Miranda (2010) nos quais a autora entende a:

> Intencionalidade como característica que qualifica a informação como processo, em sistemas de informação [...]. A Intencionalidade reforça o teor semântico da informação caracterizando-a não apenas como um objeto da CI, mas como um processo contínuo associado ao desenvolvimento do conhecimento (Miranda, 2010, p. 188).

Desse modo, seria possível avaliar a Informação como processo a partir das variáveis definidas como: "**Intencionalidade:** pensamentos sendo crenças sobre coisas; **Consciência:** experiência somada à subjetividade; **Privacidade:** estados mentais (únicos e íntimos); e **Direcionalidade:** continuidade" (Miranda, 2010, p. 188, grifo nosso).

São notáveis as contribuições teóricas e conceituais dos estudos de Miranda (2010, 2018, 2019) para o campo da CI, além disso reafirma a necessidade de estudo no que se refere a participação do sujeito nos processos de organização da informação, visando ampliar as probabilidades de a Encontrabilidade da Informação ocorrer qualitativamente via Sistema de Recuperação da Informação. Por fim, a autora deixa como pesquisas futuras a ideia de que:

> talvez seja possível gerar modelos de comportamento informacional importantes para SRI de acordo com a consciência intencional (experiência) do sujeito. E ainda, identificar modelos de julgamentos de valor, de representação e estruturação da informação, com a categorização da Intencionalidade. Dessa parceria poderiam resultar novos conceitos e teorias para o campo da acessibilidade à informação e da memória (Miranda, 2010, p. 303).

Entende-se que a perspectiva de Miranda (2010, 2018, 2019) coloca a Intencionalidade como um conceito importante para os estudos no campo da Ciência da Informação, visto que a relaciona como uma propriedade da informação. Entretanto, nos estudos de Miranda (2010) sua abordagem se relaciona muito mais aos aspectos comportamentais dos sujeitos, como é possível afirmar a partir da fala da autora no que se refere a problemática de seu estudo,

> Constatamos que o problema carrega variáveis tanto de cunho social quanto técnico. Particularmente para essa investigação reconhecemos duas: uma centrada na organização e representação da informação, com a *findability* e outra **no comportamento informacional, com a Intencionalidade** (Miranda, 2010, p. 301, grifo nosso).

Já nos estudos de Miranda (2018, 2019), a Intencionalidade está centrada no objeto infocomunicacional. Assim, entendemos que a autora afirma que a Intencionalidade está relacionada ao comportamento informacional e que a informação é um objeto infocomunicacional dependente de propriedades relacionadas à experiencia de quem produz e usa a informação, nesse sentido, encontrar informação também está condicionada à esta Intencionalidade, além das questões técnicas de organização (Miranda, 2010, 2018, 2019).

Dando continuidade as relações da Intencionalidade no campo da CI no contexto da Encontrabilidade da Informação, os estudos de Vechiato (2013) e Vechiato e Vidotti (2014) apresentam a Intencionalidade dos sujeitos informacionais que é descrita pelos autores como um atributo advindo da Teoria da Intencionalidade.

Entende-se que a Intencionalidade deve ser vista como um dos pilares que fundamentam a Encontrabilidade da Informação, pois as características dos sujeitos informacionais são consideradas um elemento fundamental para a organização e representação da informação no que se refere aos ambientes informacionais (Vechiato; 2013; Vechiato; Vidotti, 2014; Sanchez; Vidotti; Vechiato; Roa-Martínez, 2021).

A definição de Vechiato (2013) detalha o conceito operatório da EI, bem como sua perspectiva científica e as abordagens teóricas e operacionais que dialogam com o campo da CI, assim:

> ‘Encontrabilidade da informação’ é um elemento que se situa entre as funcionalidades de um ambiente informacional tradicional, digital ou híbrido e as **características dos sujeitos**, e deriva da mediação infocomunicacional, porquanto está relacionada aos processos que compõem o fluxo infocomunicacional, desde a produção até a apropriação da informação. Isso porque possibilita aos sujeitos o encontro da informação adequada às suas necessidades em uma determinada situação de busca, isto é, a partir da recuperação da informação por meio dos mecanismos de busca e/ou por meio da navegação em arquiteturas da informação *top-down* e/ou *bottom-up.* É potencialmente concretizada quando se **considera a Intencionalidade dos sujeitos nas ações infocomunicacionais empreendidas durante o processo de comunicação que, inclusive, subsidiam a elaboração de técnicas e de tecnologias para a organização e para a representação da informação** (Vechiato, 2013, p. 169, grifo nosso).

Em Vechiato e Vidotti (2014), a definição de EI passa a ser mais objetiva, sendo apresentada da seguinte forma: “A Encontrabilidade da Informação sustenta-se fundamentalmente na interseção entre as **funcionalidades de um ambiente** informacional e as **características dos sujeitos informacionais** [...]” (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 164, grifo nosso).

Dentro desse contexto, é válido destacar os estudos de Roa-Martínez (2019), os quais aprimoram a definição da Encontrabilidade da Informação, tornando mais claro o posicionamento da Recuperação da Informação nesse processo, o qual está direcionado à qualidade do Sistema de Recuperação da Informação (SRI) no ambiente informacional. A Encontrabilidade da Informação é um processo posterior à Recuperação da Informação, relacionando-se ao sujeito informacional que, dentro de suas condições de satisfação, determina a qualidade e o atendimento de suas necessidades informacionais (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Roa-Martínez, 2021).

Roa-Martínez (2019) utiliza o termo em inglês *Information Findability*, dessa forma, ao vê-lo, leia-se em tradução livre Encontrabilidade da Informação, sendo assim, sua definição afirma que:

> A *Information Findability* é a capacidade do usuário de determinar o encontro dos recursos informacionais pertinentes em um ambiente informacional a partir dos resultados entregues pelo Sistema de Recuperação da Informação; e para que a *Information Findability* aconteça se pressupõe a existência das habilidades, os conhecimentos, as experiências e outros elementos contemplados pelo Comportamento de Busca da Informação próprios do contexto do usuário (Roa-Martinez, 2019, p. 102).

Além do posicionamento da Recuperação da Informação relacionada ao sistema, a autora destaca as habilidades, os conhecimentos e as experiências do usuário ligando-os ao

conceito de Comportamento de Busca da Informação. Nesse cenário, é possível relacionar a Intencionalidade. Entende-se que essas características fazem parte da Intencionalidade, pois são os elementos que formalizam toda a bagagem cognitiva do sujeito. Dessa forma, ainda que não seja abordado o conceito da Intencionalidade em si, ela está indiretamente referenciada no conceito de Encontrabilidade da Informação da autora.

Desse modo, acreditamos que os estudos de Miranda (2010, 2018, 2019), Vechiato (2013), Vechiato e Vidotti (2013) e Roa-Martínez (2019) consideram que a Encontrabilidade da Informação depende da Intencionalidade levando em consideração que as características dos sujeitos informacionais incluem as experiências e o comportamento informacional. E são essas características que contribuem e com a representação e organização da informação e determinam a encontrabilidade da informação.

O conceito de Encontrabilidade da Informação (Vechiato, 2013; Vechiato; Vidotti, 2014) é composto por Atributos de Encontrabilidade da Informação (AEI), as Recomendações de Encontrabilidade da Informação (REI) e o Modelo de Encontrabilidade da Informação (MEI). O MEI pode ser aplicado em "quaisquer sistemas, ambientes ou arquiteturas da informação, influenciados pelo contexto sociotécnico emergente, que alia a Intencionalidade dos sujeitos ao desenvolvimento tecnológico" (Vechiato; Vidotti, 2014, p.172).

Ainda que a Intencionalidade seja vista como base fundamental para o conceito de Encontrabilidade da Informação por meio das características dos sujeitos informacionais, é como um dos atributos que ela é de fato apresentada na EI. Os AEI são considerados parte principal da estrutura para elaboração de ambientes informacionais.

Dessa forma, o atributo denominado como Intencionalidade dos sujeitos informacionais é "carregado de experiências, necessidades e competências (tanto as informacionais quanto as tecnológicas), entendimento, cognição e satisfação, fornecendo, inclusive, subsídios para a estruturação de sistemas e ambientes informacionais" (Vechiato; Vidotti, 2014, p. 113).

Os demais atributos são: as Taxonomias Navegacionais; os Instrumentos de controle terminológico; as *Folksonomias*; os Metadados; a Mediação dos informáticos; a Mediação dos profissionais da informação; a Mediação dos sujeitos informacionais; as *Affordances; o Wayfinding;* a Descoberta de informações; e Acessibilidade e Usabilidade; e a Mobilidade, Convergência e Ubiquidade.

Vechiato, Oliveira e Vidotti (2016) trazem as definições dos atributos dentro do contexto da Arquitetura da Informação Pervasiva e Encontrabilidade da Informação no que se refere a elaboração de um *checklist* para avaliação de ambientes informacionais híbridos, e os estudos de relacionam a partir do conceito de Arquitetura da Informação. Nesse sentido:

> A Arquitetura da Informação Pervasiva é uma abordagem da Arquitetura da Informação. Por sua vez, a Arquitetura da Informação é um aspecto da Encontrabilidade da Informação que se faz atributo da Arquitetura da Informação Pervasiva. Temos aqui uma espécie de circularidade teórica que articula os conceitos chave deste trabalho (Vechiato; Oliveira; Vidotti, 2016, p.12).

Dessa maneira, Morville (2005) afirma que a Arquitetura da Informação (AI) deve ser considerada como uma das soluções para os problemas de encontrabilidade (dos objetos digitais, do próprio ambiente e da qualidade de navegação e busca). Entende-se que AI e a EI são estudos complementares e essenciais para a construção, implementação e avaliação de espaços informacionais, especialmente, os digitais e/ou híbridos. O Quadro 11 apresenta uma descrição de cada AEI.

Quadro 11: Atributos de Encontrabilidade da Informação (AEI)

Atributo	Descrição
Taxonomias Navegacionais	Utilizadas em estruturas de organização *top-down*, se referem à organização das categorias informacionais com vistas a facilitar a navegação e a descoberta de informações. Essas categorias, por exemplo, são organizadas geralmente em menus ou no corpo das páginas *Web*, nas comunidades e coleções de repositórios ou nas legendas utilizadas para descrição dos assuntos nas estantes das bibliotecas, organizadas previamente a partir de um sistema de classificação. Conforme Aquino, Carlan e Brascher (2009), as taxonomias navegacionais devem ser apoiadas nos seguintes aspectos: categorização coerente dos assuntos em relação ao entendimento dos sujeitos; controle terminológico para redução de ambiguidade; relacionamento hierárquico entre os termos; e multidimensionalidade, possibilitando que um termo possa ser associado a mais de uma categoria de acordo com o contexto de uso.
Instrumentos de controles terminológicos	Compreendem os vocabulários controlados, como os tesauros e as ontologias, para apoiar a representação dos recursos informacionais.
Folksonomias	Estão relacionadas à organização social da informação e propiciam ao sujeito a classificação de recursos informacionais, bem como encontrar a informação por meio da navegação (uma nuvem de *tags*, por exemplo) ou dos mecanismos de busca, ampliando as possibilidades de acesso. São utilizadas em estruturas de organização *bottom-up*. Quando associadas aos vocabulários controlados e às tecnologias semânticas, potencializam as possibilidades de Encontrabilidade da Informação.

Atributo	Descrição
Metadados	Compreendem a representação dos recursos informacionais e são armazenados em banco de dados para fins de recuperação da informação.
Mediação dos informáticos	Está associada ao desenvolvimento de sistemas, dispositivos, bancos de dados e interfaces com utilização de linguagens computacionais, com vistas à gestão e à recuperação da informação.
Mediação dos profissionais da informação	Ocorre em ambientes informacionais em que há sujeitos institucionais envolvidos na seleção, estruturação e disseminação da informação.
Mediação dos sujeitos informacionais	Está relacionada às ações infocomunicacionais que os sujeitos informacionais empreendem em quaisquer sistemas e ambientes informacionais, por exemplo, no que diz respeito à produção e à organização da informação e do conhecimento em ambientes colaborativos, gerados a partir de seus conhecimentos, comportamento e competências que caracterizam sua Intencionalidade.
Affordances	Funcionam como incentivos e pistas que os objetos possuem e proporcionam aos sujeitos a realização de determinadas ações na interface do ambiente. Essas ações estão relacionadas à orientação, localização, encontrabilidade, acesso, descoberta de informações entre outras.
Wayfinding	Associado à orientação espacial, utilizando-se de aspectos que facilitem a localização, a encontrabilidade e a descoberta de informações por meio da navegação na interface do ambiente.
Descoberta de informações	Está condicionada aos demais atributos de Encontrabilidade da Informação no que diz respeito às facilidades que a interface (navegação e/ou mecanismos de busca) oferece para encontrar a informação adequada às necessidades informacionais do sujeito, bem como a possíveis necessidades informacionais de segundo plano.
Acessibilidade e Usabilidade	Relacionados à capacidade do sistema permitir o acesso equitativo à informação (acessibilidade) no âmbito do público-alvo estabelecido em um projeto com facilidades inerentes ao uso da interface (usabilidade).
Intencionalidade	A teoria da Intencionalidade fundamenta a importância em se enfatizar as experiências e habilidades dos sujeitos informacionais no projeto de ambientes e sistemas de informação.
Mobilidade, Convergência e Ubiquidade	Estão associados ao meio ambiente, externo aos sistemas e ambientes informacionais, mas que os incluem, dinamizando-os e potencializando as possibilidades dos sujeitos em encontrar a informação por meio de diferentes dispositivos e em diferentes contextos e situações.

Fonte: Vechiato, Oliveira, Vidotti (2016, p. 7).

Dentro do contexto do *checklist* a descrição para a avaliação do atributo de Intencionalidade está apresentada como: “Há indicativos de que a ecologia se preocupa com a Intencionalidade dos sujeitos por meio de tecnologias como análise de log de interação ou outras” (Vechiato, Oliveira, Vidotti, 2016, p. 16). O termo ecologia vem do conceito de Ecologia Informacional desenvolvida por Davenport (1998), entretanto Oliveira (2014) ajusta o

conceito para Ecologia Informacional Complexa tornando-se um atributo dentro do contexto da Arquitetura da Informação Pervasiva como:

> Objeto/fenômeno de investigação da Arquitetura da Informação Pervasiva. Conjunto de relações entrecruzadas de sujeitos, processos, estruturas informacionais, estruturas tecnológicas, ambientes, canais, dispositivos e quaisquer elementos pertencentes aos ambientes analógicos, digitais ou híbridos. Se estrutura por meio de um tecido interdependente, interativo e retroativo entre o objeto de conhecimento e seu contexto, as partes e o todo, o todo e as partes, as partes entre si (Vechiato; Oliveira; Vidotti, 2016, p. 11).

Dessa forma, em relação à avaliação do atributo de Intencionalidade, os autores exemplificam por meio da análise de *logs* uma das possibilidades relacionadas à coleta das ações intencionais dos sujeitos ao utilizarem os ambientes. Essa ação, juntamente com as afirmações de Roa-Martínez (2019) sobre os modelos e técnicas do conceito de Comportamento de Busca da Informação, está relacionada à coleta das características comportamentais realizadas por meio das interações nos Sistemas de Recuperação da Informação (SRI).

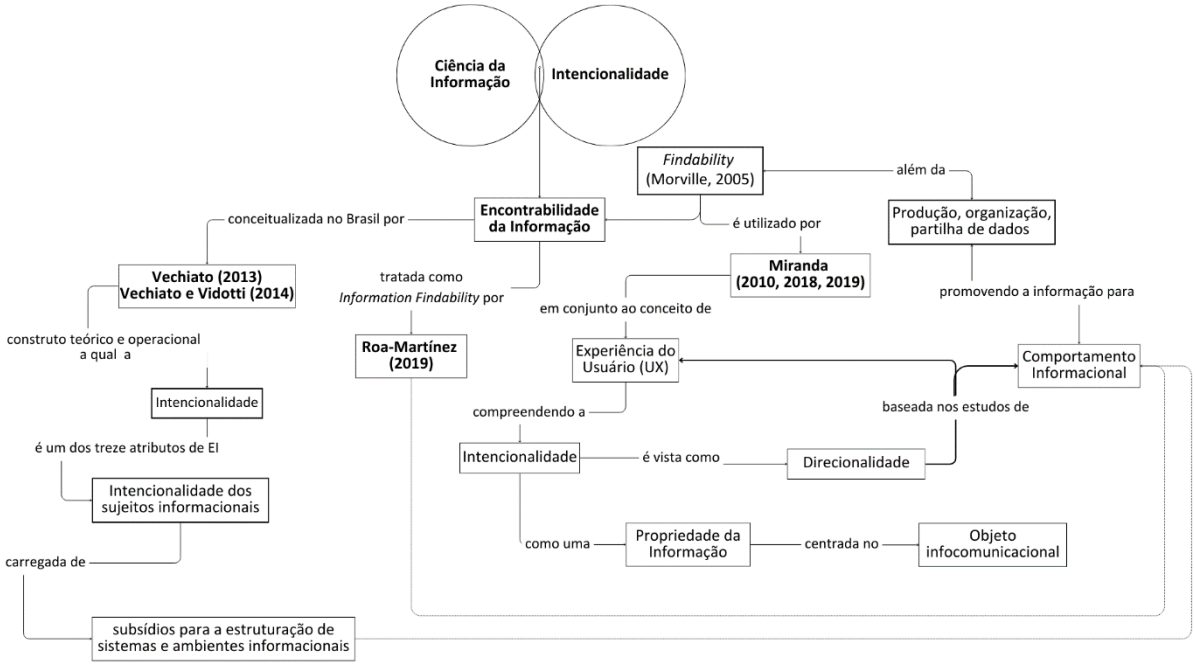
A Encontrabilidade da Informação pode ocorrer por meio da navegação e/ou busca (Vechiato, 2013; Vechiato; Vidotti, 2014). Tanto a navegação quanto a busca por meio dos mecanismos podem acarretar os processos de Descobertas de Informação que atendam às condições de satisfação do sujeito, esse processo também é classificado como um atributo de EI. A Descoberta de Informação está relacionada a um conceito denominado como Serendipidade, que ocorre:

> a partir de uma situação em que um sujeito descobre algo que se torna valioso para a resolução de um problema ou de uma necessidade potencialmente inconsciente. A descoberta, por sua vez, é possível a partir da mente preparada, que corresponde às experiências e ao conhecimento prévio do sujeito; está associada aos *insights* que favorecerão as conexões mentais com a situação imprevista; bem como depende de pistas presentes no ambiente onde a situação ocorre. Além disso, a descoberta ocorre a partir de características do contexto interno do sujeito, bem como dos contextos externo e social (Vechiato; Farias, 2020, p. 19).

Dessa forma, entende-se que o mapeamento da Intencionalidade vai além das propostas apresentadas referentes às análises de *logs* ou Comportamentos de Busca da Informação, o que remete à proposta final desta tese. Além disso, quando usado o termo Intencionalidade dos sujeitos informacionais, neste texto, ele se refere às características (comportamentos, competências, habilidades, experiências) dos sujeitos para as quais

existem diferentes formas e meios (modelos, técnicas, tecnologias) que podem ajudar a mapear e coletar essas informações. A fim de contextualizar o que foi abordado nesta subseção, segue a Figura 11.

Figura 11: Encontrabilidade da Informação e a Intencionalidade



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Desse modo, a Figura 11 traz a relação da Ciência da Informação e da Intencionalidade de acordo com as abordagens dos estudos da Encontrabilidade da Informação. A EI, diferente das demais relações que foram realizadas, é a única que já havia apresentado a temática em suas abordagens, especialmente, os estudos de Miranda (2010, 2018, 2019) e de Vechiato (2013) e Vechiato e Vidotti (2014).

Além disso, apesar das nomenclaturas, os estudos da Encontrabilidade da Informação e *Information Findability* são convergentes (Sanchez; Vechiato; Vidotti; Roa-Martínez, 2022) e se relacionam com os estudos de Comportamento Informacional, cuja ênfase é dada nas pesquisas de EI dos autores que foram citados nesta subseção (uso das linhas pontilhadas para representar as conexões).

Nesta tese, o conceito de Comportamento Informacional, aliado à Competência em Informação e Experiência do Usuário são vistas como parte das características dos sujeitos que podem ser mapeadas e coletas a fim de apresentar subsídios que irão promover a EI,

tanto no que se refere a efetividade do sistema, quanto da satisfação do sujeito (Sanchez; Vechiato; Vidotti; Roa-Martínez, 2022).

Dentro desse contexto, vale destacar que a EI por si só incorpora todas as relações teóricas feitas anteriormente entre os estudos do campo da CI e a Intencionalidade nos seus fundamentos teóricos e operacionais no que se refere a construção, implementação e avaliação de ambientes informacionais. Desse modo, diante do exposto até aqui, afirmamos que a EI está posicionada entre as escolas de pensamento da Fenomenologia com a Intencionalidade humana e a Pós-Fenomenologia com a Intencionalidade tecnológica, isso porque ela atende as condições de satisfação de um estudo conduzido pelas Intencionalidades, fazendo a junção das características dos sujeitos institucionais e informacionais e o uso das tecnologias para a construção de um ambiente informacional eficiente e eficaz.

6 INTENCIONALIDADE INFORMACIONAL: CONTRIBUIÇÕES PARA A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Esta seção se refere ao polo morfológico e reúne as discussões e resultados deste estudo. Dentre elas está a contextualização da concepção da Intencionalidade Informacional apresentada na subseção 6.1. Na sequência são apresentadas as subseções 6.1.1 e 6.1.2 com as abordagens teóricas, abordagens técnicas e tecnológicas e, por fim, a subseção 6.2 com o modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional.

Vale destacar que ao longo do texto discussões e resultados sobre as abordagens teóricas foram apresentadas, especialmente na seção 5, por conta da natureza da pesquisa e das relações conceituais da Intencionalidade com os estudos no campo da Ciência da Informação. No entanto, durante o processo de pesquisa foi possível também identificar novas perspectivas sobre as relações que serão explicitadas nesta seção.

Já as abordagens técnicas e tecnológicas apresentam contributos para mapear e coletar a Intencionalidade dos sujeitos informacionais dentro do contexto da Intencionalidade Informacional, a partir da extração da intenção dos sujeitos informacionais diante das perspectivas da Intencionalidade humana e da Intencionalidade tecnológica.

6.1 Concepção da Intencionalidade Informacional

Primeiramente, é necessário ressaltar que compreendemos a relevância e a importância do conceito de Intencionalidade consolidado no campo Filosofia. Não há a

intenção de discutir os fundamentos teóricos consolidados neste campo e sim trazer suas contribuições a partir da criação de uma concepção e um termo que se adeque aos estudos no campo da Ciência da Informação.

Os autores Panofsky *et al.* (1996) discutem sobre o desenvolvimento e evolução dos conceitos como uma prática que contribui para o progresso do conhecimento científico e à necessidade de descrever e interpretar fenômenos complexos de forma mais precisa. Dentro desse contexto, surge a introdução de novos termos que vão refletir avanços teóricos, metodológicos, nuances adicionais ou até mesmo a expansão a consolidação de campos de estudo dentro das ciências e disciplinas.

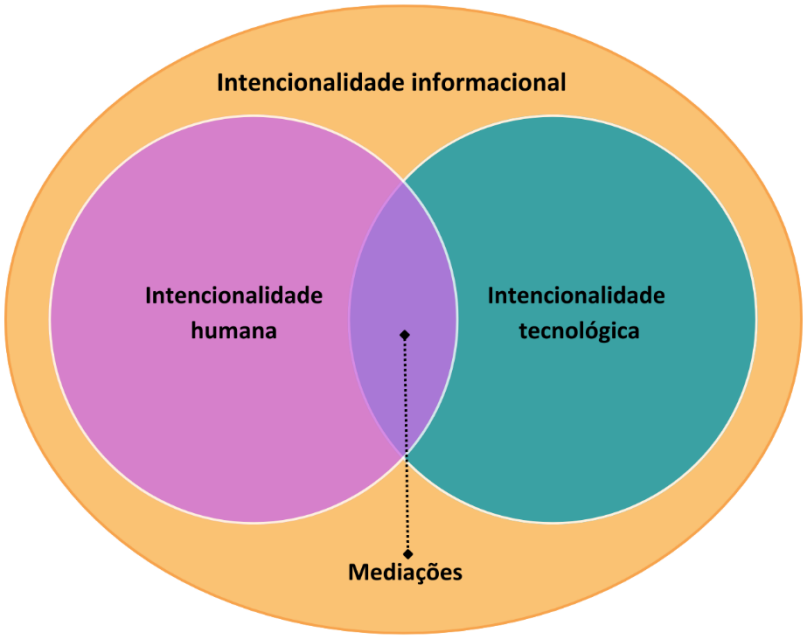
Dessa forma, justifica-se a criação da concepção da Intencionalidade Informacional a fim de adequar um termo sobre os estudos da Intencionalidade humana (Fenomenologia) e da Intencionalidade tecnológica (Pós-fenomenologia) para o campo da CI, tendo em vista que não há investigações que façam essa junção.

Isto posto, no campo da Filosofia a Fenomenologia desenvolve o conceito da Intencionalidade (humana) e a Pós-Fenomenologia cria a Intencionalidade tecnológica que estão inseridas no campo da filosofia da mente e da tecnologia, respectivamente. Cabe então à ciência, neste caso, a Ciência da Informação, a extensão das proposições de como as Intencionalidades (humana e tecnológica) estão posicionadas no fenômeno informacional e como elas podem influenciar e moldar as relações dos sujeitos informacionais e sua interação e mediação com os objetos, informações e as tecnologias no mundo dentro no campo da Ciência da Informação.

Nesse contexto, vale destacar como uma das conclusões teóricas desta tese que o conceito de Intencionalidade (humana e tecnológica) abrange a possibilidade de estudos interdisciplinares para o campo da Ciência da Informação. A Intencionalidade deve ser integralmente incorporada aos estudos que se relacionam com os sujeitos informacionais e as tecnologias.

Posto isso, entendemos que a **Intencionalidade Informacional** se adequa ao campo de estudos da Ciência da Informação e ao fenômeno informacional, pois representa a intersecção dos estudos das Intencionalidades (humana e tecnológica) por meio das relações entre a bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais e as mediações tecnológicas. A Figura 12, representa essa afirmativa:

Figura 12: Intencionalidade Informacional



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O processo para chegar à construção desta nova nomenclatura para a CI começou por meio dos estudos sobre a Encontrabilidade da Informação, tendo em vista que ela já apresentava a Intencionalidade como um dos seus fundamentos. Ao investigar sobre as Intencionalidades (humana e tecnológica) e compreender o nexo entre elas pela mediação, foi possível afirmar que o *corpus* teórico da EI que apresenta vieses conceituais e operacionais fazem parte tanto das mediações humanas, quanto das tecnológicas.

A partir dessa perspectiva entendemos que as Intencionalidades (humana e tecnológica) estariam diretamente relacionadas a EI, mas se apresentavam como algo maior dentro do campo da CI, isso porque a relação entre os sujeitos informacionais e as tecnologias também fazem parte dos estudos do campo da CI como à Representação da Informação, à Mediação da Informação, o Comportamento Informacional, à Competência em Informação e à Experiência do Usuário.

Dessa forma, a representação da Figura 12 mostra a Intencionalidade Informacional abarcando as duas Intencionalidades (humana e tecnológica), a qual a sobreposição das duas representa a mediação. Em uma ótica abrangente sobre a Intencionalidade Informacional no contexto do fenômeno informacional, a essência da Intencionalidade Informacional está nas relações entre a complexidade da construção da bagagem cognitiva dos sujeitos, as mudanças

e evoluções das tecnologias e as constantes gerações de dados e informações pelos fluxos e ações infocomunicacionais.

6.1.1 Abordagens teóricas da Intencionalidade na CI

Nesta subseção são explicitadas novas perspectivas sobre as relações teóricas apresentadas na seção 5. A primeira delas se refere ao conceito de Mediação da Informação, pois ao investigar possíveis relações teóricas foram identificadas similaridades nos termos e definições do conceito de Intencionalidade do campo da Filosofia com o estudo de Mediação da Informação do campo da CI que se mostraram relevantes para conceituar a relação.

Por exemplo, no estudo de Mediação da Informação de Almeida Júnior (2015) são apresentadas as mediações intrínsecas da informação e as mediações extrínsecas da informação, as quais ocorrem os momentos explícitos e implícitos dos sujeitos informacionais que estão relacionados aos estados de consciência e inconsciência. Esses termos podem ser relacionados aos estados mentais e intencionais da Teoria da Intencionalidade de Searle (2002). Assim:

> Os momentos implícitos e explícitos fazem parte de ambas as dimensões, ou seja, ações conscientes e inconscientes;
>
> A mediação intrínseca da informação está diretamente relacionada com a bagagem cognitiva do sujeito mediador;
>
> O momento implícito e inconsciente está relacionado a ações do cotidiano que por muitas vezes não são vistas como mediação, entretanto, interferem e devem ser consideradas;
>
> A mediação extrínseca da informação seria como o 'produto' da mediação da informação, nessa dimensão é possível externalizar as ações de mediação; (Sanchez; Vidotti; Vechiato; Almeida Júnior, 2022, p. 14).

Nesse sentido, um exemplo da relação das abordagens sobre estados, dimensões e momentos da Mediação da Informação com os elementos da Intencionalidade pode ser vista na fala de Searle (2002). O autor destaca a ação de um sujeito ao utilizar uma sentença, demonstrando que "um agente usa uma sentença para fazer um enunciado ou fazer uma pergunta, mas não usa desse modo suas crenças e seus desejos – ele simplesmente os tem" (Searle, 2002, p. 8).

Dessa forma, essa afirmativa retoma a noção de que os contextos e as condições dos sujeitos interferem na mediação. Especificamente, destacam-se as mediações implícitas e intrínsecas, que por sua vez afetam as mediações extrínsecas e explícitas do sujeito.

Ainda sobre as reflexões das similaridades entre os termos e as concepções conceituais, agora no contexto da Representação da Informação, observamos que as definições de Searle (2002) sobre a Intencionalidade da linguagem ou linguística e da Intencionalidade da percepção se assemelham à Teoria da Representação e às representações de objetos/coisas e palavras.

Segundo Pastore (2014), o filósofo Schopenhauer é considerado uma referência nos estudos de Freud, ele concorda com a leitura sobre o consciente e o inconsciente, em especial, do inconsciente de Schopenhauer para algumas abordagens da psicanálise, como os sonhos, por exemplo. Para Peres, Caropreso e Simanke (2015, p. 163), o psicanalista Freud (1981) faz "sua primeira formulação de uma teoria da representação [...] entendida como um processo mnêmico – se define como a essência do psiquismo e como algo anterior e independente da consciência".

Nesta Teoria da Representação são encontrados dois pilares, sendo eles: a representação de palavra e a representação de objeto que também ficou conhecido como representação de coisa. Baseados nos estudos de Freud os autores relatam que:

> A **representação de palavra** corresponderia a um complexo associativo constituído por imagens acústicas, visuais, quirocinestésicas e glossocinestésicas cujo elemento acústico seria o principal fator organizador. A **representação de objeto** também corresponderia a um complexo associativo composto por imagens sensoriais variadas no qual o elemento organizador seria, mais frequentemente, a imagem visual (Peres; Caropreso; Simanke, 2015, p. 164, grifo nosso).

Nesse sentido, trazendo para a perspectiva da linguagem já mencionada aqui, quando se estabelece uma conexão de palavra com a representação de um objeto, o aparelho de linguagem consegue articular representações que vão produzir sentido (Andrade, 2016). Já a representação de coisa está ligada diretamente com um conteúdo do inconsciente, que seriam as representações sensoriais advindas de ou remetidas de, que permitem, assim, trazer uma impressão de. O conteúdo pode ou não ser definido pela coisa em si (Arnao, 2008).

Encontra-se no campo da CI os fundamentos da Teoria da Representação no conceito de Representação da Informação, "há um esforço na área em produzir, consolidar e padronizar formas de representação, alguns exemplos são os estudos sobre: tesauros, vocabulários controlados, ontologias, linguagem de marcação de metadados etc." (Sanchez; Castro; Vechiato; Vidotti, 2024, p. 22).

Nesse sentido, a Representação da Informação atua com diversas abordagens técnicas e operacionais para que as representações possam contribuir com o atendimento das necessidades informacionais dos sujeitos, independentemente do meio ou da forma em que a informação é materializada.

Posto isso, a relação Intencionalidade e Representação da Informação é afirmada quando ocorre a compreensão de que a Intencionalidade é formalizada e materializada sempre por meio de representações (textuais, visuais, acústicas etc.). Essas representações são responsáveis por expressar a Intencionalidade dos sujeitos informacionais de diferentes formas e por diversos meios.

Assim, o conceito de Intencionalidade na Representação da Informação e na Mediação da Informação pode ser vinculada à ótica de uma abordagem ética voltada para o sujeito. Isso envolve o poder inerente ação de mediar ou transmitir uma representação com a finalidade de informar/comunicar e esse processo deve ocorrer com o mínimo de interferências negativas ou manipulações possíveis. Nesse sentido:

> O conceito de comunicação pode ser visto como um dos objetivos em comum entre as teorias de Representação e de Intencionalidade no contexto da Ciência da Informação. Desse modo, as correlações estão no ato de comunicar e como essa ação está carregada de significados (Sanchez; Castro; Vechiato; Vidotti, p. 23).

O próximo tópico de discussões está direcionado ao conceito de Encontrabilidade da Informação, trazendo seus fundamentos conceituais e operacionais, em especial os seus atributos visando demonstrar a relação das Intencionalidades (humana e tecnológica) em suas funcionalidades.

Desse modo, a Encontrabilidade da Informação, em sua perspectiva conceitual, apresenta como um dos seus treze atributos a Intencionalidade, com o termo Intencionalidade dos sujeitos informacionais definida como um atributo advindo da Teoria da Intencionalidade.

Nesse sentido, entende-se que o termo composto utilizado no atributo é apropriado dentro do contexto da CI, tendo em vista que a Intencionalidade é advinda da bagagem cognitiva dos seres humanos e depende dos contextos, das relações e dos meios existentes no fenômeno informacional e na sociedade. Assim, o termo “Intencionalidade dos sujeitos informacionais” se refere às características dos sujeitos e não Teoria da Intencionalidade.

A definição do conceito de EI demonstra que a Intencionalidade é um pilar importante para a qualidade dos ambientes informacionais. Nela está a afirmativa de que a encontrabilidade ocorre na junção das funcionalidades do sistema e das características dos sujeitos (Vechiato; Vidotti, 2014), ou seja, a Intencionalidade irá interferir direta ou indiretamente nos processos infocomunicacionais.

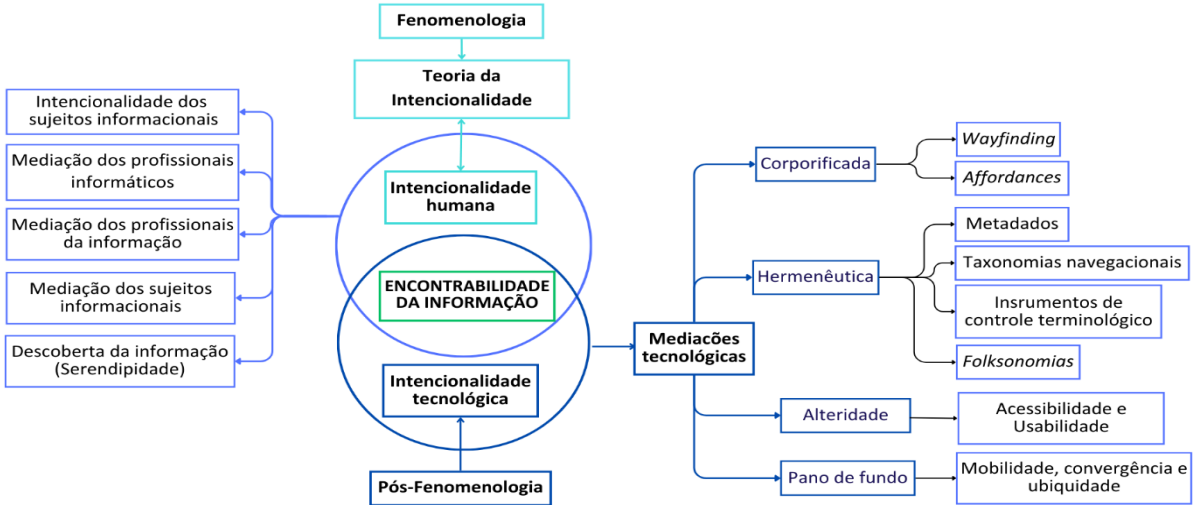
Posto isso, nota-se que os atributos de Encontrabilidade da Informação podem abranger atributos que se encaixam nas mediações da Intencionalidade tecnológica, além da relação em essência que está ligada à Intencionalidade humana. Isso porque entende-se que a junção das Intencionalidades no contexto da EI se formalizam na perspectiva de que são as ações humanas que definem quais tecnologias (técnicas, recursos, modelo) serão implementados e quando e como serão utilizados nas funcionalidades dos ambientes informacionais, em especial, os digitais.

Assim, a soma dos treze atributos de EI contribuem para a construção de ambientes informacionais digitais. Tanto o conceito de EI quanto os atributos de EI demonstram versatilidade entre a Intencionalidade humana e a Intencionalidade tecnológica. O ponto em comum que estabelece essa ligação vêm das **mediações (humanas e tecnológicas).**

Cabe dizer que dos treze atributos de EI, três se referem à mediação humana, sendo eles: a Mediação dos profissionais da informação, a Mediação dos profissionais informáticos e a Mediação dos sujeitos informacionais, entretanto, não são apenas esses que se relacionam a Intencionalidade humana.

Dentro desse contexto, a Figura 13 foi apresentada por Sanchez, Vidotti e Vechiato (2023) para representar a distribuição dos treze atributos de acordo com as suas relações com a Intencionalidade humana e tecnológica, por meio do seu ponto central, que são as mediações. Vale ressaltar que esse fluxograma faz a distribuição dos treze atributos de acordo com a perspectiva dos sujeitos institucionais, ou seja, dos profissionais informáticos e profissionais da informação que projetam, constroem e implementam os ambientes informacionais digitais.

Figura 13: Categorização dos atributos de EI nas perspectivas dos sujeitos institucionais



Fonte: Sanchez, Vidotti e Vechiato (2023).

Dessa forma, os atributos de EI relacionados com a Intencionalidade humana são: a Intencionalidade dos sujeitos informacionais, a Mediação dos profissionais informáticos, a Mediação dos profissionais da informação, a Mediação dos sujeitos informacionais e a Descoberta de informação (Serendipidade), os quais se referem prioritariamente às atividades e intervenções humanas.

Os atributos que estão relacionados à Intencionalidade tecnológica estão inseridos e distribuídos nas quatro categorias das mediações tecnológicas proposta por Ihde (1990), que foram apresentadas no Quadro 4.

A distribuição desses atributos foi feita desta forma, pois estão representando a perspectiva, as características e as competências dos sujeitos informacionais profissionais/desenvolvedores que irão determinar as funcionalidades operacionais e as técnicas que serão utilizadas diante dos recursos implementados no processo de projeção, construção e implementação de ambientes informacionais digitais.

À vista disso, dentro da mediação corporificada que se refere aos artefatos e recursos integrados ao cotidiano e cuja existência é parte do nosso fazer estão os atributos de *Wayfinding* (orientação espacial) e as *Affordances* (incentivos e pistas). Esses atributos desempenham um papel significativo em diferentes níveis nas ações diárias dos indivíduos na sociedade, desse modo, na perspectiva do sujeito desenvolvedor é importante que a organização e, especialmente, a representação via texto ou ícones sejam adequadas. Esses atributos estão mais relacionados ao processo de encontrabilidade por meio da navegação,

desse modo, a orientação espacial, as pistas e incentivos devem promover uma boa experiência nesse sentido, sem intervenções ou dificuldades.

A mediação corporificada é a tecnologia/artefato/recurso externo que faz parte da nossa vida, mas está tão imbricada ao nosso dia a dia que não percebemos. Desse modo, na construção de um ambiente informacional, por exemplo, essas orientações, pistas e incentivos devem aparecer de forma orgânica, o que pode tornar o trabalho do desenvolvedor complexo. O uso de um ícone que cause dúvidas na interpretação pode trazer uma experiência ruim ao sujeito informacional/usuário, por exemplo.

Na mediação hermenêutica estão os artefatos e recursos que necessitam da interpretação do ser humano. Eles requerem um processo cognitivo por parte dos sujeitos para compreender a sua funcionalidade. Seu uso depende dos contextos em que essas tecnologias ou recursos estão inseridos. Nesse sentido, os atributos de EI referentes a essa categoria são: os metadados, as taxonomias navegacionais, instrumento de controle terminológico e as *folksonomias* (classificação social).

Esses atributos estão vinculados a padrões e modelos de organização e representação de informações nacionais e internacionais, especialmente os metadados e o instrumento de controle terminológico. A partir dos objetivos do projeto do ambiente informacional digital é importante que o sujeito informacional profissional/desenvolvedor siga uma padronização, pois esses recursos podem impulsionar o acesso, o uso, a encontrabilidade e a disseminação dos objetos e informações presentes no ambiente.

Os quatro atributos classificados na mediação hermenêutica influenciam a encontrabilidade tanto na navegação, quanto no mecanismo de busca, mas na perspectiva do sujeito informacional profissional/desenvolvedor fará parte do ambiente sob o ponto de vista do *backstage,* ou seja, na organização e representação estrutural desse projeto, ainda que posteriormente as rotulagens determinadas para as taxonomias navegacionais e o modelo escolhido para as *folksonomias* apareçam posteriormente no *front-end/layout.*

Os atributos de metadados e instrumentos de controle terminológico, na maioria das vezes, não são percebidos ou disponibilizados para acesso ou conhecimento dos sujeitos informacionais/usuários, mas influenciam diretamente a experiência, a eficiência e a eficácia da encontrabilidade do e no ambiente, bem como para a manifestação de casos de serendipidade em que descobertas inesperadas podem acontecer

A mediação de alteridade se refere àqueles artefatos e recursos que necessitam de interação. Assim, os atributos relacionados a essa categoria são o de: Acessibilidade e Usabilidade. Isso ocorre porque são as funcionalidades atreladas a esses atributos que permitem e facilitam o acesso e uso do ambiente. Essas características enriquecem os processos que promovem a encontrabilidade e apropriação da informação a todo e qualquer tipo de sujeito informacional.

A ideia desse atributo é promover o acesso e uso de forma ampla e igualitária para todos os tipos de sujeitos informacionais. Dessa forma, há sujeitos que necessitam de que o ambiente se adeque para que ele possa acessá-lo e usá-lo, como por exemplo recursos de aumento e diminuição de letras e contrastes e recursos de descrição de imagens que ajudem sujeitos com problemas de visão, com inserção de recursos de libras e legendas automáticas quando se trata de um ambiente audiovisual para sujeitos com problemas na audição etc.

De um modo geral, todos os demais atributos influenciam na qualidade da Acessibilidade e na Usabilidade do ambiente, entretanto, dentro dessa classificação ela está relacionada à mediação de alteridade, especialmente no ponto de vista de recursos específicos que o sujeito institucional deve implementar no projeto para que algumas esferas de sujeitos possam utilizar daquele espaço tanto quanto qualquer outra.

Na mediação de pano de fundo *(background),* os artefatos e recursos estão presentes nos ambientes e, prioritariamente, interferem na experiência do sujeito. Mesmo que de forma inconsciente para ele, esses elementos desempenham um papel significativo. Nesse contexto, eles não são necessariamente percebidos, interpretados ou interagidos pelo sujeito informacional, mas estão literalmente ao fundo da existência no cotidiano. O atributo de EI dessa mediação é o de mobilidade, convergência e ubiquidade.

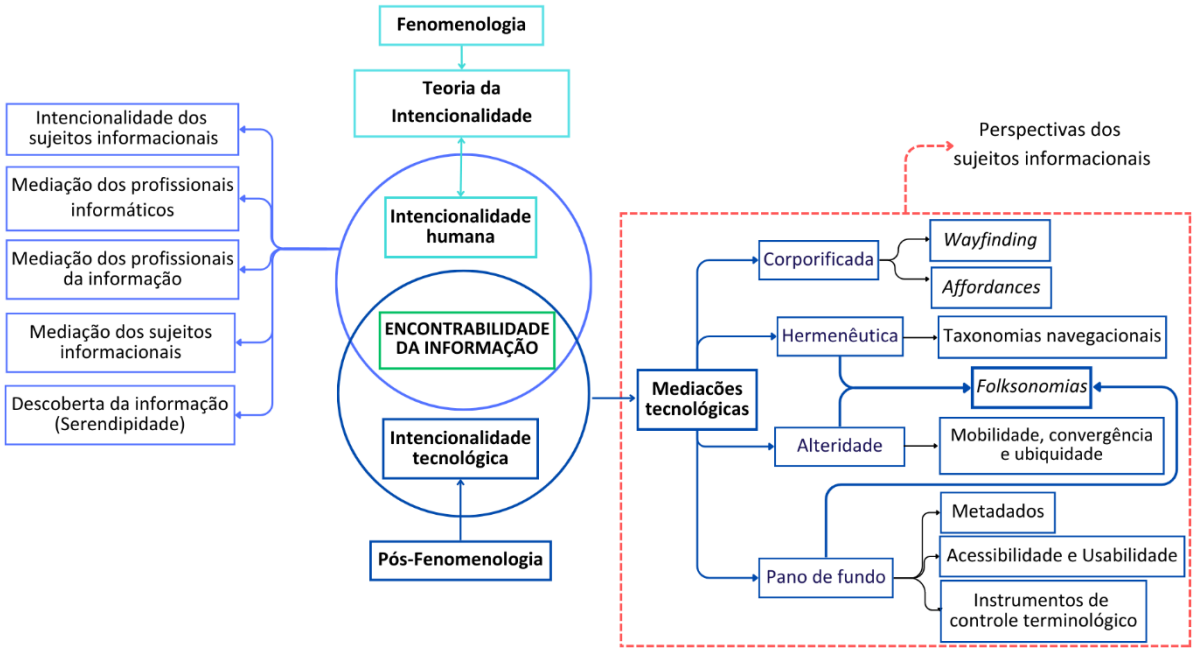
As ações desse atributo estão ligadas à continuidade, assim, tanto os recursos implementados, quanto o acesso à informação deve estar disponível de maneira fluida e integrada sendo facilmente acessada em diferentes dispositivos, permitindo o enriquecimento da experiência informacional do sujeito. Com essa dinâmica ocorrendo efetivamente o sujeito não nota a mudança de tecnologia, o que possibilita que a mediação tecnológica ocorra de forma positiva e natural.

Desse modo, tratando-se de um ambiente informacional digital, o sujeito institucional deve promover o acesso e uso das informações de modo que a organização e representação das informações, ou seja, a estrutura do ambiente, siga um mesmo padrão, em especial, de

layout quando acessado em um celular, em um notebook ou em uma *smart TV,* por exemplo. Algumas mudanças de ícones que representam uma funcionalidade no ambiente, como por exemplo a mudança para três pontos ou três riscos referente a um menu no sistema de navegação global, inclusive, podem trazer grandes confusões ao sujeito informacional.

Nesse contexto, após a classificação dos atributos de EI nas mediações tecnológicas sob a perspectiva dos sujeitos institucionais (Sanchez; Vidotti; Vechiato, 2023), entende-se que há também a perspectiva dos sujeitos informacionais. Dessa forma, a Figura 14 reflete essa mudança de perspectiva no que se refere ao contexto dos projetos de construção e implementação e avaliação dos ambientes informacionais digitais.

Figura 14: Categorização dos atributos de EI na perspectiva dos sujeitos informacionais



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nota-se que que os atributos relacionados a Intencionalidade humana permanecem e apenas os atributos classificados nas mediações tecnológicas da Intencionalidade tecnológica são modificados, isso porque os recursos pertencentes a esses atributos muitas vezes não são percebidos pelos sujeitos informacionais/usuários.

Por via de regra, essa tese defende o fato de que a Intencionalidade dos sujeitos informacionais contribui na organização e representação da informação nos ambientes informacionais digitais. Em especial, entende-se que a Intencionalidade dos sujeitos

informacionais apresenta características que podem ser coletadas para melhorar a qualidade dos projetos, construção e implementação dos ambientes informacionais digitais, já que suas experiências, comportamentos e competências se diferem do sujeito institucional, o que pode acarretar novas abordagens para a Encontrabilidade da Informação.

Posto isto, na mediação corporificada, os atributos de EI seguem sendo os de *Wayfinding* e *Affordances.* Eles são relacionados diretamente, pois facilitam a orientação espacial dos sujeitos ao buscar ou navegar em um ambiente informacional e, para isso, é fundamental que as sinalizações e pistas ofereçam indicações e direcionamentos das ações para que o sujeito atinja seus objetivos.

É possível ressaltar que ainda que esses recursos remetam a uma situação de interação, ou seja, poderiam estar relacionadas às mediações de alteridade, por trás das funções da orientação espacial, o incentivo ou as pistas em essência devem ocorrer de forma natural, sendo que o uso dos recursos implementados se apresenta como uma extensão de seus comportamentos habituais, trazendo uma experiência que não demande esforço excessivo para o sujeito acessar e usar o ambiente.

Na mediação hermenêutica sob a perspectiva dos sujeitos informacionais/usuários está apenas o atributo de EI que se refere às taxonomias navegacionais, isso porque o atributo corresponde a necessidade de interpretação do sujeito para compreender a estrutura de navegação e do mecanismo de busca no ambiente a partir da organização e representação dos conteúdos.

Alguns recursos que podem ser implementados para facilitar a interação do sujeito no ambiente a partir de recursos que exigem certa interpretação são vistos, por exemplo, como a organização dos menus por ordem alfabética, cronológica ou geográfica, a implementação de recursos imagéticos (ícones, cores, imagens, legendas, *hiperlinks*) e a escolha das rotulagens (termos e categorizações por esquemas). Isso sempre levando em consideração o contexto em que o ambiente está sendo desenvolvido e quais esquemas, cores e ícones irão impulsionar a Encontrabilidade da Informação para o sujeito.

Neste caso, na mediação de alteridade está o atributo de mobilidade, convergência e ubiquidade, pois na perspectiva do sujeito informacional/usuário, ao lidar com o ambiente informacional, há uma interação com os recursos que permitem a continuidade de acesso ao conteúdo em diferentes dispositivos. Assim, o desenvolvedor insere as tecnologias que permitam essas trocas e o sujeito informacional/usuário utiliza da funcionalidade sem grandes

dificuldades como por exemplo a possibilidade de continuar a assistir um filme em uma plataforma de *streaming* em que o sujeito começa a interação no computador ou *smartphone*, mas termina na *smart TV* da sala/quarto.

Os atributos de metadados, instrumentos de controle terminológico e Acessibilidade e Usabilidade estão categorizados na mediação de pano de fundo *(background)*, pois são recursos que devem ser inseridos no ambiente, mas que em sua grande maioria não são percebidos pelos sujeitos. Eles desempenham um papel importante na estrutura de organização e representação da informação, além do potencial de enriquecer a Acessibilidade e a Usabilidade por todo e qualquer tipo de usuário.

Vale ressaltar que na perspectiva do sujeito informacional/usuário, alguns recursos implementados para ampliar a Acessibilidade poderiam estar vinculados também à mediação de alteridade por conta da interação com os ícones, recursos e funcionalidades dispostas no *layout* do ambiente, tratando-se dos exemplos apresentados anteriormente como o caso de pessoas com baixa visão. No mais, as técnicas utilizadas para promover Acessibilidade e Usabilidade por muitas vezes acontecem de forma estrutural e não são percebidas pela ótica do sujeito informacional/usuário.

Como destacado na Figura 14, o atributo de *folksonomia* é versátil, ele recebe setas das mediações: hermenêutica, alteridade e pano de fundo. Esse atributo apresenta classificações diferentes dependendo da posição do sujeito informacional. No contexto da mediação dos profissionais desenvolvedores dos ambientes informacionais, a *folksonomia* é categorizada na mediação hermenêutica, pois o sujeito atribui um significado ou uma classificação de um termo que ele produziu, como destacado nas discussões posteriores à apresentação da Figura 13.

Nesse contexto, nota-se que as *folksonomias* podem estar na: 1) na mediação de alteridade e hermenêutica: quando ocorre a interação com a nuvem de *tags,* que é uma das formas de representação do atributo no ambiente. Essas nuvens podem auxiliar o encontro de assuntos de forma mais rápida e prática e 2) na mediação de pano de fundo: nesse caso, o sujeito não nota o atributo ou no caso a mediação da tecnologia como um recurso em si, mas faz uso do conteúdo disponibilizado, acarretando um processo de serendipidade ou de Encontrabilidade da Informação.

Desse modo, as reflexões sobre a categorização dos atributos de EI diante das Intencionalidades (humana e tecnológica) foram concluídas, tendo em vista as discussões

apresentadas nas Figura 13 e 14. Esse resultado traz possíveis abordagens das Intencionalidades para os projetos de construção, implementação e avaliação de ambientes informacionais, em especial, os digitais. Fica claramente evidenciado, nesse momento, a contribuição conceitual e teórica das duas escolas de pensamento da Filosofia ao conceito de EI originado no campo da Ciência da Informação.

Além disso, enfatiza-se o fato de que as Intencionalidades (humana e tecnológica) enriquecem os estudos no campo da CI por abrir uma série de novas oportunidades e hipóteses de pesquisas e impulsiona maiores discussões sobre a relação homem-tecnologia-mundo e como isso afeta a compreensão das necessidades dos sujeitos informacionais e seu papel como um agente ativo na evolução das tecnologias na sociedade.

Vale ressaltar que a relação das Intencionalidades (humana e tecnológica), por meio do nexo das mediações, é inédito no campo da Ciência da Informação. Os estudos sobre a Pós-Fenomenologia são incipientes na CI no âmbito nacional. Desse modo, trazer a Pós-Fenomenologia para o estudo já é algo inédito, relacionar sua base conceitual na perspectiva da Encontrabilidade da Informação, categorizando e exemplificando possibilidades de funcionalidades em ambientes informacionais, é mais uma das contribuições para a área.

A fim de concluir as abordagens teóricas retomando todas as nuances adicionais à todas as relações conceituais apresentadas na seção 5, entendemos nessa tese que as relações teóricas da Intencionalidade com os estudos de Comportamento Informacional, Competência em Informação e Experiência do Usuário não estão em termos conceituais entre os estudos, mas sim imbricadas ao conceito de Intencionalidade, especialmente a Intencionalidade humana. Isso porque elas são literalmente as características que formalizam a bagagem cognitiva construída ao longo da vida por cada sujeito informacional e que são externalizadas por meio das ações intencionais deles.

6.1.2 Abordagens técnicas e tecnológicas da Intencionalidade para a CI

A proposta desta subseção é reunir técnicas e tecnologias que possam contribuir como recursos viáveis para auxiliar no mapeamento e na coleta da Intencionalidade dos sujeitos informacionais. Isso inclui a extração da intenção advinda das características acumuladas nas bagagens cognitiva dos sujeitos como os comportamentos informacionais, as competências em informação e as experiências ao interagirem com os ambientes informacionais, especialmente os digitais.

As abordagens técnicas e tecnológicas serão categorizadas na perspectiva da Intencionalidade humana e da Intencionalidade tecnológica, tendo em vista que as técnicas são realizadas por humanos e com humanos e na Intencionalidade tecnológicas são as tecnologias que fazem a mediação entre essa coleta de dados.

As discussões sobre as abordagens técnicas e tecnológicas apresentadas nesta subseção visam orientar como a Intencionalidade Informacional será integrada aos estudos no campo da Ciência da Informação e como as pesquisas teóricas ou aplicadas devem ser conduzidas a partir dessa contextualização.

Dando seguimento à proposta de organizar técnicas, tecnologias e recursos que possam contribuir para a realização de pesquisas a partir da Intencionalidade Informacional, apresenta-se inicialmente estudos de diferentes áreas do conhecimento coletados no Portal de Periódicos da CAPES a partir os termos *"intentionality"* AND *"extraction"* fazendo variações entre os campos (título, assunto e qualquer campo) e sem delimitação de ano de publicação. Foram retornados 13 artigos, de diferentes áreas do conhecimento. Desses, apenas oito (8) se enquadram na ideia de coleta relacionadas às intenções.

Desse total, seis (6) textos são voltados para a relação da Intencionalidade com a linguística/atos de fala. São apresentadas propostas de modelos, técnicas e tecnologias para extrair princípios reconhecidos como ações intencionais. Os outros dois (2) textos trabalham com o eletroencefalograma (EEG), tecnologia que analisa as atividades elétricas cerebrais, a fim de detectar intenções motoras de mãos e pés de pessoas com deficiência física. O Quadro 12 apresenta esse levantamento.

Quadro 12: Levantamento sobre a extração da Intencionalidade

Textos	Autores	Ano de publicação	Campo da publicação
The Progressive Construction of Communication: Toward a model of Cognitive Networked Communication and Knowledge Communities	Milton Campos	2003	Comunicação
An Algorithm for Detection of Cognitive Intentionality in Text Analysis	Yi Guo; Nan Hua; Zhiqing Shao	2009	Tecnologia da Informação; Ciência da Computação
A Quality Parameter for the detection of the intentionality of movement in patients with	Grimaldi Giuliana; Manto Mario; Jdaoudi Yassin	2011	Engenharia em Medicina e Biologia

Textos	Autores	Ano de publicação	Campo da publicação
neurologicaltremor performing a finger-to-nose test			
Cognitive intentionality extraction from discourse with pragmatic-tree construction and analysis	Yi Guo, Yan Li, Zhiqing Shao	2012	Ciência da Informação; Ciência da Computação
Intertextuality between French Literature Creation and Literature Translation Based on FeatureExtraction and Gram Matrix	Ting Li	2013	Literatura; Tradução; Ciência da Computação
EEG signal clustering for motor and imaginary motor tasks on hands and feet	Víctor Asanza; Enrique Pelaez; Francis Loayza	2017	Engenharia Elétrica; Ciência da Computação
A content analysis-based Recommender System using Categorization of Online Text Resources on Five-Dimensional Human Cognitive System	Rohit; Tanu Agarwal; Suyash Mani Sharma; Sandeep Gupta; Anil Kumar Singh	2018	Engenharia Elétrica; Eletrônica; Ciência da Computação
Improving legal judgment prediction through reinforced criminal element extraction	Yougang Lyu, Zihan Wang, Zhaochun Ren, Pengjie Ren, Zhumin Chen, Xiaozhong Liu, Yujun Li, Hongsong Li	2022	Processamento e Gerenciamento de Informações

Fonte: Elaborada pela autora (2024).

O texto de Campos (2003) apresenta um estudo no campo da Comunicação que inclui a Intencionalidade como um grau de aprendizagem. Além dela, são incluídas como processos cognitivos: as representações individuais e sociais (natureza), relações interpessoais (tipo) e aprendizagem (nível). Seu estudo se refere a construção de um modelo de comunicação cognitiva em rede e comunidades de conhecimento. Sua coleta é baseada em transcrições realizadas em interações sociais em sistemas de conferências, entretanto, não é mencionado se foi utilizado algum *software*. O modelo proposto:

> visa demonstrar que a comunicação é construída gradativamente. Além disso, baseia-se numa perspectiva integradora de convivência (participação e comprometimento) e de colaboração de conhecimentos (intencionalidade e representações individuais e sociais que permitem a possibilidade de diferentes níveis de colaboração e influenciam a ocorrência de aprendizagens nas relações interpessoais) (Campos, 2003, p. 291, tradução nossa).

Nesse sentido, Campos (2003) entende que a relação da Intencionalidade com a comunicação pode acontecer em graus diferentes. Ele traz a perspectiva da intenção da fala

e do objetivo a ser alcançado com essa comunicação. Além disso, afirma que as representações são o meio pelo qual a Intencionalidade opera. Diante disso, o autor define:

> *Intencionalidade (grau):* Quando redigimos uma mensagem, somos motivados por objetivos, seja comunicar uma ideia ou informar alguém sobre algo. Não existe troca simbólica sem pelo menos a intenção de estabelecer contato com alguém. Existem diferentes graus de intencionalidade. As intenções podem ser (a) principalmente egocêntricas (centradas nos desejos de um indivíduo); (b) egocêntrico mas aceitando os outros (integrando intenções expressas pelo interlocutor da comunicação para satisfazer necessidades egocêntricas); ou (c) centrado principalmente em outros (capacidade de negociar intenções para atingir um objetivo comum) (Campos, 2003, p. 308, tradução nossa, grifo do autor).

O texto de Campos (2003) pode ser associado aos textos de Dhillon, Caldeira, Wenger (2011) e Coelho e Almeida (2017) sobre a Intencionalidade coletiva e como um conjunto de intencionalidade pode impactar a construção de conhecimento dentro de uma comunidade e na sociedade em si. Analisando as discussões do autor, entende-se que a Intencionalidade é vista como fator essencial para a construção do conhecimento, especialmente dentro de uma perspectiva colaborativa em que várias mentes podem contribuir por meio de sua Intencionalidade, especialmente no que se refere a suas competências e habilidades adquiridas sobre um mesmo objeto/assunto no mundo para a construção de novos conhecimentos, produtos etc.

O texto de Guo, Li e Shao (2012) é uma atualização do texto de Guo, Hua e Shao (2009). Nessas publicações, os autores criam os *softwares* CIDA (2009) e o CIES-PT (2012). Eles analisam: "[...] o discurso e a intencionalidade cognitiva e constrói o sistema CIES-PT para extração de intencionalidade baseado no modelo P-Tree (um modelo de trabalho para analisar o discurso enquanto comportamento sensível" (Guo; Li; Shao, 2012, p. 35).

Neste ponto, cabe ressaltar um texto que está fora do levantamento apresentado no Quadro 12, pois é um resultado de pesquisa vinculado à tese. Sendo assim, no texto de Sanchez *et al.* (2023, p. 238), os autores ressaltam o ponto de que a "extração que Guo, Li e Shao (2012) propõem pode ser caracterizada como uma extração de elementos encontrados no conceito de Comportamento de Busca da Informação e não da Intencionalidade em si". Há dois pontos importantes que devem ser esclarecidos.

O primeiro é que a extração da Intencionalidade por meio do discurso é sim válida e contribui para compreender as intenções do sujeito por meio dos atos de fala, que é o conceito que os autores usam, ou seja, ela extrai a Intencionalidade. Entretanto, o que os

autores queriam dizer com compreender a Intencionalidade em si remete a criação da do conceito da Intencionalidade Informacional, que foi realizada posteriormente com o andamento da tese.

Nesse caso, entendemos que o conceito de Intencionalidade ainda que formalizado e materializado por representações que são geradas pelos sujeitos, ou seja, ações que remetem a fala, ao texto, a comunicação ou até mesmo os desenhos e as formas, para que a gente mapeie a Intencionalidade como um todo, no caso, a Intencionalidade Informacional, só será possível se analisado todo o conjunto de características dos sujeitos informacionais, bem como os contextos em que estão inseridos.

Dessa forma, acredita-se que não é possível mapear a Intencionalidade Informacional e menos ainda a Intencionalidade dos sujeitos informacionais verificando apenas uma vertente dela e muito menos com uma técnica, ou no caso, uma tecnologia (hardware/*software*). Isso porque os resultados obtidos podem não transmitir a realidade do que de fato se refere a necessidade, a preferência, a percepção, as emoções etc. do sujeito sobre determinado assunto, experiência ou objeto.

Isso posto, entende-se que o uso do *software* CIES-PT de Guo, Li e Shao (2012) podem contribuir com o mapeamento da Intencionalidade. O texto de Sanchez *et al.* (2023), nessa conjuntura, trazem como resultado o potencial encontrado na ligação entre o conceito de Polirrepresentação e a extração de marcadores de discurso, no que se refere a Intencionalidade e suas relações com as características linguísticas. O conceito de Polirrepresentação:

> se torna relevante quando se pretende fornecer e aprimorar a Recuperação da Informação desde suas diversas óticas, sejam estas, a física, a cognitiva e a pragmática, pois não só centra a atenção na descrição do recurso informacional, nas necessidades do usuário ou nas técnicas usadas pelo sistema para recuperar, mas sim, às abrange todas com suas sinergias (Roa-Martínez, 2019, p. 172).

Nesse sentido, Sanchez *et al.,* (2023) acreditam que o conceito de Polirrepresentação é um meio de contribuir com as formalizações/materializações da Intencionalidade. Isso porque o conceito reúne diferente níveis de representações que vão contribuir com o enriquecimento dos sistemas de Recuperação da Informação, o que traz eficiência e eficácia para as máquinas e posteriormente com a Encontrabilidade da Informação, em especial no que se refere às condições de satisfação do sujeito ao determinar que de fato encontrou o

que gostaria. Sendo assim, a Polirrepresentação atua em um processo posterior ao mapeamento da Intencionalidade dos sujeitos informacionais.

Dando seguimento às discussões sobre o levantamento, o texto de Grimaldi, Mario e Yassin (2011) e Asanza, Pelaez, Loayza (2017) trazem a extração da Intencionalidade fazendo uso da tecnologia de eletroencefalograma (EEG) no que se refere a intenção motora de sujeitos com deficiências físicas. Nesse sentido, os dados do EEG podem ser usados para:

> determinar a intencionalidade do sujeito ao realizar tarefas motoras[2] e motoras imaginárias[3] [...]. Uma das mais conhecidas aplicações de sinais EEG são as interfaces cérebro-computador (BCI)[4], o BCI permite que indivíduos com algum tipo de deficiência motora interajam com alguns dispositivos ou próteses (Asanza; Pelaez; Loayza, 2017, p. 1-2, tradução nossa).

Complementando as discussões dentro desse contexto, o texto de Zheng, Ding, Liuc e Wang (2023), que está fora do levantamento, aborda estudos com técnicas não invasivas que podem contribuir com o mapeamento da Intencionalidade Informacional. Isso porque o estudo dos autores se refere ao uso de técnicas e tecnologias que permitem coletar emoções. Esses estudos são conduzidos em sinais não fisiológicos e sinais fisiológicos.

Nos sinais não fisiológicos são utilizadas técnicas como: entrevistas, questionários e/ou análises corporais como as expressões faciais. Sobre os sinais fisiológicos com as tecnologias não invasivas, além do EEG, como: os eletrocardiogramas (ECG) - analisam a frequência elétrica do coração; o *galvanic kin response* (GSR) - verifica a produção de suor advindas das glândulas nas palmas da mão ou ponta dos dedos; a eletromiografia (EMG) - monitora as atividades elétricas dos músculos e a ressonância magnética funcional (fMRI) - detecta alterações no fluxo sanguíneo e oxigenação no cérebro (Zheng; Ding; Liuc; Wang, 2023).

Apesar da dificuldade no controle das coletas, essas tecnologias ajudam a entender o estado fisiológico humano. Dentre elas, os autores destacam as vantagens do EEG e a sua predominância em estudos que visam avaliar de forma precisa as ações humanas, além disso, é um recurso “não invasivo, de fácil aquisição e de alta resolução temporal” (Zheng; Ding; Liuc; Wang, 2023, p. 2, tradução nossa).

Alguns estudos encontrados nas Neurociências para consumidores, na linha do *Neuromarketing*, apresentam a junção de duas ou mais tecnologias para coletar dados sobre

---

[2] P*erforming motor.*
[3] *Imaginary motor tasks.*
[4] *Brain Computer Interfaces.*

as emoções dos seres humanos. Dentre esses estudos, Fortunato, Giraldi e Oliveira (2014) afirmam que o uso da tecnologia de *eye-tracking* vem sendo cada vez mais utilizado em conjunto ao EEG e o fMRI, por exemplo. A tecnologia de *eye-tracking* é:

> uma tecnologia que permite o rastreamento e a gravação do comportamento ocular, ou seja, do olhar de uma pessoa, sobre um determinado ambiente. Diante de um estímulo, essa tecnologia permite identificar com precisão o ponto onde uma pessoa fixa o seu olhar, assim como a dilatação da pupila, a duração e o trajeto do olhar (Vidotti *et al.,* 2016, p. 185).

Para Shigaki, Gonçalves e Santos (2017, p. 445) a junção do EEG com o *eye-tracking* é vantajosa, pois permite "identificar o elemento exato de retenção do olhar no momento da ativação da área cerebral investigada". Entende-se, a partir dessa afirmativa, que a somatória dessas coletas pode confirmar ou negar o fator ação e reação do sujeito informacional diante do objeto de estudo, o que pode ser muito válido para mapear diferentes características no comportamento do sujeito dentro do contexto da manifestação da sua Intencionalidade.

O texto de Li (2013) utiliza de diferentes técnicas de análise linguística, em especial a matriz de Gram para identificar a intertextualidade entre obras da literatura francesa e a tradução literária. A intertextualidade se refere à relação entre textos, onde há influência ou referências entre eles. Ela também é vista como "uma das sete características textuais de um texto (adaptação formal, adaptação semântica, intencionalidade, receptividade, informalidade, situacional e intertextualidade)" (Li, 2013, p. 1).

A Intencionalidade, nesse sentido, contribui com o contexto da intertextualidade no que se refere a análise dos elementos linguísticos e culturais que são preservados durante a tradução, ou seja, se as traduções de fato capturam as reais intenções do autor original. Acreditamos que o texto de Li (2013) apresenta uma relação com a ideia de interferência vista na Mediação da Informação dentro do contexto da CI. Essa discussão foi abordada no texto de Sanchez *et al.* (2022), quando a Intencionalidade é posta como algo intrínseco ao processo de mediação realizado pelo sujeito informacional, seja na perspectiva do sujeito institucional ou informacional.

Dessa forma, a Intencionalidade pode influenciar e vai ser influenciada pela intertextualidade. No processo de tradução, de modo geral, espera-se que a tradução seja fidedigna a original, mas tratando-se de um processo realizado por humanos, por muitas vezes, a interferência é inevitável, isso por conta da sua bagagem cognitiva que molda o seu

processo de interpretação. Além disso, cabe refletir que ao ler algo o tradutor não está em contato direto com o autor original, ou seja, as ações corporais como o tom de voz podem mudar a significação que o autor original gostaria de retratar, por exemplo.

Rohit *et al.* (2018) apresentam uma arquitetura completa de Sistema de Recomendação (RS) dentro do contexto do *e-commerce.* O RS é baseado em análise de conteúdo e é composto do *five-dimensional human cognitive system* (HCS), uso da *natural language processing* e um mecanismo de busca de texto completo denominado como SOLR.

A Intencionalidade é vista como uma das cinco (5) extrações de dimensões, sendo as outras: a temporalidade, a espacialidade, o protagonista e a atividade. Ela representa a "intenção do protagonista ou seu objetivo no futuro próximo" (Rohit *et al.,* 2018, p. 3). Dessa forma, a proposta é que o RS forneça mais do que sugestões genéricas e possa compreender e atender necessidades cognitivas específicas dos sujeitos, visando um maior e melhor aproveitamento do conteúdo recomendado.

Encerrando os diálogos com os textos resultantes do levantamento sobre a extração da Intencionalidade no que se refere às intenções, o estudo de Lyu *et al.* (2022) se refere à mineração de dados jurídicos para uma análise automática de textos dentro desse domínio. Para isso, eles usam técnicas advindas da Inteligência Artificial, como o processamento de linguagem natural (PLN) apoiada em métodos ligados a *Deep Reinforcement Learning* (DRL) que se trata de uma aprendizagem de reforço profundo baseada em redes neurais.

No campo do Direito há um peso nos níveis de intenção (ação consciente e inconsciente) podem ser levadas em consideração no ato do julgamento de um crime. Nesse contexto, no texto de Lyu *et al.* (2022), os autores buscam por meio das técnicas apresentar a proposta de um *software* denominado *Criminal Element Extraction Network* (CEEN), baseados em quatro tipos de elementos criminosos discriminativos, sendo eles: o (1) criminoso, o (2) alvo, a (3) intencionalidade e o (4) comportamento criminoso.

> (1) O *criminoso* é a pessoa ou organização que viola a lei e deve assumir a responsabilidade criminal. (2) O *alvo* do crime representa uma pessoa ou coisa à qual a infração é dirigida. **(3) A *intencionalidade* refere-se ao facto de um crime ser cometido intencionalmente ou por negligência**. (4) O *comportamento criminoso* é o ato pelo qual um criminoso viola as disposições da lei penal (Lyu *et al*., 2022, p. 4, tradução nossa, grifo do autor, grifo nosso).

Nota-se que colocaram a Intencionalidade como um elemento e critério para analisar os níveis de gravidade do crime. Essa coleta mais uma vez é realizada por meio da perspectiva

textual. As máquinas são programadas para aprender a coletar dados sobre crimes que foram registrados nos sistemas jurídicos como intencionais ou não. Além disso, os autores afirmam que o *software* pode contribuir com os resultados do julgamento.

Nesse sentido, é importante que o aprendizado da máquina siga os princípios da ética e da moral, evitando o que os estudos chamam de algoritmos enviesados, que são aqueles que apresentam uma "falsa aparência de neutralidade matemática" (Chaves Júnior; Guasque; Padua, 2023, p. 9). Os sistemas jurídicos, por exemplo, podem correr o risco de alimentar dados por meio de técnicas como *Machine Learning* (ML) ou *Deep Learning* (DP), que se referem à capacidade das máquinas de aprender com os dados para identificar tendências e padrões e prever o futuro em diferentes eventos, estando assim suscetíveis a armazenar dados no sistema que são "portadores de preconceitos e discriminações" (Chaves Júnior; Guasque; Padua, 2023, p. 9). Assim:

> vieses algorítmicos ocorrem quando o algoritmo adquire e reflete os valores humanos, os mesmos desvios culturais que estão implícitos nos **dados que são utilizados para treinamento do modelo**. E isso acaba por enviesar o resultado final que é obtido (Chaves Júnior; Guasque; Padua, 2023, p. 10, grifo nosso).

Dessa forma, quando pensamos nessa perspectiva do treinamento do modelo tecnológico devemos entender que o processo informacional é composto pelas manifestações de Intencionalidade (humana e tecnológica), ou seja, a mediação humana irá interferir diretamente na mediação tecnológica no processo de aprendizagem de máquina e, posteriormente, essa mediação tecnológica irá interferir em novos processos em que se relacionam humanos e máquinas, sempre será um processo cíclico que poderá trazer impactos positivos e/ou negativos na sociedade.

Diante do exposto até aqui, entendemos que as intenções advindas da Intencionalidade dos sujeitos informacionais são fatores que resultam sinais fisiológicos e não fisiológicos que podem ser mapeados por diferentes abordagens, sejam elas teóricas, técnicas ou tecnológicas. Searle (2002) afirmou a relação inseparável da ação e da intenção, ainda que intenções fossem apenas algumas das formas de Intencionalidade. Há muitas nuances nas discussões sobre a relação da ação e intenção dos sujeitos, entretanto, o que se entende é que os processos neurofisiológicos e a consciência podem resultar em reações como as percepções, as emoções, as sensações, os pensamentos, a dor etc. (Searle, 1997).

Apresentadas algumas opções de tecnológicas para a coleta das intenções dos sinais fisiológicos, o Quadro 13 apresenta técnicas que irão contribuir no que se refere aos aspectos não fisiológicos dos sujeitos informacionais.

Os autores Barros, Camossi, Vidotti e Rodas (2024) reúnem em seu estudo no campo da CI técnicas de pesquisa que contribuem com pesquisas em *User Experience (UX)*. Vale ressaltar que a UX ou a Experiência do Usuário foi apresentada nesta tese como parte dos componentes das reflexões teóricas sobre a Intencionalidade e a CI, dessa forma, essa abordagem aplicada do estudo e UX pode ser adequada à proposta da Intencionalidade Informacional.

Quadro 13: As principais técnicas de coleta de dados em pesquisas de UX

Método	Descrição	Vantagens	Limitações e Considerações Éticas
Análise de Tarefas	Observação e registro das atividades do usuário durante a realização de tarefas específicas.	Identifica problemas de Usabilidade e fluxos de trabalho eficientes.	Requer participantes experientes e pode gerar artificialidade.
Classificação de Cartões (*Card Sorting*)	Os participantes agrupam e organizam cartões com informações para revelar padrões de organização mental.	Permite a organização e compreensão das informações do usuário.	Dependente da interpretação do pesquisador e pode ser demorado.
Entrevistas	Conversas estruturadas ou semiestruturadas com os usuários para coletar informações sobre suas experiências e percepções.	Permite obter informações detalhadas e em profundidade dos usuários.	Pode sofrer influência de viés de resposta e requer tempo e recursos.
Rastreamento ocular *(Eye Tracking)*	Utilização de tecnologia para rastrear e registrar os movimentos oculares do usuário durante a interação com um sistema ou interface.	Fornece *insights* sobre a atenção visual e padrões de leitura.	Requer equipamentos específicos e pode gerar desconforto nos participantes.
Grupo Focal	Discussões em grupo com participantes selecionados para explorar opiniões, experiências e percepções sobre um tópico específico.	Facilita a obtenção de diferentes perspectivas e interações sociais.	Pode haver influência de dinâmicas de grupo e não representa a opinião de todos os usuários.
Protocolo verbal	Solicita aos usuários que expressem seus pensamentos e ações em voz alta enquanto realizam uma tarefa.	Permite compreender o processo de tomada de decisão do usuário.	Depende da capacidade do usuário expressar seus pensamentos verbalmente.
Questionário	Conjunto de perguntas	Permite coletar	Pode ser limitado em

Método	Descrição	Vantagens	Limitações e Considerações Éticas
	estruturadas para coletar informações sobre a experiência do usuário.	dados quantitativos e obter uma visão geral.	termos de profundidade de informações e qualidade das respostas.
Teste de Usabilidade	Avaliação da usabilidade de um sistema ou interface por meio da observação direta do comportamento do usuário e através das heurísticas.	Identifica problemas de Usabilidade e valida soluções propostas.	Requer planejamento cuidadoso e pode gerar influência do pesquisador.
Análise de Redes Sociais	Coleta e análise de dados das interações sociais dos usuários em plataformas de redes sociais.	Identifica padrões de interação social e comportamentos de usuários.	Requer acesso aos dados das redes sociais e considerações de privacidade.
Netnografia	Estudo da cultura e comportamento online por meio da observação e análise de comunidades virtuais.	Permite estudar comportamentos e interações em comunidades online.	Requer análise ética dos dados coletados e consideração da privacidade dos participantes.

Fonte: Adaptado de Barros, Camossi, Vidotti e Rodas (2024).

A tecnologia de *eye-tracking* está destacada, pois já foi apresentada como uma opção de tecnologia a qual posteriormente será categorizada (Figura 15) na Intencionalidade tecnológica. O *eye-tracking* é um bom exemplo do que ocorre na junção das Intencionalidades (humana e tecnológica), pois é uma tecnologia (*hardware* e *software*) cuja pesquisas são conduzidas por humanos e realizadas em humanos, mas a análise dos dados é gerada pela máquina. Consequentemente, a interpretação dessas análises é materializada pelas interpretações dos humanos sob aqueles dados.

O estudo de Sanchez (2018) utilizou o *eye-tracking* e técnicas de verbalização, como as entrevistas e o protocolo verbal. Sanchez (2018) identificou nas posturas dos participantes divergências entre a fala estabelecida pelo protocolo verbal e a ação do sujeito ao realizar a tarefa de pesquisa, assim, o *eye-tracking* coletou o que de fato aconteceu durante a interação enquanto o sujeito relatou o oposto.

Vale ressaltar que a técnica de protocolo verbal é adequada para esse tipo de pesquisa, mas pode trazer desconforto aos participantes mais tímidos, por exemplo. E essa timidez ao realizar as tarefas pode alterar os resultados de pesquisa. Por conta de situações como essa é

que se defende a ideia de que a Intencionalidade Informacional deve estar apoiada por mais de duas técnicas e/ou tecnologias.

Dando continuidade as discussões com o *eye-tracking,* Barros, Camossi, Vidotti e Rodas. (2024, p. 20) relatam que:

> O uso de tecnologias como *eye tracking* e sensores biométricos amplia as possibilidades de entender as **reações sutis e não verbalizadas dos usuários**, oferecendo uma camada adicional de dados que captura a verdadeira essência da experiência do usuário. Essas inovações tecnológicas não apenas agilizam o processo de coleta e análise de dados, mas também abrem novos caminhos para **explorar a complexidade da experiência humana** com sistemas de informação (Barros; Camossi; Vidotti; Rodas, 2024, p. 20, grifo nosso).

As técnicas apresentadas no Quadro 13, como os Testes de Usabilidade, a Análise de Redes Sociais e a Netnografia, por exemplo, podem estar apoiadas em algumas tecnologias para a execução da pesquisa ou para a análise dos dados diante dos padrões de comportamento do sujeito. Essas tecnologias podem trazer qualidade e agilidade na execução dos estudos.

Dentre as opções, temos a Análise de *Log* que, segundo a Amazon Web Services (AWS, s. d.), “envolve pesquisar, analisar e visualizar dados de máquina gerados por sistemas de TI e infraestrutura de tecnologia para obter insights operacionais”. Essa interação do sujeito com os Sistemas de Recuperação da Informação (SRI) possui “potencialidades de nos fornecer um panorama de uso de determinada base de dados proporcionando a geração de estatísticas, e observação de aspectos do comportamento de busca dos usuários” (Rosa, Laipelt, Monteiro-Krebs, 2021, p. 7).

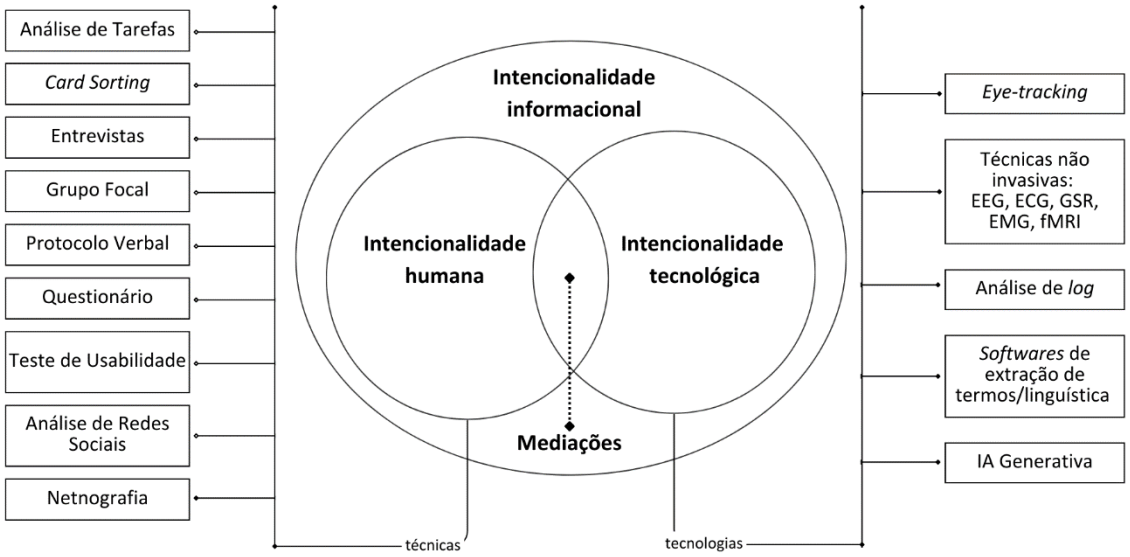
Dito isto, trazendo para o contexto da Intencionalidade Informacional entende-se as técnicas e tecnologias apresentados ao longo da seção podem ser categorizadas nas perspectivas da Intencionalidade humana e da Intencionalidade tecnológica. Vale ressaltar que na perspectiva do conceito de Intencionalidade Informacional elas estão imbricadas e vão funcionar sempre na ideia de conexão/mediação, pois há uma relação de interferência humana/tecnológica nos processos informacionais. Interferência no sentido de construção, pois as tecnologias moldam as ações dos seres humanos e esses moldam as funcionalidades das tecnologias.

Sendo assim, a organização das técnicas e tecnológicas apresentadas na Figura 15 foi realizada a partir da seguinte perspectiva:

1) As técnicas majoritariamente realizadas por humanos, tanto na pesquisa, quanto na análise, estão relacionadas à Intencionalidade humana. Essas ações manifestam as Intencionalidades dos sujeitos informacionais e institucionais;

2) As tecnologias (*hardwares*/*softwares)* que fazem a coleta e mapeamento automatizados das características dos sujeitos informacionais estão relacionadas à Intencionalidade tecnológica. Essas tecnologias representam as mediações tecnológicas que podem aprimorar a capacidade e a agilidade da análise das intenções.

Figura 15: Exemplos de técnicas e tecnologias relacionadas à Intencionalidade humana e tecnológica



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Na Figura 15, foram agrupadas as tendências e/ou exemplos do mesmo seguimento. Isso porque entende-se que há inúmeras variações desses tipos de *hardwares* e *softwares* no mercado e na comunidade científica, assim, cabe ao pesquisador adaptar quais as opções mais adequadas para sua realidade, que são os casos dos *softwares* relacionados à extração de termos, bem como as tecnologias denominadas como não invasivas.

Das pesquisas apresentadas no Quadro 13 e no atual cenário que envolvem as mudanças em Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) destaca-se as inovações apresentadas a partir das técnicas e tecnologias relacionadas à Inteligência Artificial (IA) e que ainda não foram mencionadas nesse texto.

O processamento de linguagem natural e o *machine learning*, por exemplo, são tecnologias vistas como aliadas para enriquecer o aprendizado de máquinas.

> Para a IA é necessário antes a existência de uma gama de dados aliados a algoritmos inteligentes para trabalharem dados de forma especializada em uma determinada área, a fim de produzir previsões, interpretação e resolução de problemas, ou seja, para se ter IA é preciso que tenha prioritariamente algoritmos e o seu aprimoramento com o tempo (Pinheiro; Oliveira, 2022, p. 953).

Nesse sentido, dentre os tipos de IA, a Inteligência Artificial Generativa está ganhando cada vez mais espaço, especialmente, após o surgimento do ChatGPT *(Generative Pretrained Transformer)*. Esse tipo de IA é "capaz de gerar textos, imagens, áudios e os mais diversos tipos de conteúdo, a partir da realização do treinamento utilizando conjuntos de dados existentes, de acordo com o domínio da aplicação" (Coneglian, Torino, Santarém, Vidotti, 2023, p. 1).

O estudo de Coneglian, Torino, Santarém e Vidotti (2023) aborda a IA Generativa dentro do contexto da CI, destacando sua contribuição nos estudos de Recuperação da Informação e Arquitetura da Informação. No que condiz a Recuperação da Informação, a IA Generativa amplia as formas como os usuários podem interagir com os sistemas e apresenta capacidade ampliada no que se refere a compreensão de demandas dos sujeitos em níveis semânticos e contextuais. Os autores entendem que esses recursos permitem:

> que o sistema possa extrair elementos da **intenção do usuário,** ao mesmo tempo que fornece resultados mais relevantes. Um exemplo que demonstra tal questão é a busca por "supermercados com melhores avaliações e preços mais baixos": a IA generativa poderá entender o que o usuário está buscando com mais precisão, ao invés de procurar páginas que contenham essas palavras exatas (Coneglian, Torino, Santarém, Vidotti, 2023, p. 9-10).

No que se refere ao projeto de Arquitetura da Informação, vale ressaltar que as vantagens e tendências implementadas nos Sistema de Recuperação da Informação são intrínsecas ao processo de construção e implementação de um ambiente informacional digital.

No mais, os autores indicam que a IA Generativa no contexto da AI abarca melhorias na acessibilidade por conta da sua habilidade na geração de conteúdo em diferentes formatos (áudio, imagem, texto) realizadas de acordo com as necessidades dos sujeitos, o que pode aprimorar a compreensão, além de agregar nas discussões sobre:

> o sistema de busca e as interfaces dos mecanismos de busca. Isso envolve o **processo de busca, as estratégias de pesquisa, a apresentação dos resultados e a interação dos usuários com os resultados**, sendo que esta última pode atuar de forma a ampliar a possibilidade de treinamento da IA Generativa e, com isso, contribuir com o processo de **Encontrabilidade da Informação,** baseado no perfil do usuário (Coneglian, Torino, Santarém, Vidotti, 2023, p. 13).

Encerrando as abordagens técnicas e tecnológicas, acreditamos que as evoluções tecnológicas permitem enriquecer cada vez mais como ocorre os processos e fluxos informacionais no âmbito digital. Entende-se que as tecnologias (artefatos tecnológicos) sempre fizeram fazer parte da vida dos humanos, entretanto, as constantes evoluções e mudanças nesses suportes em que os dados e informações se propagam tendem a impactar cada vez mais nessa relação (humano-tecnologia), pois trata-se de algo intrínseco.

6.2 Modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional

O modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional é baseado na Intencionalidade humana (Fenomenologia), na Intencionalidade tecnológica (Pós-Fenomenologia) e nas relações teórico-conceituais do campo da Ciência da Informação dentro do contexto do fenômeno informacional.

O objetivo do modelo é apresentar a Intencionalidade Informacional como um contributo que viabiliza o desenvolvimento de pesquisas a partir de seus fundamentos, tanto no âmbito teórico, quanto no aplicado. No último, visa contribuir com os projetos de construção de ambientes informacionais, em especial os digitais, a fim de propiciar a Encontrabilidade da Informação.

Dizer que a Intencionalidade Informacional está no fenômeno informacional significa que não há um método fechado e definido para obter resultados, isso porque o fenômeno concentra-se nas experiências dos sujeitos informacionais no mundo e suas relações com as tecnologias que são vivenciadas de acordo com as particularidades de cada pessoa. O que fica esclarecido nessas relações é que as tecnologias moldam a bagagem cognitiva dos sujeitos, e estas, por sua vez, moldam às tecnologias.

Entendemos que os estudos no campo da CI desenvolvidos a partir da Intencionalidade Informacional ampliam a percepção sobre os sujeitos informacionais e que a condução das pesquisas deve atuar sob uma ótica que considere todo o cenário do projeto, dando atenção aos fatores externos que interferem na construção da bagagem cognitiva dos sujeitos.

Nesse sentido, as experiências vivenciadas ao longo da vida dos sujeitos informacionais e os contextos (familiares, sociais, ambientais, culturais, políticos, tecnológicos etc.) são responsáveis por moldar suas características comportamentais e suas cargas ideológicas. Essas características acarretam as ações da Intencionalidade dos sujeitos informacionais em todos os espaços da sociedade.

Fazendo uma analogia com a fabricação de cerveja e os procedimentos envolvidos nos projetos de construção de ambientes informacionais, nota-se que ambos carregam diferentes experiências e expectativas advindas dos sujeitos informacionais (fabricante da cerveja/sujeito institucional e degustador/sujeito informacional). Nesse sentido, a diferença entre a experiência de se fazer uma cerveja e tomar essa cerveja é completamente diferente. Isso para quem faz a cerveja e para um degustador que toma da mesma cerveja. Quem fez a cerveja tende a ter grandes expectativas sobre ela, o que pode mudar seu sabor. Já o sujeito que toma a cerveja sem toda a expectativa do criador, pode ter uma outra experiência, mesmo que se trate da mesma coisa.

Dessa forma, afirmamos que há subjetividade em ambos os processos e compreender essa subjetividade é uma tarefa complexa. No entanto, ela pode apontar particularidades relevantes para o projeto. Sendo assim, entendemos a subjetividade como um fator substancial das relações dos sujeitos informacionais com as tecnologias no contexto do fenômeno informacional.

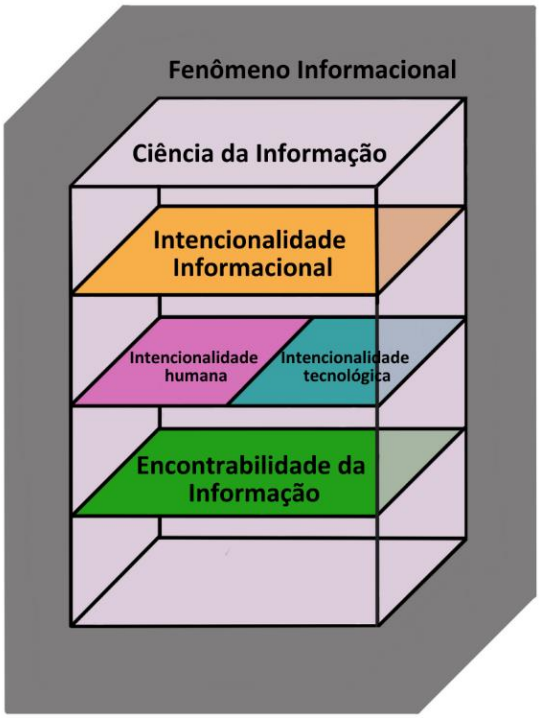
Nesse sentido, o alinhamento entre as experiências e as expectativas podem ser realizadas desde o início do processo. No caso dos projetos relacionados aos ambientes informacionais digitais, o primeiro passo é compreender o papel dos sujeitos informacionais neste panorama, pois não podem ser considerados apenas usuários finais da informação.

O segundo passo é compreender que sujeitos institucionais e sujeitos informacionais aplicam sua Intencionalidade consciente e inconscientemente, dessa forma, incluir os sujeitos informacionais desde o início dos projetos e diversificar os sujeitos institucionais pode potencializar a efetividade do ambiente informacional que será construído tendo em vista o alinhamento das diferentes perspectivas, habilidades, competências e experiências dos sujeitos diante daquele cenário.

O modelo teórico-conceitual proposto para representar a Intencionalidade Informacional apresenta componentes destacados em diferentes cores, pois ajuda na

visualização e leitura da figura, mas não possui significado conceitual. Assim, a Figura 16 apresenta o modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional.

Figura 16: Modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

A leitura do modelo teórico-conceitual **não** deve ser vista de maneira hierárquica ou linear. Embora exista um caminho lógico, o de compreender a proposta da Intencionalidade Informacional como um contributo para os estudos no campo da CI. As relações dentro do contexto do fenômeno informacional, todavia, são cíclicas e dinâmicas. Além disso, as perspectivas dos estudos sobre a Intencionalidade Informacional podem ser exploradas tanto em abordagens teóricas quanto em pesquisas aplicadas.

Assim, a leitura deve começar pelo fenômeno informacional, simbolizado pela sombra ao fundo na cor cinza da forma geométrica. O fenômeno é visto como um efeito predominante nas relações dos sujeitos informacionais e as tecnologias influenciando especialmente os elementos da Intencionalidade Informacional. Inicialmente, esses elementos serão considerados como fatores externos.

Como fatores externos estão: os contextos (sociais, culturais, familiares, políticos, geográficos, tecnológicos etc.), os meios de informação (materialização das informações, tipologias documentais e espaços informacionais) e os tipos de tecnologias (os dispositivos:

hardwares e *softwares*). Afirmamos então que os fatores externos geram os subsídios que compõem a bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais que moldam a Intencionalidade, neste caso, a humana. Nessa perspectiva, a Intencionalidade tecnológica está presente nos fatores externos por meio das mediações tecnológicas.

Dando continuidade à explicação, a forma geométrica na cor lilás opaca representa a Ciência da Informação. Ela simboliza o campo científico ao qual pertence a proposta da Intencionalidade Informacional, fundamentando o *corpus* teórico e as abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas exploradas nesta tese.

Dito isso, o modelo é composto ainda por três camadas. A primeira camada na cor laranja é a Intencionalidade Informacional. A camada do meio divide-se entre a Intencionalidade humana na cor roxa e a Intencionalidade tecnológica na cor azul. Ao final, está a camada da Encontrabilidade da Informação na cor verde.

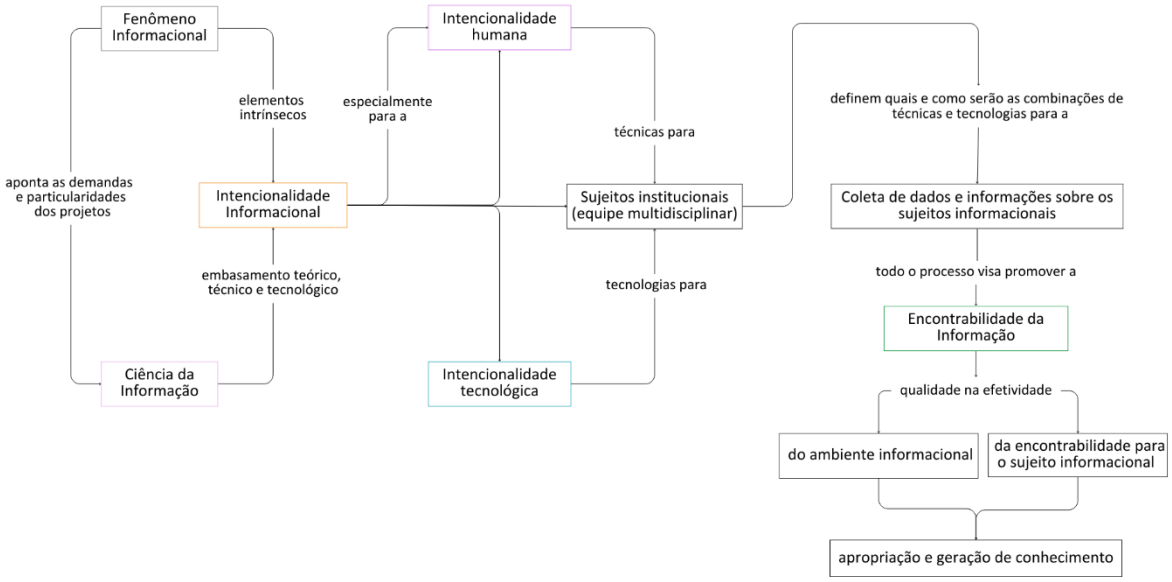
As Intencionalidades humana e tecnológica têm origem no campo da Filosofia e apresentam fundamentos que podem ser aplicados ao campo da Ciência da Informação. Elas estão posicionadas entre a Intencionalidade Informacional e a Encontrabilidade da Informação, pois em relação à primeira, a junção delas formalizam a adaptação dos estudos filosóficos para o campo da CI. Em relação à segunda, estão relacionadas ao conceito de Encontrabilidade da Informação tanto na abordagem teórica, quanto operacional.

Dessa forma, diante do modelo teórico-conceitual entendemos que a princípio a Intencionalidade Informacional é um contributo central nos estudos sobre os sujeitos informacionais e as tecnologias no campo da Ciência da Informação que integra as abordagens da Fenomenologia e Pós-Fenomenologia e que ao final promove a efetividade da Encontrabilidade da Informação, melhorando a qualidade dos ambientes informacionais e atendendo às necessidades e lacunas informacionais dos sujeitos para a geração de novos conhecimentos.

As explicações até aqui exploraram os vieses teóricos nos estudos da Intencionalidade Informacional. Entretanto, como mencionado, acreditamos que, mesmo diante da complexidade trazida por esses vieses, é viável abordar a Intencionalidade Informacional em um contexto voltado para pesquisas aplicadas, ou seja, direcionadas à elaboração de projetos de ambientes informacionais. Vale mencionar que nesta perspectiva aplicada são consideradas as abordagens teóricas, embora algumas discussões não sejam retomadas, intrinsicamente elas são parte desse tipo de estudo.

Dessa forma, a Figura 17 representa as ações e fluxos informacionais relacionadas aos projetos e pesquisas aplicadas idealizadas a partir da concepção da Intencionalidade Informacional.

Figura 17: Fluxograma direcionado aos estudos da Intencionalidade Informacional em pesquisas aplicadas



Fonte: Elaborada pela autora (2024).

Nesse sentido, a primeira etapa de uma pesquisa aplicada, de acordo com a Intencionalidade Informacional, seria levar em consideração adotar uma equipe multidisciplinar para o desenvolvimento do trabalho. Acreditamos que a diversidade entre os sujeitos institucionais que participam do processo pode enriquecer a experiência e potencializar diretamente as funcionalidades dos ambientes informacionais. As diferentes perspectivas apresentadas pela Intencionalidade dos sujeitos institucionais sobre um mesmo assunto podem ajudar a minimizar possíveis escolhas tendenciosas e parciais e agregar conhecimentos distintos sobre um mesmo conteúdo.

No mesmo contexto, é crucial utilizar e combinar duas ou mais técnicas e tecnologias para mapear e coletar a Intencionalidade dos sujeitos informacionais. Essa intersecção pode representar de forma mais fidedigna a verdadeira intenção do sujeito em uma determinada situação, pois permite obter um volume maior de dados e informações relacionadas às suas reações, tanto fisiológicas, quanto não fisiológicas, tendo em vista que os sujeitos podem inibir

informações durante a coleta por uma série de fatores, sejam eles relacionados ao espaço ou às suas emoções e sentimentos.

Além disso, enfatizamos a necessidade do sujeito informacional ser incluído desde o início da elaboração do projeto de ambientes informacionais, pois as chances de sucesso podem ser maiores diante dos diferentes pontos de vista apresentados pelos sujeitos que irão posteriormente fazer uso do que está sendo implementado.

No mais, apoiando a pesquisa aplicada diante da representação do modelo teórico-conceitual da Intencionalidade Informacional é possível atribuir etapas às divisões das camadas apresentadas, especialmente ao centro da forma geométrica. No entanto, é importante identificar a leitura do fenômeno informacional e da Ciência da Informação nesta perspectiva.

Assim, o fenômeno informacional é o cenário onde são investigadas as demandas do público-alvo, as particularidades e necessidades informacionais e tecnológicas relevantes os contextos de pesquisa. Neste caso, os fatores externos devem ser considerados como elementos intrínsecos à Intencionalidade Informacional, enquanto o fenômeno informacional representa uma etapa crucial na identificação das demandas relevantes para a execução do projeto.

A Ciência da Informação se apresenta como um suporte teórico e metodológico a qual os estudos como a Representação da Informação, a Mediação da Informação, o Comportamento Informacional, a Competência da Informação, a Experiência do Usuário e a Encontrabilidade da Informação estão integrados à Intencionalidade Informacional. No qual cada um desses estudos apresenta especificidades que contribuem para aprimorar as etapas de execução do projeto a partir da concepção.

Nesse contexto, diante da junção das Intencionalidades (humana e tecnológica) que formaliza a Intencionalidade Informacional, nesta perspectiva ela é vista como o fundamento que irá auxiliar na coleta de dados e informações sobre a Intencionalidade dos sujeitos informacionais, se apoiando nas técnicas e tecnologias existentes e que melhor se adequam a proposta.

A Encontrabilidade da Informação, ainda que parte das relações teóricas dos estudos da CI, ganha destaque como uma das camadas, isso porque entendemos que a EI pode ser considerada como um conceito prova, o qual demonstra que os estudos com a

Intencionalidade Informacional podem potencializar a relação dos sujeitos informacionais com as tecnologias na perspectiva dos estudos aplicados.

Nos termos da temática da Intencionalidade, a Encontrabilidade da Informação é considerada o atendimento das condições de satisfação do conceito da Intencionalidade Informacional, viabilizando a qualidade dos ambientes informacionais e a encontrabilidade e apropriação da informação.

Por tudo isso, acreditamos na necessidade de os estudos com sujeitos informacionais partirem da concepção da Intencionalidade Informacional. A junção das Intencionalidades (humana e tecnológica) é algo que está presente no fenômeno informacional, cabe à CI (e diferentes áreas do conhecimento) identificar as demandas de ambos os cenários, analisar as relações e propor diretrizes que tragam impactos cada vez mais positivos para a evolução da sociedade, especialmente no que se refere ao conhecimento.

Desse modo, a concepção da Intencionalidade Informacional pode ser definida como:

A Intencionalidade Informacional é um contributo no campo da Ciência da Informação que estabelece a interseção da Intencionalidade humana e da Intencionalidade tecnológica a partir das mediações. As mediações humanas e tecnológicas materializam os resultados adquiridos entre as relações dos sujeitos informacionais com as tecnologias, bem como as abordagens teóricas, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade Informacional, que viabilizam a Encontrabilidade da Informação para os ambientes informacionais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente tese buscou explorar os conceitos da Intencionalidade humana (Fenomenologia) e da Intencionalidade tecnológica (Pós-Fenomenologia) da Filosofia com o objetivo de aprimorar os estudos sobre os sujeitos informacionais e as suas relações com as tecnologias no campo de estudo da Ciência da Informação.

Nesse sentido, a pesquisa buscou evidenciar a relação de interferência nas mediações humanas e tecnológicas afirmando um papel de protagonismo aos sujeitos informacionais. Interferência essa vista sob uma ótica de transformação, como afirma Roserberger (2020, p. 2) quando diz que “o uso da tecnologia é transformador. Ele transforma as capacidades de um usuário para perceber e agir, e transformar o potencial do mundo para ser percebido ou agido. Ele transforma os usuários em quem eles são e o mundo como ele é”.

Dessa forma, ao explorar as relações teóricas das Intencionalidades (humana e tecnológica) para o campo da CI, foi percebida a escassez de estudos na área e a inexistência dessas abordagens ou de um termo que trabalhassem com elas em conjunto. A partir disso, entendemos a necessidade de trazer os contributos das temáticas a partir de uma nova nomenclatura que se adequasse aos estudos no campo da CI e do fenômeno informacional, sendo ela a concepção da Intencionalidade Informacional.

Por essência, a Intencionalidade Informacional tem uma abordagem filosófica que carrega em seu significado as relações entre a complexidade da bagagem cognitiva dos sujeitos informacionais, as constantes mudanças e evoluções tecnológicas e a enorme quantidade de dados e informações gerados pelos fluxos e ações infocomunicacionais, e é por isso que ela se alinha em diferentes abordagens no campo da Ciência da Informação.

Posto isso, entendemos que a proposta de tese e os objetivos gerais e específicos foram alcançados e apresentados dentro do contexto de cada polo do delineamento metodológico.

No que se refere ao objetivo geral: “investigar as abordagens teórica, técnicas e tecnológicas da Intencionalidade na Ciência da Informação”, entende-se que a proposta foi concluída tendo em vista que a tese aborda as relações da Intencionalidade em diversos âmbitos do campo da CI, como: à Representação da Informação, Mediação da Informação, Comportamento Informacional, Competência em Informação, Experiência do Usuário e Encontrabilidade da Informação.

Consequentemente, o objetivo específico “compreender as relações teóricas da Intencionalidade no campo da Ciência da Informação” também foi atingido, pois em cada uma dessas relações foi possível identificar semelhanças conceituais, além de posicionar a Intencionalidade como um recurso intrínseco em cada uma delas. No entanto, devido à versatilidade e complexidade da temática, acreditamos que essas possibilidades não se esgotam nas relações apresentadas na seção 5 que se refere ao polo teórico e morfológico desta tese.

O objetivo específico “investigar a Intencionalidade no contexto da Fenomenologia e Pós-Fenomenologia” foi atingido e apresentado na seção 3 correspondendo ao polo epistemológico deste estudo. O objetivo é alcançado especialmente porque possibilitou a criação da concepção da Intencionalidade Informacional como um contributo para o campo

da CI. Para além disso, explora as abordagens da temática e conecta as escolas de pensamento ao conceito de EI por meio dos atributos e as mediações humanas e tecnológicas.

O último objetivo específico, "investigar técnicas e tecnologias que favoreçam o mapeamento da Intencionalidade", foi alcançado e apresentado na seção 6, referente às discussões e resultados que pertencem ao polo morfológico. No subcapitulo 6.1.2 são destacados exemplos de técnicas que se relacionam à Intencionalidade humana e tecnologias relacionadas à Intencionalidade tecnológica, que podem contribuir para mapear e coletar dados e informações sobre as características que fazem parte da bagagem cognitiva da Intencionalidade dos sujeitos informacionais e formalizadas nas ações intencionais e não intencionais sinalizadas pelas reações fisiológicas e não fisiológicas do corpo humano.

Vale mencionar que, assim como as abordagens teóricas, entendemos que as possibilidades relacionadas às abordagens técnicas e tecnológicas não estão limitadas aos exemplos mencionados, pois se trata de um contexto em que as atualizações e mudanças são frequentes.

Desse modo, considerando toda a narrativa da pesquisa, entendemos que a Intencionalidade Informacional viabiliza diversas oportunidades de novos estudos no campo da Ciência da Informação e não só nele, tendo em vista sua contextualização no fenômeno informacional e a interdisciplinaridade da temática original.

Assim, estudos que investigam a complexidade e a subjetividade da Intencionalidade humana, bem como as mediações e a não neutralidade das tecnologias, são essenciais e cada vez mais relevantes para resolver problemas do dia a dia ou até mesmo em escalas mundiais. Isso porque, estudos nesses contextos podem impulsionar a geração de novos conhecimentos por meio do acesso, encontro e apropriação de informações de qualidade. O conhecimento ainda é a maior e melhor fonte para combater as ignorâncias e as problemáticas da sociedade.

Portanto, considerando as possibilidades de pesquisas futuras acerca da concepção da Intencionalidade Informacional, a subseção a seguir apresenta uma agenda de pesquisa.

7.1 Agenda de pesquisa sobre a Intencionalidade Informacional

Após as reflexões realizadas sobre a Intencionalidade no campo da Ciência da Informação, entende-se que este estudo pode impulsionar novas hipóteses de pesquisa, tanto na perspectiva teórica/conceitual, quanto na perspectiva aplicada.

Isso porque foi possível apresentar a versatilidade do conceito de Intencionalidade em diferentes nichos. É importante enfatizar que não se esgotam as possibilidades de pesquisa com a Intencionalidade nas escolas de pensamento da Fenomenologia e da Pós-Fenomenologia, em especial, da última. A escassez de trabalhos sobre a Pós-Fenomenologia e a Intencionalidade tecnológica permite explorar inúmeras possibilidades de pesquisas, principalmente, no que se refere às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

Para além do que foi dito sobre a Intencionalidade e/ou da Intencionalidade tecnológica, acredita-se que a criação de uma agenda de pesquisa pode impulsionar e auxiliar novos estudos na área da CI no que se refere a realização das pesquisas a partir da Intencionalidade Informacional, buscando consolidar a ideia de que ela deve ser vista como um conceito, elemento ou atributo relevante e fundamental para estudos de diferentes tipos no campo da CI.

Dessa forma, as possibilidades de eixos temáticos para o desenvolvimento de novas pesquisas, são:

a) Estudos epistemológicos sobre a Pós-Fenomenologia na CI;
b) Aprofundamento dos estudos sobre a Intencionalidade tecnológica;
c) Aprofundamento da Intencionalidade ciborgue de Verbeek (2008) no contexto da CI;
d) Pesquisas aplicadas visando o mapeamento da Intencionalidade Informacional a partir do modelo teórico-conceitual;
e) Estudos éticos sobre as Intencionalidades informacional abordando a não neutralidade das mediações humanas e tecnológicas;
f) Discussões teóricas sobre a Inteligência Artificial Forte e Fraca e a Intencionalidade Informacional;
g) Estudos sobre a Intencionalidade Informacional e o uso de técnicas e tecnologias de Inteligência Artificial para ambientes informacionais digitais;
h) A contribuição da Intencionalidade Informacional na construção, implementação e avaliação de ecologias informacionais;
i) Relações da Intencionalidade Informacional com os estudos de Serendipidade no contexto da CI;
j) Impacto dos estudos de Intencionalidade para a *Web* Pragmática.

Contudo, almejamos que a concepção da Intencionalidade Informacional possa efetivamente enriquecer os estudos no campo da Ciência da Informação, principalmente no que diz respeito aos estudos sobre os sujeitos informacionais e as suas tecnologias no contexto do fenômeno informacional.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, C. B de. The specificity of language in psychoanalysis. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 19, p. 279-294, 2016. Disponível em: https://www.scielo.br/j/agora/a/9y9f8Z3jpC4fgBxBWSMwXHJ/?lang=en. Acesso em: 19 set. 2021.

ALVES, A. J. A "revisão da bibliografia" em teses e dissertações: meus tipos inesquecíveis. **Cadernos de pesquisa**, n. 81, p. 53-60, 1992. Disponível em: http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/990. Acesso em: 21 ago. 2020.

ALVES, E. C; AQUINO, M. A. A pesquisa qualitativa: origens, desenvolvimento e utilização nas dissertações do PPGCI/UFPB-2008 a 2012. **Informação & Sociedade**, v. 22, 2012. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/6ab1bacf0b58fb876dd550ecd04dea0d/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2030753. Acesso em: 12 ago. 2020.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação e múltiplas linguagens. **Tendências da pesquisa brasileira em ciência da informação**, v. 2, n. 1, 2009. Disponível em: https://revistas.ancib.org/index.php/tpbci/article/view/170. Acesso em: 18 maio 2022.

ALMEIDA JÚNIOR, O. F. de. Mediação da informação: um conceito atualizado. *In*: BORTOLIN, S.; SANTOS NETO, J. A.; SILVA, R. J. (org.). **Mediação oral da informação e da leitura.** Londrina: ABECIN, 2015a. p. 9-32.

ARAÚJO, C. A. A. Abordagem interacionista de estudos de usuários da informação. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 4, n. 2, p. 2-32, set. 2010. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/3856. Acesso em: 05 maio. 2023.

ARNAO, M. A distinção entre representação de palavra e representação de coisa na obra freudiana: mudanças teóricas e desdobramentos filosóficos. **Ágora: Estudos em Teoria Psicanalítica**, v. 11, n. 2, p. 187-201, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S1516-14982008000200002. Acesso em: 19 set. 2021.

ASANZA, V; PELAEZ, E; LOAYZA, F. EEG signal clustering for motor and imaginary motor tasks on hands and feet. *In:* 2017 IEEE Second Ecuador Technical Chapters Meeting (ETCM), 2017. **Anais [...]** Salinas, Equador, p. 1-5, 2017. Disponível em: https://doi.org/10.1109/ETCM.2017.8247451. Acesso em: 3 abr. 2024.

AYDIN, C. Autoformação orientada para o mundo como sublimação: ou por que a pós-fenomenologia precisa do pragmatismo peirciano. **Cognitio: Revista de Filosofia**, v. 19, n. 2, p. 204–219, 2018. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/index.php/cognitiofilosofia/article/view/40873. Acesso em: 25 maio 2023.

BARRETT, L. F *et al.* **The experience of emotion.** Annual Review of Psychology, v. 58, p. 373-403, 2007.

BARROS, S. E. T.; CAMOSSI, G.; VIDOTTI, S. A. B. G.; RODAS, C. M. Técnicas de Coleta de Dados em Pesquisas de User Experience (UX) no Contexto da Ciência da Informação. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, SP, v. 18, p. 1-24. 2024. DOI: 10.36311/1981-1640.2024.v18.e024012. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/15402. Acesso em: 30 abr. 2024.

BELLUZZO, R. C. B.; FERES, G. G. **Competência em informação:** de reflexões às lições aprendidas. São Paulo: FEBAB, 2013. Disponível em: https://portolivre.fiocruz.br/compet%C3%AAncia-em-informa%C3%A7%C3%A3o-de-reflex%C3%B5es-%C3%A0s-li%C3%A7%C3%B5es-aprendidas. Acesso em: 23 jul. 2024.

BEZERRA, A. C; BELONI, A. Os sentidos da "crítica" nos estudos de competência em informação. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 25, n. 2, p. 208–228, 2019. DOI: 10.19132/1808-5245252.208-228. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/82243. Acesso em: 30 ago. 2023.

BEZERRA, M. M; LIMA, E. C; BRITO, F. W. C; SANTOS, A. C. B dos. Geração Z: relações de uma geração hipertecnológica e o mundo do trabalho. **Revista Gestão em Análise**, Fortaleza, v. 8, n. 1, p. 136–149, 2019. DOI: 10.12662/2359-618xregea.v8i1.p136-149.2019. Disponível em: https://periodicos.unichristus.edu.br/gestao/article/view/2009. Acesso em: 30 maio 2024.

BITTENCOURT, L. C. Interferências e Intencionalidades na relação homem objeto em seu território uma análise transdisciplinar. **Logeion: filosofia da informação**, v. 6, n. 2, p. 115-131, 2020. Disponível em: 10.21728/logeion.2020v6n2.p115-131**.** Acesso em: 12 maio 2023.

BORKO, H. Information science: what is it?. **American documentation,** v. 19, n. 1, p. 3-5, 1968. Disponível em: https://doi.org/10.1002/asi.5090190103. Acesso em: 13 maio 2024.

BRAGA, K. S. Aspectos relevantes para a seleção de metodologia adequada à pesquisa social em Ciência da Informação. *In:* MUELLER, Suzana Pinheiro Machado (org.). **Métodos para pesquisa em Ciência da Informação. Brasília:** Thesaurus, 2007. p. 17-38. (Série Ciência da Informação e da Comunicação).

BRENTANO, F. **Psychologie vom Empirischen Standpunkt**. Erster Band. Leipzig: Verlag von Duncker & Humblot, 1874.

BRINER, R. B.; DENYER, D. Systematic review and evidence synthesis as a practice and scholarship tool. **Handbook of evidence-based management: Companies, classrooms and research,** p. 112-129, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2Qmfq22. Acesso em: 18 ago. 2020.

BRITO, J. F. **Ecologia informacional complexa em museus:** tessituras teóricas e proposta de modelo. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/243663. Acesso em: 17 maio 2023.

BUDD, J. M. An Epistemological Foundation for Library and Information Science. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, v. 65, n. 3, p. 295–318, 1995. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/4309044. Acesso em: 15 maio 2023.

BUDD, J. M. Phenomenology and information studies. **Journal of Documentation**, v. 61, n. 1, p. 44-59, 2005. DOI: 10.1108/00220410510578005. Acesso em: 12 maio. 2023.

BUDD, J. M; HILL, H; SHANNON, B. Inquiring into the real: a realist phenomenological approach. **The Library Quarterly***,* v. 80, n. 3, 2010. Disponível em: https://doi.org/10.1086/652876. Acesso em: 12 maio 2023.

BUDD, J. M. A reply to Lingard. **Journal of Documentation**, v. 69, n. 4, pp. 500-506, 2013. https://doi.org/10.1108/JD-09-2012-0114. Acesso em: 12 maio 2023.

CAMPOS, M. The Progressive Construction of Communication: Toward a Model of Cognitive Networked Communication and Knowledge Communities. **Canadian Journal of Communication,** v. 28, n. 3, p. 291-322, 2003. Disponível em: https://doi.org/10.22230/cjc.2003v28n3a1373. Acesso em: 3 abr. 2024.

COELHO, K. C; ALMEIDA, M, B. Atos dos documentos e sua natureza teórico-filosófica. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, v. 11, n. 3, 2017. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjis/article/view/6887. Acesso em: 12 maio 2023.

CARMO, R; ARAÚJO, C. A. Á. Sujeito informacional, conceito em emergência: uma revisão teórico-conceitual de periódicos Ibero-Americanos. **Informação & Sociedade,** João Pessoa, v. 30, n. 1, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.1809-4783.2020v30n1.43934. Acesso em: 13 maio 2024.

CARVALHO, H. B. A de. Hans Jonas and the empirical turn of the philosophy of technology: notes on a dialogue with post-phenomenology. **Unisinos Journal of Philosophy**, v. 21, n. 1, p. 56-71, 2020. Disponível em: https://revistas.unisinos.br/index.php/filosofia/article/view/fsu.2020.211.06/60747687. Acesso em: 25 maio. 2023.

CARVALHO, J. M. Searle e os desafios da inteligência artificial (IA) forte. **Revista de Filosofia Reflexões**, v. 2021, n. 18, p. 1, 2021. Disponível em: https://revistareflexoes.com.br/wp-content/uploads/2021/03/1.2-NB-Joelma-Carvalho_Publica%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

CAPUTO, F; FIANO, F; FARINA BRIAMONTE, M; SORRENTINO, M. Born brothers, born global: multiple faces of the internationalization path. **Journal of Knowledge Management,** v. 26, n. 9, pp. 2395-2415., 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1108/JKM-04-2021-0295. Acesso em: 20 maio 2023.

CASTRO, F. F. de. **Padrões de representação e descrição de recursos informacionais em bibliotecas digitais na perspectiva da ciência da informação***:* uma abordagem do MarcOnt initiative na era da web semântica. 2008. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Marília, 2008. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/93689. Acesso em: 05 set. 2021.

CASE, D. **Looking for information:** A survey of research on information seeking, needs, and behavior. 3 ed. Bingley: Emerald Publishing Group. 2012.

CERRÃO, N. G; CASTRO, F. F. JESUS, A. F. O método de Revisão Sistemática da Literatura (RS) na área da Ciência da Informação no Brasil: análise de dados de pesquisa. **Informação & Tecnologia,** v. 5, n1, Ed. Especial – I CDMWS, 2018. Disponível em: https://doi.org/10.22478/ufpb.2358-3908.2018v5n1.38083. Acesso em: 22 ago. 2020.

CHAUMETTE, Y. Modeling intentionality as an opening to the world. *In:* Sixth International Conference on Research Challenges in Information Science (RCIS), 2012. **Anais [...]** Valencia, Spain, 2012, pp. 1-6. DOI: 10.1109/RCIS.2012.6240452. Acesso em: 12 Maio 2023.

CHAVES JÚNIOR, A; GUASQUE, B; PADUA, T. S. A. Segregação racial e vieses algorítmicos: máquinas racistas no âmbito do controle penal. **Revista Brasileira de Direito,** v. 19, n. 2, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18256/2238-0604.2023.v19i2.4768. Acesso em: 29 abril 2024.

CREMASCO, M. V. F. Algumas contribuições de Merleau-Ponty para a Psicologia em Fenomenologia da percepção. **Rev. abordagem gestalt**., Goiânia, v. 15, n. 1, p. 51-54, jun. 2009. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672009000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 18 maio 2023.

CHOO, C. W. **A Organização do Conhecimento**: como as organizações usam a informação para criar significado, construir conhecimento e tomar decisões. São Paulo: Editora Senac, 2003.

DAOLIO, J.; RIGONI, A. C. C.; ROBLE, O. J. Corporeidade: o legado de Marcel Mauss e Maurice Merleau-Ponty. **Pro-Posições,** Campinas, v. 23, n. 3 (69), p. 179-193, set./dez. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0103-73072012000300011. Acesso em: 18 maio 2023.

DE ABREU SIQUEIRA, A. C. O cuidado em Heidegger como aprofundamento da Intencionalidade husserliana. **Sofia,** Espírito Santo, Brasil, v. 8, n. 2, p. 158–175, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufes.br/sofia/article/view/26529. Acesso em: 18 maio. 2023.

DE BRUYNE, P de; HERMAN, J; DE SCHOUTHEETE, M. **Dinâmica da pesquisa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1977.

DENNETT, D. **The intentional stance.** Cambridge: MIT Press, 1987.

DENNETT, D. The illusion of consciousness. **TED,** 2003. Disponível em: https://www.ted.com/talks/dan_dennett_the_illusion_of_consciousness?. Acesso em: 12 maio 2024.

DHILLON, G. S; CALDEIRA, M; WENGER, M. R. Intentionality and power interplay in IS implementation: The case of an asset management firm. **The Journal of Strategic Information Systems**, v. 20, n. 4, p. 438-448, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.jsis.2011.09.003. Acesso em: 12 maio 2023.

FEITOSA, A. C. O.; MIRANDA, M. K. F. O. Neodocumentação e humanidades digitais: o podcast CImplifica no cenário contemporâneo de informação. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação,** v. 17, p. 1-26, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/168792. Acesso em: 12 maio 2023.

FERREIRA, A. M. J. F. C. **Contribuições da experiência do usuário para a arquitetura da informação**. 165 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/157487. Acesso em: 25 ago. 2021.

FIGUEIREDO, M. F. Pós-fenomenologia e ciência da informação: aportes epistêmicos para acesso ao conhecimento. **InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação**, v. 3 n. 1, n. 1, p. 21-35, 2012. Disponível em: 10.11606/issn.2178-2075.v3i1p21-35. Acesso em: 25 maio 2023.

FISHER, K. E; ERDELEZ, S; MCKECHNIE, L. **Theories of information behavior**. Medford: Information Today Inc, 2006.
FORD, N. **Introduction to information behaviour.** Facet Publishing, 2015.

GANDRA, T. K; SIRIHAL DUARTE, A. B. Usuários da informação sob a perspectiva fenomenológica: revisão de literatura e proposta de postura metodológica de pesquisa. **Informação & Sociedade,** v. 22, n. 3, 2012. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ies/article/view/10861. Acesso em: 16 jul. 2023.

GASQUE, K. C. G. D. Reflexão sobre os termos comportamento informacional e prática informacional. **Transinformação,** v. 34, 2022. Disponível em: https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6875. Acesso em: 14 jul. 2023.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

GRACIOSO, L. S. A concepção wittgensteiniana de Intencionalidade e seus reflexos nos estudos da Informação. *In*: ROJAS, M. Á. R. (org.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental**. México: UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. p. 137-156. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 25 jul. 2023.

GIULIANA, G; MARIO, M; YASSIN, J. A quality parameter for the detection of the intentionality of movement in patients with neurological tremor performing a finger-to-nose

test. *In:* Annual International Conference of the IEEE Engineering in Medicine and Biology Society, 2011, Boston. **Anais [...]** Boston, MA, p. 7707-7710, 2011. Disponível em: https://doi.org/10.1109/IEMBS.2011.6091899. Acesso em: 3 abr. 2024.

GOMES, H. F**.** PROTAGONISMO SOCIAL E MEDIAÇÃO DA INFORMAÇÃO**. Logeion: Filosofia da Informação,** Rio de Janeiro, RJ, v. 5, n. 2, p. 10–21, 2019. DOI: 10.21728/logeion.2019v5n2.p10-21. Disponível em: https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4644.. Acesso em: 1 jun. 2024.

GUO, Y; HUA, N; SHAO, Z. An Algorithm for Detection of Cognitive Intentionality in Text Analysis. *In*: International Conference on Information Technology and Computer Science (IEEE), 2009, Kiev. **Anais [...]** Kiev, Ucrânia, p. 176-179, 2009. Disponível em: https://doi.org/10.1109/ITCS.2009.176. Acesso em: 3 abr. 2024.

GUO, Y; LI, Y; SHAO, Z. Cognitive intentionality extraction from discourse with pragmatic-tree construction and analysis. **Information Sciences**, v. 214, p. 35-55, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ins.2012.06.002. Acesso em: 3 abr. 2024.

HEIDEGGER, M. **Prolegomena zur Geschichte des Zeitbegriffs.** Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1979.

HUSSERL, E. **A Crise da Humanidade Europeia e a Filosofia**. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

HUSSERL, E. **A ideia da Fenomenologia**. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 2008. 133 p.

HUSSERL, E. **Investigações lógicas:** volume 2: investigações para a fenomenologia e a teoria do conhecimento. Tradução: P. M. S. Alves & C. A. Morujão. Rio de Janeiro, RJ: Forense, 2012.

IBENNE, S. K; SIMEONOVA, B; HARRISON, J; HEPWORTH, M. An integrated model highlighting information literacy and knowledge formation in information behaviour. **Aslib Journal of Information Management**, v. 69, n. 3, p. 316-334, 2017. Disponível em: https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1108/AJIM-09-2016-0148. Acesso em: 29 ago. 2023.

IHDE, D. **Technology and the lifeworld: from garden to earth.** Bloomington: Indiana University Press. 1990.

IHDE, D. Introduction: Postphenomenological Research. **Human Studies,** n. 31, p. 1–9, 2008. Disponível em: https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10746-007-9077-2. Acesso em: 23 maio 2023.

IHDE, D. Don Ihde: Filosofia e tecnologia: os conceitos da pós-fenomenologia. **Canal do Youtube Maurício Fernando Bozatski**, 21/abril. 2015. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9BmNC6OXCQM. Acesso em: 20 jun. 2023.

KILLINGSWORTH, S; SAYLOR, M. M; LEVIN, D. T. Segmenting action for computers and humans: possible links to intentional understanding. *In:* International Workshop on Robot

and Human Interactive Communication (IEEE), 2005. **Anais [...]** Nashville, TN, USA, 2005, pp. 196-201, 2005. DOI: 10.1109/ROMAN.2005.1513779. Acesso em: 26 maio 2023.

KITCHENHAM, B. Procedures for performing systematic reviews. Keele, UK, **Keele University**, v. 33, n. 2004, p. 1-26, 2004. Disponível em: http://www.it.hiof.no/~haraldh/misc/2016-08-22-smat/Kitchenham-Systematic-Review-2004.pdf. Acesso em: 10 ago. 2020.

KOGLER, M; LUX, M; MARQUES, O. Adaptive Visual Information Retrieval by Changing Visual Vocabulary Sizes in Context of User Intentions. *In:* Workshop on Multimedia on the Web, 2011. **Anais [...]** Graz, Austria, 2011, pp. 40-42. DOI: 10.1109/MMWeb.2011.13. Acesso em: 12 maio 2023.

KOGLER, M; LUX, M. Pursuing the holy grail by interrelating user intentions and bag of visual words to perform retrieval adaptation. *In:* Proceedings of the 2011 ACM Workshop on Social and Behavioural Networked Media Access (SBNMA), 2011. **Anais [...]** Scotsdale, Arizona, USA, 2011, p. 3-8. Disponível em: https://doi.org/10.1145/2072627.2072631. Acesso em: 12 maio 2023.

KOHLER, T. Basic Psychology Is Essential for UX Practitioners. **NNgroup.** 2022. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=38xwxTX3bIU. Acesso em: 12 jul. 2023.

KRAMER, M. F. What it Might Be like to Be a Group Agent. **Neuroethics**, v. 14, p. 437–447, 2021). Disponível em: https://doi.org/10.1007/s12152-021-09459-7. Acesso em: 20 maio 2023.

KRUG, S. **Não me faça pensar:** atualizado: uma abordagem de bom senso à usabilidade web e mobile. Rio de Janeiro: Alta Books, 2014.

LANDSHOFF, R. **Findability:** elementos essenciais para as formas de encontro da informação em bibliotecas digitais. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Mídias Digitais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: https://tede2.pucsp.br/handle/handle/18089. Acesso em: 18 maio 2022.

LI, T. Intertextuality between French Literature Creation and Literature Translation Based on Feature Extraction and Gram Matrix. **Wireless Communications and Mobile Computing**, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1155/2022/9375840. Acesso em: 3 abr. 2024.

LIM, E. T. K; TAN, C. W; CYR, D; PAN, S. L; XIAO, B. Advancing Public Trust Relationships in Electronic Government: The Singapore E-Filing Journey. **Information Systems Research,** v. 23, n. 4, 2012, pp. 1110–30. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/42004248. Acesso em: 12 maio 2023.

LIMA, J. L.O.; ALVARES, L. Organização e representação da informação e do conhecimento. **Organização da informação e do conhecimento: conceitos, subsídios interdisciplinares e aplicações.** São Paulo: B4 Editores, v. 248, p. 21-48, 2012. Disponível em: https://bit.ly/2XV7CM3f. Acesso em: 15 set. 2021.

LIPTÁKOVÁ, M; AMBROZY, M. The selected connection between intentionality in the philosophy of mind and informatics. *In:* International Scientific Conference on Informatics (IEEE), 13, 2015. **Anais [...]** Proprad, Slovakia, 2015. Disponível em: 10.1109/Informatics.2015.7377827. Acesso em: 12 maio 2023.

LYU, Y *et al.* Improving legal judgment prediction through reinforced criminal element extraction. **Information Processing & Management**, v. 59, n. 1, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1016/j.ipm.2021.102780. Acesso em: 26 abril 2024.

MADARY, M. Intentionality and virtual objects: the case of Qiu Chengwei's dragon sabre. **Ethics Inf Technol**, v. 16, p. 219–225, 2014. Disponível em: https://doi.org/10.1007/s10676-014-9347-4. Acesso em: 12 maio 2023.

MANCINAS CHÁVEZ, R; REIG, R. Transgresión y crítica del sistema: la viñeta periodística. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 73, p. 504–530, 2018. DOI: 10.4185/RLCS-2018-1267. Disponível em: https://nuevaepoca.revistalatinacs.org/index.php/revista/article/view/562. Acesso em: 16 jul. 2023.

MARCONDES, C.H. Representação e economia da informação. **Ciência da informação,** v. 30, n. 1, p. 61-70, 2001. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0100-19652001000100008. Acesso em: 06 set. 2021.

MARANDOLA JR, E. Fenomenologia e Pós-Fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, v. 3, n. 2. 2013. Disponível em: https://periodicos.uff.br/geograficidade/article/view/12864/pdf. Acesso em: 25 maio 2023.

MARUPING, L, M; BALA, H; VENKATESH, V; BROWN, S. A. Going beyond intention: Integrating behavioral expectation into the unified theory of acceptance and use of technology. **Journal of the Association for Information Science and Technology,** v.68, n. 3, p. 623-637, 2016. Disponível em: https://doi.org/10.1002/asi.23699. Acesso em: 12 maio 2023.

MATA, M. L. Estudos de comportamento informacional e de práticas informacionais para o desenvolvimento da competência em informação**. Perspectiva em Ciência da Informação,** v. 27, n. 2, 2022. Disponível em: https://doi.org/10.1590/1981-5344/40062. Acesso em: 29 ago. 2023.

MERLEAU-PONTY, M**. Phénoménologie de la perception.** GALLIMARD, Paris, 1945.

MERLEAU-PONTY, M. **A natureza.** Tradução. A. Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MILHANO, A. Don Ihde: a pós-fenomenologia como hermenêutica das relações humano-tecnologia-mundo. *In*: BRAGA, J; SYLLA, B. **Filosofia da tecnologia.** Introdução ao pensamento dos teóricos do século XX. Grácio Editor, Coimbra, 2022. DOI: 10.5281/zenodo.4043429. Acesso em: 25 maio 2023.

MIRANDA, M. K. F. O. **O acesso à informação no paradigma pós-custodial:** da aplicação da Intencionalidade para findability. 353f. Tese (Doutorado em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, 2010. Disponível em: https://hdl.handle.net/10216/50422. Acesso em: 28 jun. 2023.

MIRANDA, M. K. F. O. A Teoria da Intencionalidade e a Informação: definições e propriedades para o fenômeno. *In:* ROJAS, M. Á. R. (Ed.). **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental.** UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018b. 172p. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 08 maio 2021.

MIRANDA, M. K. Encontrabilidade e teoria da Intencionalidade: propriedades para a informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 14, n. 2, 2019. Disponível em: http://dx.doi.org/10.22478/ufpb.1981-0695.2019v14n2.45704. Acesso em: 12 maio 2023.

MOSCHIN, I. Z. **Experiência do usuário e e-readers:** uma análise a partir da perspectiva do design emocional. 2019. 84f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Artes, Arquitetura e Comunicação, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/181320. Acesso em: 13 jul.

MOREIRA, V. Possíveis contribuições de Husserl e Heidegger para a clínica fenomenológica. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 15, n. 4, p. 723–731, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pe/a/xYbScCTJrv7hd7RXKsDsrBF/?lang=pt. Acesso em: 18 maio 2023.

MORVILLE, P. **User experience design.** Semantic Studios, 21 jun. 2004. Disponível em: http://semanticstudios.com/user_experience_design/. Acesso em: 30 maio. 2023.

MORVILLE, P. **Ambient findability**. Sebastopol: O'Really, 2005.

MYKHAILOV, D., LIBERATI, N. Back to the technologies themselves: phenomenological turn within postphenomenology. **Phenomenology and the Cognitive Sciences,** 2023. Disponível em: https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11097-023-09905-2. Acesso em: 01 ago. 2023.

NIEDŸWIEDZKA, B *et al.* Determinants of Information Behaviour and Information Literacy Related to Healthy Eating among Internet Users in Five European Countries. **Information Research: An International Electronic Journal**, v. 19, n. 3, 2014. Disponível em: https://eric.ed.gov/?id=EJ1042701. Acesso em: 29 ago. 2023.

NOBRE, A. L; DUARTE, R; JACQUINET, M. Heidegger, technology and sustainability: between intentionality, accountability and empowerment. *In*: International Conference on Enterprise Information Systems ICEIS, 19, Porto, 2017. **Anais [...]** SCITEPRESS - Science and Technology Publications, 2017, v. 3, p. 186-190. Disponível em: http://hdl.handle.net/10400.2/8476. Acesso em: 12 maio 2023.

NORMAN, D; NIELSEN, J. The definition of user experience (UX). **Nielsen Norman Group**, 1998. Disponível em: https://www.nngroup.com/articles/definition-user-experience/. Acesso em: 20 jun. 2017.

NORMAN, D. Don Norman: The term UX. **NNgroup.** 2016. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=9BdtGjoIN4E. Acesso em: 10 jul. 2023.

NUNES FILHO, L. M. Intencionalidades: origem e desdobramentos da Teoria Da Intencionalidade. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia,** v. 13, n. 34, 2021. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1984-8900.2021.v13n34.p323-342. Acesso em: 18 maio 2023.

NOVELLINO, M.S.F. A linguagem como meio de representação ou de comunicação da informação. **Perspectivas em ciência da informação,** v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22325. Acesso em: 12 set. 2021.

PANOFSKY, C *et al.* O desenvolvimento do discurso e dos conceitos científicos. *In:* Moll, L. (Org.). **Vygotsky e a educação:** implicações pedagógicas da psicologia. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996. p.245-60.

PASTORE, J. A. D. Apresentação: a presença schopenhaueriana no pensamento de Freud. **Ciência e Cultura**, v. 67, n. 1, p. 18-25, 2015. Disponível em: http://dx.doi.org/10.21800/2317-66602015000100009. Acesso em: 25 abr. 2024.

PAULO, L. S; RABELLO. R. Livro, documento e intencionalidades: visualização temática em periódicos brasileiros em Ciência da Informação. **RDBCI: Rev. Digit. Bibl. e Cienc. Inf**, V. 21, 2023. Disponível em: https://doi.org/10.20396/rdbci.v21i00.8674821. Acesso em: 16 maio. 2024.

PERES, R.S.; CAROPRESO, F.; SIMANKE, R.T. A noção de representação em psicanálise: da metapsicologia à psicossomática. **Psicologia Clínica***,* v. 27, p. 161-174, 2015. Disponível em: https://www.scielo.br/j/pc/a/VB6MLrtHnJwNJ4yz8bTLn4p/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 12 set. 2021.

PINHEIRO, M; OLIVEIRA, H. Inteligência Artificial: Estudos e Usos na Ciência da Informação no Brasil. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 15, n. 3, p. 950–968, 2022. DOI: 10.26512/rici.v15.n3.2022.42767. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/42767. Acesso em: 30 maio. 2024.

PIRES, J. J. Considerações sobre o conceito de Intencionalidade em Edmund Husserl. **Kínesis - Revista de Estudos dos Pós-Graduandos em Filosofia,** v. 4, n. 07, 2012. Disponível em: https://doi.org/10.36311/1984-8900.2012.v4n07.4471. Acesso em: 18 maio. 2023.

PRADO, M.A.R. do. A Fenomenologia da Informação: reflexões essenciais sobre a matriz do conhecimento. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 9, n. 1,

2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/7878. Acesso em: 28 set. 2020

RABELLO, R. **A face oculta do documento:** tradição e inovação no limiar da Ciência da informação. 2009. 331 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2009. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103372. Acesso em: 16 maio 2024.

RABELLO, R. Documento e institucionalidades: dimensões epistemológica e política. **Encontros Bibli:** revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 23, n. 51, p. 138–156, 2018. DOI: 10.5007/1518-2924.2018v23n51p138. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n51p138. Acesso em: 18 maio. 2024.

RABELLO, R. Informação materializada e institucionalizada como documento: caminhos e articulações conceituais. **Brazilian Journal of Information Science: research trends**, Marília, v. 13, n. 2, p. 5-25, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/118676. Acesso em: 17 maio 2024.

RIBEIRO, Leila Beatriz. **A incorporação do conceito de sistema na Ciência da Informação:** um exercício metodológico para seu entendimento. 1992. 203f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992. Disponível em: http://hdl.handle.net/11422/2932. Acesso em: 17 jul. 2024.

ROA-MARTÍNEZ, S. M. **Da information findability à image findability:** aportes da polirrepresentação, recuperação e comportamento de busca. 2019. 235f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/182465. Acesso em: 18 maio 2022.

ROBERTO, P. **Morda meu coração na esquina:** poesia reunida. Livro Digital: Companhia da Letras, 2023.

ROJAS, M. A. R. **La intencionalidad en la Ciencia de la Información Documental.** UNAM, Instituto de Investigaciones Bibliotecológicas y de la Información, 2018. 172p. Disponível em: http://ru.iibi.unam.mx/jspui/handle/IIBI_UNAM/L156. Acesso em: 08 maio 2021.

ROHIT *et al*. A content analysis-based Recommender System using Categorization of Online Text Resources on Five-Dimensional Human Cognitive System. *In:* Uttar Pradesh Section International Conference on Electrical, Electronics and Computer Engineering (UPCON), 2018, Gorakhpur. **Anais [...]** Gorakhpur, India, p. 1-6. 2018. Disponível em: https://doi.org/10.1109/UPCON.2018.8596879. Acesso em 3 abr. 2024.

ROSENBERGER, R. Perceiving Other Planets: Bodily Experience, Interpretation, and the Mars Orbiter Camera. **Human Studies***,* n. 31, p. 63–75, 2008. Disponível em: https://doiorg.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s10746-007-9078-1. Acesso em: 22 maio 2023.

ROSENBERGER, R.; VERBEEK, P. P. **Postphenomenological Investigations:** Essays on Human-Technologies Relations. Lanham, Lexington Books. 2015.

ROSENBERGER, R. On variational cross-examination: a method for postphenomenological multistability. *AI & Society*, 2020. Disponível em: https://doiorg.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s00146-020-01050-7. Acesso em: 20 jul. 2023.

SÁ, A. Q. G. T. O autor como mediador de leitura: a Intencionalidade em Jorge amado. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 18, p. 1-15, 2022. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/211711. Acesso em: 16 jul. 2023.

SANCHEZ, F. A. **Encontrabilidade da Informação em repositórios digitais:** um estudo de eye-tracking nos repositórios institucionais da USP, UNESP e UNICAMP. 2018. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/154348. Acesso em: 31 maio 2024.

SANCHEZ, F. A; VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L. CONTRIBUIÇÕES DA INTENCIONALIDADE NO CONTEXTO DA ENCONTRABILIDADE DA INFORMAÇÃO *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), ENANCIB), XXI, 2021, Rio de Janeiro**. Anais [...]** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxienancib/paper/viewFile/513/467. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ, F. A.; VIDOTTI, S. A.; VECHIATO, F. L.; ALMEIDA JÚNIOR, O. F de. Intencionalidade e mediação da informação no contexto dos ambientes informacionais digitais. **Em Questão**, Porto Alegre, v. 28, n. 2, p. 111998, 2022. DOI: 10.19132/1808-5245282.111998. Disponível em: https://www.seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/111998. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ, F. A; VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L; ROA-MARTÍNEZ, S. M. Encontrabilidade da Informação e Information Findability: relações com a Intencionalidade. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XXII, 2022, Porto Alegre. **Anais [...]** Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022. ISSN 2177-3688. Disponível em: https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxiienancib/paper/viewFile/1119/793. Acesso em: 11 maio 2023.

SANCHEZ, F. A; VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L. O conceito da Intencionalidade Tecnológica no contexto da Encontrabilidade da Informação. *In:* Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ENANCIB), XXIII, 2023, Aracaju, SE. **Anais [...]** Aracaju, SE: Universidade Federal do Sergipe, 2023. Disponível em: https://brapci.inf.br/#/v/258271. Acesso em: 31 maio 2024.

SANCHEZ; F. A; CASTRO, F. F; VECHIATO, F. L; VIDOTTI, S. A. B. G Correlações da Teoria da Representação e Teoria da Intencionalidade: contribuições para a Encontrabilidade da

Informação. **Revista em Ciência da Informação**, v. 52, n. 2023. Disponível em: https://doi.org/10.18225/ci.inf.v52i2.6030. Acesso em: 21 jun. 2024.

SANCHEZ; F. A. VIDOTTI, S. A. B. G; VECHIATO, F. L; ROA-MARTÍNEZ, S. M. Correlações entre a Intencionalidade dos sujeitos informacionais e o conceito de Polirrepresentação**.** *In:* TOGNOLI, N. B. T; ALBUQUERQUE, A. C; CERVANTES, M. N. **Organização e representação do conhecimento em diferentes contextos:** desafios e perspectivas na era da datificação. Estudos avançados em Organização do Conhecimento, v. 6. Londrina: ISKO-Brasil: PPGCI-UEL, 2023, 818 p. Disponível em: https://isko.org.br/wp-content/uploads/2023/06/livro-isko-Brasil_23.pdf. Acesso em: 16 maio 2024.

SANFILIPPO, M. R; FICHMAN, P; SHENGNAN, Y. Multidimensionality of online trolling behaviors, **The Information Society,** v. 34, n. 1, p. 27-39, 2018. Disponível: https://doi.org/10.1080/01972243.2017.1391911. Acesso em: 12 maio 2023.

SANTOS-D´AMORIM, K.; MIRANDA, M. K. F. Misinformation, disinformation, and malinformation: clarifying the definitions and examples in disinfodemic times. **Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, v. 26, p. 1-23, 2021. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/157189. Acesso em: 12 maio 2023.

SANTOS NETO, J. A; ALMEIDA JÚNIOR, O. F. O caráter implícito da mediação da informação. **Informação & Sociedade**, João Pessoa, v. 27, n. 2, 2017. https://brapci.inf.br/index.php/res/download/95956. Acesso em: 16 abril. 2023.

SANTOS, E. V. D. A ciência da informação no contexto do paradigma pós-custodial e da pós-modernidade. **Páginas A&B, Arquivos e Bibliotecas** (Portugal), n. 10, p. 3-16, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/109275. Acesso em: 16 jul. 2023**.**

SANTOS NETO, J. A. **O estado da arte da mediação da informação**: uma análise histórica da constituição e desenvolvimento dos conceitos. 460f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2019. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/181525. Acesso em: 05 ago. 2020.

SARACEVIC, T. Interdisciplinary nature of information science. **Ciência da Informação,** v. 24, n. 1, 1995. Disponível em: https://revista.ibict.br/ciinf/article/download/608/610/611. Acesso em: 13 maio 2024.

SARTRE, J. P. Uma idéia fundamental da fenomenologia de Husserl: A Intencionalidade. 1939. *In:* LOPES, R. L. Tradução do texto de Jean-Paul Sartre: une idée fondamentale de la phénoménologie de husserl: l'intentionnalité. **VEREDAS FAVIP,** Caruaru, Vol. 2, n. 01, pp. 102–107, jan./jun. 2005. Disponível em: https://gmeaps.files.wordpress.com/2012/05/uma-ideia-fundamental-da-fenomenologia-sartre.pdf. Acesso em: 12 maio 2023.

SARTRE, J. P. **A transcendência do Ego:** esboço de uma descrição fenomenológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

SEARLE, J. R. **Intentionality:** An essay in the philosophy of mind. Cambridge university press, 1983.

SEARLE, J. R. **A redescoberta da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1997.

SEARLE, J. R. **O mistério da consciência.** São Paulo: Paz e Terra, 1998.

SEARLE, J. R. **Mente, linguagem e sociedade**: filosofia no mundo real. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SEARLE, J. R. **Intencionalidade.** Trad. Julio Fischer e Tomás Rosa Bueno. Sio Paulo: Martins Fontes, 2002.

SEMELER, A. R; PINTO, A. L. Data librarianship as a field study. **Transinformação,** v. 32, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.1590/2318-0889202032e200034. Acesso em: 24 maio 2024.

SCHOPENHAUER, A. **O mundo como vontade e como representação.** Tradução de Jair Barboza. São Paulo: UNESP, 2005.

SILVA, J. M. O; LOPES, R. L. M; DINIZ, N. M. F. Fenomenology. **Revista Brasileira de Enfermagem,** Brasília, v. 61, n. 2, p. 254-257, 2008. Disponível em: https://doi.org/10.1590/S0034-71672008000200018. Acesso em: 15 jul. 2023.

SILVA, A. M; RIBEIRO, F. **Das "ciências" documentais à ciência da informação:** ensaio epistemológico para um novo modelo curricular. Porto: Afrontamento, 2002.

SILVA, A. M. **A informação:** da compreensão do fenómeno e construção do objeto científico. Porto: Ed. Afrontamento, 2006.

SILVA, A. M. O método quadripolar e a pesquisa em ciência da informação. **Prisma.com** (Portugual), n. 26, p. 27-44, 2014. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/70055. Acesso em: 16 jul. 2023.

SILVA, J. T. **Noção de representação na Ciência da Informação:** concepções a partir da filosofia de Arthur Schopenhauer. 2016. 115 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9724. Acesso em: 25 abr. 2024.

SOUSA, J. L.; RAMALHO, R. A. S. Um estudo das contribuições de Schopenhauer para a Ciência da Informação: o mundo como vontade e representação. **Informação & Informação,** v. 24, n. 1, p. 131–146, 2019. DOI: 10.5433/1981-8920.2019v24n1p131. Disponível em: https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/35890. Acesso em: 1 jun. 2024.

SOUTO, R. P.; ARAÚJO NETO, J. de S. de. Consciência e Intencionalidade na Fenomenologia de Edmund Husserl. **Revista Ágora Filosófica,** v. 20, n. 1, p. 95–112, 2020. Disponível em: https://www1.unicap.br/ojs/index.php/agora/article/view/1663. Acesso em: 18 maio. 2023.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à Fenomenologia**. São Paulo: Edições Loyola, 246p. 2004.
SPUDEIT, D.; VITORINO, E. V. Apontamentos sobre o comportamento e competência em informação de pessoas em situação de rua. **Revista Ibero-Americana de Ciência da Informação**, v. 13, n. 3, p. 1019–1038, 2020. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/RICI/article/view/24454. Acesso em: 16 jul. 2023.

TORINO, E.; VIDOTTI, S.A.B.G.; VECHIATO, F.L. Contribuições do atributo metadados para a encontrabilidade da informação. **Em Questão,** v. 26, n. 2, p. 437-457, 2020. Disponível em: 10.19132/1808-5245262.437-457. Acesso em: 27 jun. 2023.

TORINO, E. **Arquitetura de dados no contexto da Ciência da Informação**. Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2023. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2023. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/238875. Acesso em: 23 maio 2023.

TWARDOWSKI, K. **On the Content and Object of Presentations**: a psychological investigation. 1894.

VASCONCELLOS, S. J. L. A filosofia da mente: Uma revisão crítica. **Psico**, v. 38, n. 2, 2008. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/2566. Acesso em: 17 jul. 2024.

VECHIATO, F. L. **Encontrabilidade da informação***:* contributo para uma conceituação no campo da Ciência da Informação. 2013. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2013. Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/103365. Acesso em: 25 jun. 2023.

VECHIATO, F. L; VIDOTTI, S. A. B. G. V. **Encontrabilidade da Informação**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2014. (Coleção PROPG Digital-UNESP). Disponível em: http://hdl.handle.net/11449/126218. Acesso em: 25 jun. 2023.

VECHIATO, L.F.; OLIVEIRA H.P.C.; VIDOTTI, S.A.B.G. Arquitetura da Informação Pervasiva e Encontrabilidade da Informação: Instrumento para a avaliação de ambientes informacionais híbridos*. In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador - BA*.* **Anais [...]** Salvador – BA: PPGCI, UFBA. ISSN: 2177-3688. 2016. p. 3.768-3.787. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/55516. Acesso em: 15 mar. 2023.

VECHIATO, F. L.; TRINDADE, A. S. C. E. Encontrabilidade da informação em ambientes informacionais: diálogo teórico entre os conceitos Intencionalidade e affordance. **Prisma.com (Portugal),** n. 42, p. 3-20, 2020. Disponível em: http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/145598. Acesso em: 18 jul. 2023.

VECHIATO, F. L; FARIAS, G. B. de. Serendipidade no contexto da Ciência da Informação: perspectivas para os estudos com sujeitos informacionais. **Encontros Bibli.**, v. 25, p. 01–23, 2020. Disponível em: https://doi.org/10.5007/1518-924.2020.e72056. Acesso em: 22 jun. 2023.

VERBEEK, PP. Cyborg intentionality: Rethinking the phenomenology of human–technology relations. **Phenomenology and the Cognitive Sciences**, n.7, p. 387–395, 2008. Disponível em: https://doi-org.ez87.periodicos.capes.gov.br/10.1007/s11097-008-9099-x. Acesso em: 23 maio 2023.

VIDOTTI, S. A. B. G.; CUSIN, C. A.; CORRADI, J. A. M. **Acessibilidade digital sob o prisma da Arquitetura da Informação**. *In:* GUIMARÃES, J. A. C.; FUJITA, M. S. L. Ensino e pesquisa em Biblioteconomia no Brasil: a emergência de um novo olhar. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2008.

VIDOTTI, S. A. B. G *et al.* ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO E EYE TRACKING: O QUE O OLHAR E OS DADOS REVELAM. *In:* ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 17., 2016, Salvador - BA. **Anais [...]** Salvador – BA: PPGCI, UFBA. ISSN: 2177-3688. 2016. p. 3.768-3.787. Disponível em: https://www.ufpb.br/evento/index.php/enancib2016/. Acesso em: 18 mar.2024.

WARSHAW, P.R; DAVIS, F.D. Self-understanding and the accuracy of behavioral expectations. Personality and Social Psychology Bulletin, v. 10, n. 1, p. 111–118, 1984. Disponível em: https://doi.org/10.1177/0146167284101013. Acesso em: 10 abr. 2024.

WARSHAW, P.R; DAVIS, F.D. Disentangling behavioral intention and behavioral expectation. **Journal of Experimental Social Psychology**, v. 21, n. 3, p. 213–228, 1985.Disponível: https://doi.org/10.1016/0022-1031(85)90017-4. Acesso em: 10 abr. 2024.

WILSON, T. D. Models in information behaviour research. **Journal of Documentation**, v. 55, n. 3, p. 249-270, 1999.

WILSON, T. D. Recent trends in user studies: action research and qualitative methods. **Information Research**, v. 5, n. 3, 2000. Disponível em: http://informationr.net/ir/5-3/paper76. Acesso em: 09 ago. 2020.

WILSON, T. D. **Exploring Information Behaviour:** an introduction. 2022. Disponível em: https://online.fliphtml5.com/pwpme/asdc/#p=1. Acesso em: 29 ago. 2023.